



carris 

RELATÓRIO E CONTAS  
2017

# ÍNDICE

<b>MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>4</b>
<b>NOTA DE ABERTURA</b>	<b>6</b>
<b>1. APRESENTAÇÃO E ENQUADRAMENTO</b>	<b>7</b>
1.1. Síntese histórica	<b>7</b>
1.2. Missão, Visão e Valores	<b>8</b>
1.3. Universo de Empresas CARRIS	<b>11</b>
<b>2. INDICADORES RELEVANTES</b>	<b>13</b>
<b>3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL</b>	<b>18</b>
<b>4. ATIVIDADE</b>	<b>19</b>
4.1. Exploração Operacional	<b>19</b>
4.2. Qualidade do Serviço	<b>20</b>
4.3. Atividade Comercial	<b>23</b>
4.4. Segurança de Exploração ( <i>Safety</i> )	<b>32</b>
4.5. Frota de Serviço Público	<b>33</b>
4.6. Infraestruturas de Tração Elétrica	<b>35</b>
4.7. Museu da Carris	<b>37</b>
<b>5. RECURSOS HUMANOS</b>	<b>39</b>
5.1. Evolução do Efetivo	<b>40</b>
5.2. Política Salarial	<b>41</b>
5.3. Formação	<b>42</b>
5.4. Indicadores de Prestação do Trabalho	<b>43</b>
<b>6. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA</b>	<b>49</b>
6.1. Estrutura Patrimonial	<b>49</b>
6.2. Investimento Realizado	<b>52</b>
6.3. Fluxos Financeiros	<b>53</b>
6.4. Gestão de Risco Financeiro	<b>54</b>
6.5. Resultados Globais da Empresa	<b>54</b>
6.6. Prazo Médio de Pagamentos	<b>60</b>
6.7. Produtividade	<b>60</b>
<b>7. GOVERNO SOCIETÁRIO</b>	<b>61</b>
<b>8. NOTAS FINAIS</b>	<b>63</b>
8.1. Considerações	<b>63</b>
8.2. Proposta de Aplicação de Resultados	<b>64</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO</b>	
<b>CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS</b>	

# ÍNDICE

## de gráficos e tabelas

<b>GRÁFICO 1.</b>	Estrutura da Procura/Modo	<b>27</b>
<b>GRÁFICO 2.</b>	Receitas Acumuladas 2017	<b>28</b>
<b>GRÁFICO 3.</b>	Principais motivos de reclamações de serviço e queixas de pessoal	<b>31</b>
<b>GRÁFICO 4.</b>	Número de Acidentes de Trabalho por Áreas Funcionais	<b>46</b>
<b>GRÁFICO 5.</b>	Tipologia dos Acidentes de Trabalho	<b>47</b>
<b>GRÁFICO 6.</b>	Ativo (10 <sup>3</sup> €)	<b>51</b>
<b>GRÁFICO 7.</b>	Capital Próprio e Passivo (10 <sup>3</sup> €)	<b>52</b>
<b>GRÁFICO 8.</b>	Evolução Investimento (10 <sup>3</sup> €)	<b>53</b>
<b>TABELA 1.</b>	Indicadores - Resumo	<b>14</b>
<b>TABELA 2.</b>	Medidas prioritárias definidas no PAO	<b>15</b>
<b>TABELA 3.</b>	Rede de serviço público em 31 de dezembro de 2017	<b>19</b>
<b>TABELA 4.</b>	Indicadores da Oferta	<b>20</b>
<b>TABELA 5.</b>	Velocidade Média de Exploração (Km/h)	<b>20</b>
<b>TABELA 6.</b>	Ocorrências	<b>21</b>
<b>TABELA 7.</b>	Taxa de ocupação	<b>21</b>
<b>TABELA 8.</b>	Sinistralidade - Acidentes de Exploração	<b>22</b>
<b>TABELA 9.</b>	Sinistralidade - Taxa de Acidentes de Exploração	<b>22</b>
<b>TABELA 10.</b>	Taxa de Cumprimento	<b>23</b>
<b>TABELA 11.</b>	Passageiros - Validações	<b>26</b>
<b>TABELA 12.</b>	Receita (sem IVA) por Título de Transporte	<b>27</b>
<b>TABELA 13.</b>	Comunicações do cliente	<b>30</b>
<b>TABELA 14.</b>	Composição da Rede de Vendas	<b>31</b>
<b>TABELA 15.</b>	Frota de Serviço Público	<b>34</b>
<b>TABELA 16.</b>	Custos de Manutenção da Frota de Autocarros	<b>34</b>
<b>TABELA 17.</b>	Efetivo CARRIS a 31 de dezembro	<b>40</b>
<b>TABELA 18.</b>	Saídas	<b>40</b>
<b>TABELA 19.</b>	Formação	<b>43</b>
<b>TABELA 20.</b>	Absentismo	<b>44</b>
<b>TABELA 21.</b>	Absentismo detalhado	<b>44</b>
<b>TABELA 22.</b>	Trabalho suplementar	<b>44</b>
<b>TABELA 23.</b>	Número de consultas realizadas, por tipo	<b>47</b>
<b>TABELA 24.</b>	Variação do Património (10 <sup>3</sup> €)	<b>50</b>
<b>TABELA 25.</b>	Variação do Balanço (10 <sup>3</sup> €)	<b>50</b>
<b>TABELA 26.</b>	Investimentos (10 <sup>3</sup> €)	<b>52</b>
<b>TABELA 27.</b>	Demonstração dos Fluxos de Caixa (10 <sup>3</sup> €)	<b>53</b>
<b>TABELA 28.</b>	Demonstração de Resultados por Funções (10 <sup>3</sup> €)	<b>54</b>
<b>TABELA 29.</b>	Resultados por Exploração Antes de Subsídios (10 <sup>3</sup> €)	<b>56</b>
<b>TABELA 30.</b>	Rendimentos Totais por Natureza (10 <sup>3</sup> €)	<b>57</b>
<b>TABELA 31.</b>	Gastos Totais por Natureza (10 <sup>3</sup> €)	<b>58</b>
<b>TABELA 32.</b>	Gastos com Pessoal (10 <sup>3</sup> €)	<b>59</b>
<b>TABELA 33.</b>	Fornecimentos e Serviços Externos (10 <sup>3</sup> €)	<b>59</b>
<b>TABELA 34.</b>	Prazo Médio de Pagamentos	<b>60</b>
<b>TABELA 35.</b>	Indicadores de Produtividade	<b>60</b>
<b>TABELA 36.</b>	Grelha das boas práticas de governação societário	<b>62</b>



# MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



O ano de 2017 marca um novo começo na vida e atividade da CARRIS. Este foi o ano em que a CARRIS conquistou, novamente, a sua autonomia, assim como regressou à esfera municipal, após décadas detida a 100% pelo Estado.

Este novo modelo organizacional veio permitir alterar o rumo da empresa, que se caracterizava pelo não investimento estruturante quer tecnológico e da sua frota, quer em recursos humanos, degradando as condições de serviço público oferecido. Uma viagem que levou a perdas de oferta e de clientes na ordem dos 25%, e do seu efetivo (-23%), no período entre 2011-2016. No início de 2017, a CARRIS era uma empresa com dificuldades organizativas, que com muito esforço dos seus colaboradores, se manteve na cidade como operador principal no transporte público da cidade de Lisboa.

Em 2017, e mais concretamente, a partir de 1 de fevereiro, foi possível estabelecer uma nova estratégia, alinhada com as orientações do acionista, assente em três pontos fulcrais: serviço focado no cliente, modernização e qualificação da empresa e potenciar a eficiência e sustentabilidade. Durante parte do ano foi possível iniciar este novo projeto, começando já a assistir-se à retoma da empresa no mercado, com resultados positivos ao nível do aumento da oferta disponibilizada (+3% face a 2016) e o au-

mento de passageiros com título de transporte válido, representando um acréscimo de 1,4 milhões de passageiros.

Estes resultados só foram possíveis pelo empenho da CARRIS na implementação de medidas como a aplicação de tarifários especiais para crianças e séniores, o aumento de colaboradores, essencialmente tripulantes, colmatando as necessidades sentidas diariamente, a disponibilização de novas carreiras de bairro, entre outras. Apesar de ainda no início, foram já lançados concursos e assinados contratos para a aquisição de frota nova, apostando na modernização, mas também em tecnologias mais limpas e amigas do ambiente, contribuindo para a melhoria da qualidade do ar na cidade de Lisboa.

Na vertente económica e financeira, o ano de 2017 foi um ano que marcou o início de uma CARRIS equilibrada, que alcançou pela primeira vez em três décadas, um Resultado Líquido positivo, que se cifrou em 5 milhões de euros (contra -6,9 milhões de euros em 2016) e capitais próprios positivos, que ascenderam a 83,7 milhões de euros (contra -740,4 milhões de euros em 2016).

O caminho para o sucesso ainda é longo, mas certamente que o seu início não poderia ter sido melhor. Nesse aspeto a Empresa não pode deixar de dar nota do apoio incondicional por parte do seu novo acionista, o Município de Lisboa, definindo orientações estratégicas claras e de inquestionável valor para a empresa e para a cidade de Lisboa, apoiando as atividades descritas no presente relatório, e potenciando uma frutuosa colaboração entre as partes ao longo do presente exercício.

Ao longo do ano de 2017, pautado por uma nova visão estratégica para a empresa, a CARRIS contou sempre com o empenho e a dedicação dos seus mais de dois mil colaboradores que, trabalhando em equipa, representaram um fator determinante para os resultados alcançados.



É, pois, devida uma palavra de agradecimento profundo a todos os colaboradores da CARRIS que, com a sua dedicação, resiliência e esforço, procuram contribuir para que a CARRIS seja uma empresa de referência no domínio da mobilidade urbana.

Uma palavra de agradecimento é, também, devida às empresas participadas CARRISTUR e CARRISBUS, assim como aos diferentes titulares dos órgãos sociais que, em estreita cooperação com o Conselho de Administração, sempre trabalharam com o objetivo de assegurar o bom funcionamento da CARRIS.

## **O Conselho de Administração**

Eng.º Tiago Lopes Farias

Dr. Realinho de Matos

Dr. António Pires

# NOTA DE ABERTURA

O ano de 2017 foi caracterizado pelas profundas alterações introduzidas por via da Lei n.º 22/2016, de 4 de agosto, que veio estabelecer a total autonomia jurídica da CARRIS, assim como pelo Decreto-Lei n.º 86-D/2016, de 30 de dezembro, que veio definir a transmissão da titularidade das ações da Empresa para o Município de Lisboa, a 1 de fevereiro de 2017.

Face aos normativos descritos, a 30 de dezembro de 2016, através de Deliberação Unânime por Escrito (DUE), foi nomeado o novo Conselho de Administração da CARRIS, com efeitos a 1 de janeiro de 2017, composto pelos seguintes membros:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Presidente	Tiago Alexandre Abranches Teixeira Lopes Farias
Vice-Presidente	José Realinho de Matos
Vice-Presidente	António Manuel Domingues Pires

O processo de alteração de acionista contribuiu para o início de uma nova fase para a CARRIS consubstanciada numa nova estratégia, orientada para o cliente, para a modernização da empresa e potenciando a eficiência e sustentabilidade. O desenvolvimento de uma estrutura de transportes integrada num conceito de mobilidade urbana na cidade de Lisboa, mais abrangente e eficaz, traz à CARRIS uma nova perspetiva de sustentabilidade a longo prazo. Por outro lado, a aposta na empresa e sua modernização permitirá atingir melhores resultados e criar condições mais atrativas, quer para os clientes atuais e potenciais, quer para os próprios colaboradores.

Desta forma, o presente relatório demonstra a atividade da CARRIS num ano que se pretende que seja o início da recuperação da empresa, com resultados positivos, mas ainda em fase inicial.

# 1. APRESENTAÇÃO E ENQUADRAMENTO



## 1.1. Síntese histórica

A Companhia Carris de Ferro de Lisboa, foi fundada em 18 de setembro de 1872, com o propósito da criação de um sistema de transporte do tipo "americano" (carruagens sobre carris movidas a tração animal), tendo sido inaugurada a sua primeira linha em 1873. Na década seguinte surgiu um novo tipo de veículo – ascensor - que veio facilitar os acessos nas zonas mais íngremes da cidade. O ascensor do Lavra foi o primeiro a ser inaugurado em 1884, seguindo-se o da Glória em 1885 e, por fim, o da Bica em 1892. O elevador de Santa Justa apareceu apenas em 1902, acompanhando outras inovações no sistema de transportes da altura.

Em 1901, fruto da convergência de dezenas de anos de esforços e transformações notáveis, surgiu o primeiro carro elétrico cuja rede foi rapidamente estendida a toda a cidade.

Pelos anos 40, tendo a Empresa vários autocarros na sua frota, inaugurou oficialmente em 1944, o serviço de transporte em autocarro. A partir do final da década de 50, coincidindo com a inauguração e crescimento da rede do metropolitano, esta rede de autocarros foi sendo aumentada, em detrimento da rede de elétricos.

O serviço público de transporte rodoviário de passageiros é prestado, na cidade de Lisboa, desde há várias décadas, pela CARRIS, tendo por base a concessão regulada pelo Decreto-Lei 174/2014, de 5 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 86-D/2016, de 30 de dezembro, a partir de 01.02.2017, o que concerne a sucessão do Município de Lisboa, na posição jurídica do Estado no Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte Coletivo de Superfície de Passageiros, de 31 de dezembro de 1973, na versão de 23 de março de 2015, entre o Estado e a CARRIS, no quadro do referido diploma. Este determinou, também a partir de 01.02.2017, a transmissão do Esta-



## 1.2. Missão, Visão, e Valores

do para o Município de Lisboa de todas as ações representativas do capital social da CARRIS, a universalidade de direitos e obrigações, incluindo as participações sociais da mesma empresa.

No seguimento das alterações verificadas, foi dado início à redação e proposta de novas alterações ao Contrato de concessão em vigor, tendo a segunda alteração ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte Coletivo à Superfície de Passageiros da CARRIS, sido aprovada pela Assembleia Municipal de Lisboa a 25 de maio de 2017, encontrando-se em aprovação pelo Tribunal de Contas.

No final de 2017, a Empresa disponibilizava à cidade de Lisboa 75 carreiras de autocarros (6 da "rede da madrugada"), 5 carreiras de elétricos, 3 ascensores e 1 elevador, num total de 656 veículos.

### MISSÃO

A missão da CARRIS é a prestação do serviço de transporte público urbano de superfície de passageiros, orientada por critérios de Sustentabilidade, contribuindo para um desenvolvimento que atenda às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades.

### VISÃO

A CARRIS assume, de forma consciente, a sua responsabilidade como agente económico e social que atua no domínio da mobilidade urbana, contribuindo para o desenvolvimento e sustentabilidade de Lisboa e da sua área metropolitana, ajustando a sua atividade às necessidades do mercado, otimizando a utilização dos recursos com vista ao aumento da sua eficiência empresarial e à permanente melhoria da qualidade do serviço que presta.

### PRINCÍPIOS E VALORES ESTRUTURANTES

A CARRIS tem como princípios estruturantes da sua missão, o desenvolvimento sustentável, os valores e compromissos do Pacto Mundial das Nações Unidas, "*Global Compact*", nomeadamente:

- Respeito e proteção dos direitos humanos;
- Conduta ética;
- Cumprimento da lei e da outra regulamentação aplicável à atividade;
- Respeito pelas convenções e declarações reconhecidas internacionalmente;
- Respeito pelas partes interessadas;
- Responsabilização;
- Responsabilidade na defesa e proteção do meio ambiente;
- Atuar com transparência em todas as relações internas e externas.

A CARRIS na sua atividade tem como valores estruturantes:

- Excelência;
- Qualidade;
- Inovação;
- Rigor;
- Sustentabilidade.



Entre outros aspetos, estes Valores estruturantes encontram-se consagrados no Código de Ética da CARRIS, constituindo uma referência fundamental para o desempenho da Empresa e dos seus colaboradores, bem como para o seu relacionamento social, institucional e ambiental.

### **COMPROMISSOS COM O CLIENTE**

Visando reforçar o diálogo com os seus Clientes, a CARRIS, através da “Carta do Cliente”, assume os seguintes compromissos:

- Fornecer um serviço de qualidade e adequado às expectativas do cliente;
- Assegurar o serviço a toda a população da cidade de Lisboa, garantindo a existência de uma paragem a uma distância aceitável e contribuindo para a articulação intermodal;
- Disponibilizar uma informação clara e correta sobre o serviço prestado, em situações normais ou de perturbação do serviço, nos devidos suportes de comunicação com o cliente;
- Definir os horários de forma ajustada à procura, adotando rapidamente medidas corretivas que se revelem necessárias;
- Adotar medidas que assegurem a regularidade, em colaboração com as entidades gestoras da via pública;
- Promover ações que garantam a segurança do cliente;
- Garantir uma adequada rede de vendas e as melhores formas para facilitar a aquisição de títulos de transporte;
- Manter as infraestruturas da CARRIS e os veículos em bom estado de conservação e limpeza;

- Assegurar a disponibilidade dos recursos necessários de forma a prestar um serviço com a qualidade pretendida;
- Permitir a acessibilidade de clientes com mobilidade condicionada, implementando para tal as medidas necessárias;
- Promover critérios de eficiência energética e de redução da emissão de poluentes na frota, contribuindo para a proteção do meio ambiente;
- Procurar conhecer os pontos de vista do cliente, nomeadamente o seu grau de satisfação, disponibilizando os meios para tal;
- Considerar as reclamações e sugestões do Cliente como fonte de informação para a melhoria contínua do serviço.

Em contrapartida, o Cliente deve:

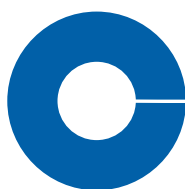
- Viajar com título de transporte válido, o qual deverá ser validado no início de cada viagem, apresentando aos agentes ao serviço sempre que for solicitado; caso não valide o título, o cliente incorre numa situação de transgressão;
- Não fumar no interior dos veículos. Caso o faça, o cliente estará a incorrer em infração prevista e punida por lei;
- Respeitar as normas existentes relativas ao transporte de animais, bicicletas e outros objetos particulares, que, pelo seu volume ou conteúdo, possam causar incómodo ou constituir perigo;
- Utilizar os equipamentos de forma adequada, respeitando as indicações e regras de utilização;
- Respeitar o sinal de fecho de portas e respetivos avisos de segurança;
- Respeitar os clientes prioritários e de mobilidade condicionada, auxiliando-os sempre que necessário e respeitando os lugares que lhes são destinados;
- Ajudar a manter os veículos limpos, não depositando nestes os resíduos por si produzidos;
- Evitar produzir ruído que possa incomodar os outros passageiros;
- Comportar-se de um modo responsável e cumpridor, seja em relação a outros clientes, como aos agentes ao serviço da empresa, respeitando sempre as indicações que estes transmitam;
- Alertar os agentes ao serviço da empresa para a existência de alguma situação anómala ou perigosa.



### 1.3. Universo de Empresas CARRIS



100%  
CARRISTUR



99,9%  
CARRIBUS



45%  
PUBLICARRIS



14,29%  
OTLIS



5%  
OPT

O universo de empresas CARRIS é formado pela Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A. e pelas suas subsidiárias, entidades sobre as quais a CARRIS exerce um controlo, que se consubstancia no poder de definir as políticas financeiras e operacionais dessas entidades, de forma a obter benefícios decorrentes das suas atividades, normalmente associado ao controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto.

A CARRIS detém a totalidade do capital da empresa CARRISTUR - Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda., empresa que tem por objeto principal o transporte urbano e suburbano de passageiros, desenvolvendo a sua atividade em segmentos diferenciados, com destaque para o setor do turismo, através de soluções e produtos inovadores. A realização de ações de formação profissional no âmbito das tecnologias de organização e gestão de redes e sistemas de transporte público rodoviário e a sua exploração, bem como a formação de tripulantes de autocarros e de elétricos (guarda-freios) constituem igualmente uma área de atuação relevante da empresa.

A CARRISTUR (e a CARRIS, indiretamente) detém a maioria do capital da empresa CARRIBUS – Manutenção, Reparação e Transporte, S.A., cujo objeto principal consiste na manutenção e reparação de veículos pesados de passageiros, bem como de carros elétricos. Desenvolve ainda atividades no âmbito do acondicionamento geral de órgãos e veículos, da desempanagem e reboques dos autocarros e elétricos sob assistência, e executa tarefas preventivas/curativas, dos primeiros níveis, nos equipamentos embarcados nos veículos.

Para além das empresas atrás referidas a CARRIS tem ainda participação nas empresas PUBLICARRIS – Publicidade na CCFL, empresa criada para exploração publicitária de meios nos veículos e espaços CARRIS.

A OTLIS – Operadores de Transportes da Região de Lisboa (Agrupamento Complementar de Empresas) tem como objeto principal o desenvolvimento, implementação e gestão de novas tecnologias na área da bilhética sem contacto. Responsável pelo Sistema VIVA, presta serviços a mais de duas dezenas de empresas nas áreas da mobilidade e transporte. A OTLIS é detida em partes iguais pelas seguintes entidades: Companhia Carris de Ferro, E.M., S.A, CP - Comboios de Portugal, E.P.E., Metropolitano de Lisboa, E.P.E., Transtejo / Soflusa, S.A., Barraqueiro Transportes, S.A., Transportes Sul do Tejo, S.A. e Rodoviária de Lisboa, S.A..

A OPT, empresa especialista em soluções informáticas avançadas para a gestão e otimização de sistemas de transportes e geração automática de informação ao público, é também participada da CARRIS.

Durante o ano de 2017, procedeu-se à liquidação da empresa Aurora Finance B. V, sediada na Holanda e constituída em 2004 com o propósito único de contrair um empréstimo obrigacionista com aval integral do Estado Português, deixando, portanto, de fazer parte do grupo.

## 2. INDICADORES RELEVANTES



No geral a CARRIS apresentou, em 2017, resultados positivos, quando confrontados com o verificado no ano de 2016, em linha com os objetivos definidos, com a ressalva do processo de recuperação da empresa se encontrar ainda no início.

Salienta-se, no entanto, os resultados alcançados pela empresa no que concerne ao aumento da oferta disponibilizada ao cliente, efeito da retoma do processo de recrutamento da empresa, permitindo colmatar a falta de pessoal tripulante, e conseqüente falta de meios para o cumprimento da oferta. O esforço realizado pela CARRIS é notório, superando os valores de oferta previstos inicialmente. Por outro lado, foi possível aumentar a taxa de cumprimento de serviço, apresentando um aumento de 2,8 p.p face ao ano transato.

A mudança de estratégia da empresa, no decorrer do ano de 2017, veio permitir o início da reversão da tendência da procura, destacando-se o aumento de passageiros com título de transporte válido, por via do lançamento de medidas de carácter social, como a gratuidade nos títulos de transporte para crianças até aos 12 anos, tendo sido transportadas cerca de 2 milhões de crianças, e o desconto para clientes 3ª Idade e Ref/Pens, representando um aumento de 22% de validações face a 2016. Para este efeito contribuíram também medidas como a criação de novas carreiras (carreiras de bairro), potenciando o crescimento da oferta de transporte público na cidade de Lisboa tendo sido em 2017 o meio de transporte para 490 mil passageiros.

Por outro lado, financeiramente, a CARRIS passou a ser uma empresa estruturalmente equilibrada, uma vez que da sua passagem para o Município decorreu um processo de transferência da dívida histórica e das responsabilidades pós emprego para o Estado, conforme orientações definidas no Decreto-Lei 86-D/2016, de 30 de dezembro.



Em suma, a CARRIS iniciou em 2017 um processo de transformação, que se pretende contínuo, com enfoque na modernização da empresa, no reforço de meios humanos e materiais, com o lançamento de novos concursos públicos para a aquisição de novos veículos, na melhoria dos sistemas de bilhética, tornando-os mais atrativos para os atuais e potenciais clientes, e com base na sinergia criada com outras entidades municipais, com vista a tornar o sistema de mobilidade urbana na cidade de Lisboa mais sustentável e eficaz.

O painel seguinte apresenta os principais indicadores de desempenho, evidenciando de forma sistematizada os resultados alcançados em 2017 nas dimensões Oferta, Procura, Qualidade do Serviço, Frota, Recursos Humanos e Resultados, procedendo à sua análise e comparação com o período homólogo de 2016, assim como a previsão efetuada aquando da elaboração do Plano de Atividades e Orçamento de 2017. Nos capítulos específicos deste relatório será efetuada análise mais aprofundada sobre o desempenho no exercício.

**Tabela 1 – Indicadores - Resumo**

		REAL 2017	REAL 2016	ORÇ 2017	Var 2017/2016 (%)	Var 2017/ORÇ (%)
<b>INDICADORES DE ATIVIDADE</b>						
Indicadores de PROCURA						
PT (Passageiros Transportados SP com Título Válido)	10 <sup>3</sup>	122 374	121 012	123 836	1%	-1%
PKT (Passageiros x km)	10 <sup>3</sup>	440 143	440 432	451 121	0%	-2%
Indicadores de OFERTA						
LKO (Lugares x km)	10 <sup>6</sup>	2 101	2 042	2 087	3%	1%
Veículos x km (serviço público)	10 <sup>3</sup>	29 478	28 758	29 216	3%	1%
Qualidade de Serviço						
Taxa de cumprimento (VeicXKm)	%	95%	92%	-	2,8 p.p.	-
Taxa de Ocupação	%	21%	22%	22%	-0,6 p.p.	-0,7 p.p.
<b>INDICADORES DE RH</b>						
Nº de efetivos	Un.	2 112	2 027	2 167	4%	-3%
Número médio de efetivos	Un.	2 060	2 021	2 102	2%	-2%
Número admissões	Un.	121	76	130	59%	-7%
Massa Salarial	m€	40 430	36 487	42 597	11%	-5%
Rescisões por Indemnização (valor pago)	m€	140	888	300	-84%	-54%
<b>ESTRUTURA ACIONISTA</b>						
Total do Capital Social	M€	382,941	382,941	382,941	0%	0%
Cap. Social detido pelo Estado	%	0%	100%	0%	-	-
<b>SITUAÇÃO PATRIMONIAL</b>						
Ativo não corrente	M€	82,519	80,017	139,012	3%	-41%
Ativo corrente	M€	100,344	33,008	29,243	204%	243%
<b>Total Ativo</b>	<b>M€</b>	<b>182,863</b>	<b>113,026</b>	<b>168,255</b>	<b>62%</b>	<b>9%</b>
Capital Próprio	M€	83,689	-740,429	63,421	111%	32%
Passivo	M€	99,174	853,455	104,834	-88%	-5%
<b>Total Capital Próprio e Passivo</b>	<b>M€</b>	<b>182,863</b>	<b>113,026</b>	<b>168,255</b>	<b>62%</b>	<b>9%</b>
<b>INVESTIMENTOS</b>						
Infraestruturas de Longa Duração	M€	0,490	0,298	2,948	65%	-83%
Renovação e Beneficiação de Frota	M€	2,999	2,165	5,248	39%	-43%
Outros Investimentos	M€	0,628	0,042	4,158	1400%	-85%

		REAL 2017	REAL 2016	ORÇ 2017	Var 2017/2016 (%)	Var 2017/ORÇ (%)
<b>DESPESA DE INVESTIMENTO</b>	M€	4,118	2,504	12,354	64%	-67%
<b>INDICADORES DE ESTRUTURA</b>						
Passivo Remunerado	M€	0,000	631,925	0,416	-100%	-100%
Autonomia Financeira	%	45,8%	-655,1%	37,7%	700,9 p.p.	8,1 p.p.
Solvabilidade	%	84,4%	-86,8%	60,5%	171,1 p.p.	23,9 p.p.
<b>INDICADORES FINANCEIROS</b>						
<b>Prazo médio de pagamentos (PMP)</b>	dias	38	40	45	-7%	-17%
<b>Volume de Negócios</b>	M€	95,589	94,635	97,240	1%	-2%
<b>Resultado Líquido</b>	M€	4,969	-6,869	2,081	172%	139%
<b>EBITDAr [ajustado]<sup>1</sup></b>	M€	8,712	12,234	11,900	-29%	-27%
<b>Rendimentos Operacionais<sup>2</sup></b>	M€	101,457	99,045	115,499	2%	-12%
<b>Gastos Operacionais (sem indemnizações por rescisão)<sup>3</sup></b>	M€	91,945	83,395	103,300	10%	-11%
<b>Gastos Operacionais por Passageiro Transportado</b>	€	0,65	0,59	0,72	10%	-9%
<b>Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais</b>	%	110,3%	118,8%	111,8%	-8,4 p.p.	-1,5 p.p.

<sup>1</sup> Exclui Provisões e efeitos extraordinários

<sup>2</sup> Exclui reversões e Ajustamentos

<sup>3</sup> Exclui Provisões + Ajustamentos + Amortizações+Complementos Reforma

Importa igualmente salientar o grau de execução das medidas prioritárias para a concretização dos objetivos definidos pelo acionista da CARRIS, o Município de Lisboa, para o triénio 2017-2019, aprofundados no Plano de Atividades e Orçamento de 2017, disponível na página de internet da empresa.

**Tabela 2 – Medidas prioritárias definidas no PAO**

Ação	Descrição / Objetivos	Estado de execução	Ponto de situação
Novos Tarifários mais atrativos e equitativos	Implementação de tarifários reduzidos para crianças e reformados/ idosos - Tarifários gratuitos para crianças até aos 12 anos em toda a rede CARRIS e Metropolitano - Redução de 60% no passe Navegante Urbano para clientes 3.ª idade	●	Implementado em Fevereiro de 2017
Renovação da frota da CARRIS	Aquisição de 250 autocarros novos maioritariamente a energias alternativas (gás natural e 100% elétricos)  Reforço do investimento em manutenção da frota e recuperação de elétricos  Garantir frota 100% acessível (adoção de rampas de acesso para mobilidade reduzida)	●	Publicação de anúncio com publicação no JOUE - 07-06-2017 para aquisição de 125 Standard e 40 Articulados. Publicação de anúncio com publicação no JOUE - 23-10-2017 para aquisição de 37 autocarros médios. Previsto o lançamento de concurso de 15 veículos 100% elétricos no início de 2018.
Contratação de novos motoristas	Contratação de 200 novos motoristas com vista a reequilibrar a normal redução de quadros fruto de processo de reforma, saídas e inaptidão	●	Contratados 102 tripulantes em 2017 (cumprindo o objetivo de 2017: 100 tripulantes). Aprovada nova metodologia para contratação de motoristas a partir de janeiro 2018
Implementação de uma rede de Bairros	Introdução de 21 novas linhas de bairro cobrindo todas as Freguesias fazendo em cada bairro a ligação entre escolas, mercados, centros de saúde, zonas comerciais com a rede de TP estruturante.	●	Implementadas 5 carreiras de bairro em julho de 2017, de acordo com o previsto

Ação	Descrição / Objetivos	Estado de execução	Ponto de situação
Expansão da Rede de elétricos	<p>Alargamento da linha de elétrico 15 da Praça do Comércio à estação ferroviária de Santa Apolónia</p> <p>Implementação da linha 24 com ligação do Cais do Sodré às Amoreiras</p> <p>Estudo da implementação de elétrico rápido / BRT na ligação Alta de Lisboa – Entrecampos</p> <p>Estudo da solução em modo próprio no eixo Santa Apolónia – Oriente, dinamizando a ligação integrada da linha da CP, nas estações e apeadeiros</p>	●	(Previsto para 2018)
Aumento de velocidade comercial	Implementação de projeto de fiscalização de vias (faixas bus, estacionamento) em parceria com PM e EMEL	●	<p>No sentido de incrementar a velocidade comercial as equipas de fiscalização das vias, foram alvo de reforço de pessoal, e de veículos para o efeito, em parceria com a Polícia Municipal (PM).</p> <p>Participação de equipas da EMEL e PM na sala da CCT da CARRIS, agilizando os procedimentos e reduzindo os prazos de imobilização dos veículos na via</p>
Implementação de Corredores Bus de Elevado Desempenho	Implementação de linhas estruturantes de alto desempenho (radiais e circulares) que cruzem os principais interfaces multimodais da cidade	●	(Previsto para 2018)
Projetos Park & Bus	Implementação de tarifários combinados com vista a promover o estacionamento de viaturas privadas em parques periféricos e utilização da rede de transportes públicos ao serviço da cidade de Lisboa	●	<p>Aguarda-se o final das obras de construção de alguns parques de estacionamento em zonas periféricas, por forma a complementar as possibilidades de estacionamento do Passe CARRIS/ML/Parque, já possível de ser utilizado nos seguintes locais:</p> <p>Parques EMEL - Colégio Militar / Álvaro Pais / Biblioteca / Universidade / Campo Grande / Areeiro; Parques EMPARK - Docas / Alvalade XXI</p>
Projetos Bike & Bus	Adoção de tarifários especiais na adesão ao sistema público de bicicletas partilhadas para utentes da CARRIS	●	(Previsto para 2019)
Nova aplicação móvel CARRIS	Introdução de uma aplicação telemóvel (APP) que permita aos clientes da CARRIS ter acesso nos seus telemóveis e tablets a informação em tempo real de horários, tempos de espera, melhores opções e ligações com os restantes operadores de TP	●	APP já disponível. A lançar publicamente no 1º semestre de 2018
WiFi gratuito	Disponibilização de acesso a WiFi gratuito em todos os autocarros da frota da CARRIS	●	Publicação de anúncio com publicação no JOUE - 26-10-2017 - para aquisição de serviços para um Sistema de Comunicações wifi para a frota da CARRIS
Carreira Emissões Zero	<p>Implementação de carreiras urbanas recorrendo exclusivamente a veículos elétricos*</p> <p><small>*(Medida sujeita a aprovação de candidatura ao POSEUR)</small></p>	●	(Previsto para 2019)

Ação	Descrição / Objetivos	Estado de execução	Ponto de situação
Adoção de sistemas de pagamento alternativos	Implementação de soluções de pagamento e validação de bilhete via smartphone	●	(Previsto para 2019)
Reestruturação do Sistema de bilhética	Implementação de novo sistema de bilhética e da API da OTLIS com vista a aceitar e acompanhar as inovações de bilhética	●	API foi desenvolvida, disponibilizada e realizada a respetiva adaptação nos validadores da CARRIS
Academia de formação CARRIS	Implementação de uma escola de formação em mobilidade, eco-condução e segurança rodoviária (parceria CARRIS TUR e Lisbon Bike Tours)	●	(Previsto para 2018)
Projeto mobilidade Interna Sustentável	- Promoção de frota de VLP interna elétrica - Colocação de postos de carregamento para VE nas estações da CARRIS (parceria Lisboa ENOVA)	●	Rececionados 5 veículos elétricos. Lançamento do concurso público para postos de carregamento previsto para 2018
Projeto Combate à Fraude	Construção de um departamento de fiscalização e monitorização de linhas (parceria com PM e PSP)	●	Incremento do número de fiscais e respetivas fiscalizações, estando previsto um reforço de meios, assim como alterações de procedimentos relativos à cobrança das coimas. O reforço da fiscalização através da subcontratação será iniciada a partir de fevereiro de 2018.
Projeto Conductor exemplar	Adoção de um programa interno de monitorização de desempenho dos motoristas, em termos de qualidade de condução, relacionamento com cliente, pontualidade e assiduidade.	●	(Previsto para 2019)
Projeto Edifícios Sustentáveis	Introdução de soluções de poupança/geração de energia nas instalações da CARRIS (parceria Lisboa ENOVA)	●	(Previsto para 2018)
Novo sistema de gestão integrado	Implementação de um sistema de apoio à gestão (ERP) com vista a disponibilizar informação de gestão (Balanced ScoreCard)  Divulgação regular dos indicadores de desempenho da empresa  Introdução de novas valências na sala de controlo e comando da CARRIS (parceria com a CML)	●	Iniciado o levantamento das necessidades da Empresa e da Gestão. Introdução de procedimento de divulgação de indicadores de desempenho económico e financeiro de forma integrada, com periodicidade mensal

# 3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A CARRIS apresenta a seguinte estrutura organizacional, adequada à sua atividade:





# 4. ATIVIDADE



## 4.1. Exploração Operacional

### 4.1.1. Rede

O ano 2017, foi um ano em que a CARRIS registou um aumento na Oferta, ficando marcado pelo lançamento da Rede de Bairros, com 5 novas carreiras: 26B, 29B, 31B, 32B e 40B. O Modo Autocarro registou, assim, um aumento do número de carreiras, passando de 72 para 75 carreiras, tendo o Modo Elétrico mantido as 5 carreiras de serviço público. No que se refere à cobertura da rede houve um ligeiro aumento.

Tabela 3 - Rede de serviço público em 31 de dezembro de 2017

	Autocarros	Elétricos	TOTAL
Nº de Carreiras	75	5	80
Extensão da Rede (via simples - km)	674	47	680
Comprimento Total das Carreiras (ida e volta - km)	1.561	59	1.620
Comprimento Médio por Carreira (ida e volta - km)	21	12	20

## 4.1.2. Oferta

A Oferta da CARRIS, medida pelo número de “veículos\*km” produzidos, registou uma inversão da tendência a que temos assistido nos últimos anos, tendo registado um aumento de 2,5% relativamente ao ano de 2016.

Esta inversão da tendência é resultado de várias medidas em curso, nomeadamente a criação das novas 5 carreiras da rede de bairros, a admissão de novos tripulantes e dos esforços efetuados para reforço da Oferta na rede de elétricos.

Os resultados do indicador Lugares\*Km resultam dos resultados do indicador veículos\*km.

**Tabela 4 - Indicadores da Oferta**

	Veículos * km (10 <sup>3</sup> ) SP				Lugares * km (10 <sup>6</sup> )			
	2016	2017	Var.		2016	2017	Var.	
			Abs.	%			Abs.	%
Autocarros	27.268	27.921	653	2,4	1.932	1.986	54	2,8
Elétricos + Ascensores + Elevadores	1.489	1.557	68	4,6	110	114	4	3,7
<b>TOTAL</b>	<b>28.758</b>	<b>29.478</b>	<b>721</b>	<b>2,5</b>	<b>2.042</b>	<b>2.101</b>	<b>58</b>	<b>2,9</b>

## 4.2. Qualidade do Serviço

### 4.2.1. Velocidade Média de Exploração

A velocidade média de exploração na rede da CARRIS registou, uma vez mais, um decréscimo relativamente ao ano anterior. O aumento do congestionamento, resultante do acréscimo do número de automóveis na cidade, as obras e o estacionamento indevido, por motivos alheios à responsabilidade da CARRIS, são as principais causas do resultado do indicador.

**Tabela 5 - Velocidade Média de Exploração (Km/h)<sup>1</sup>**

	2016	2017	Var (%)
Autocarros	14,35	14,30	-0,3
Elétricos	9,56	9,18	-4,0
<b>TOTAL</b>	<b>13,99</b>	<b>13,90</b>	<b>-0,6</b>

<sup>1</sup> A velocidade média de exploração global não inclui dados da exploração dos Ascensores e Elevador

Em 2017, foram consideradas medidas adicionais para assegurar a manutenção do funcionamento da rede, sendo que desde meados do mês de novembro, a Central de Comando de Tráfego da CARRIS contou com a presença diária de um elemento da Polícia Municipal e um elemento da EMEL que em parceria com a equipa de “Vigilantes” efetuam a fiscalização de corredores BUS e o controlo do estacionamento irregular em paragens ou em locais de maior dificuldade de circulação do transporte público. Estas medidas, conduziram à efetivação de cerca de 3.928 atuações (4.770 em 2016) e promoveram a remoção por reboque de 214 viaturas irregularmente estacionadas, que embora insuficiente para a melhoria global da circulação do transporte público, é absolutamente necessária promover, através de uma maior articulação entre as diferentes entidades intervenientes, sejam gestoras ou fiscalizadoras da utilização da via pública.

O número de interrupções de circulação de autocarros e de elétricos devido a veículos mal estacionados aumentou cerca de 1,1% em relação ao ano anterior, tendo-se registado, durante o ano de 2017, 1337 ocorrências correspondendo a 937 horas de interrupção de circulação e afetando 1480 veículos.

**Tabela 6 - Ocorrências**

	2016	2017	Var.	
			Abs.	%
Ocorrências	1.322	1.337	15	1,1
Horas de Interrupção	1.041	937	-104	-10,0
Veículos Imobilizados	1.494	1.480	-14	-0,9
Nº de arruamentos c/interrupção por mau estacionamento	197	185	-12	-6,1

#### 4.2.2. Taxa de Ocupação

O indicador Taxa de Ocupação relaciona a Procura, medida em “Passageiros\*km”, com a Oferta, medida em “Lugares\*km”. Em 2017, reflexo do aumento da oferta e da estabilização dos valores anuais da Procura, a Taxa de Ocupação evidencia um ligeiro decréscimo relativamente a 2016.

**Tabela 7 - Taxa de ocupação**

	2016	2017	Var (%)
Autocarros	21,27	20,61	-3,1
Elétricos	26,68	26,96	1,1
<b>TOTAL</b>	21,57	20,95	-2,8

### 4.2.3. Taxa de Acidentes

No global, o número de Acidentes de Exploração ocorridos em 2017 (1.282) foi ligeiramente superior ao verificado no ano anterior (1.232), tendo-se constatado um aumento de 4,1% na quantidade de acidentes. O modo autocarro viu agravada a respetiva quantidade de acidentes em 6,1%, mas a forte redução verificada no modo elétrico, de - 11%, contribuiu para que a variação final da quantidade de acidentes se tenha situado no valor referido. Do total de 1.282 acidentes de exploração verificados, 1.153 ocorreram no Modo Autocarro e 129 ocorreram no Modo Elétrico.

**Tabela 8 - Sinistralidade - Acidentes de Exploração**

Acidentes de Exploração (n.º)	2016	2017	Var.	
			Abs.	%
Modo Autocarro	1.087	1.153	66,0	6,1
Modo Elétrico	145	129	-16,0	-11,0
<b>TOTAL</b>	1.232	1.282	50,0	4,1

No que respeita à Taxa de Acidentes de Exploração, registou-se um aumento na ordem dos 1,6%. Apesar do aumento verificado no Modo Autocarro, de 3,8%, a forte redução verificada no Modo Elétrico, de -16,6%, implicou apenas um ligeiro agravamento da taxa de acidentes global.

**Tabela 9 - Sinistralidade - Taxa de Acidentes de Exploração**

Taxa de Acidentes de Exploração *	2016	2017	Var.	
			Abs.	%
Modo Autocarro	39,66	41,16	1,50	3,8
Modo Elétrico	88,04	73,46	-14,58	-16,6
<b>TOTAL</b>	42,41	43,07	0,66	1,6

\* Acidentes por milhão de Vkm (Serviço Total )

Para o aumento verificado na sinistralidade rodoviária, em particular no modo autocarro, contribuiu o aumento da circulação automóvel na cidade, com reflexo negativo para a operação, originando um aumento da quantidade e frequência dos congestionamentos, e consequentemente da probabilidade de pequenos abalroamentos e quedas de Clientes, em resultado de travagens bruscas provocadas por manobras inadvertidas por parte de veículos terceiros.

Apesar do aumento verificado na Taxa de Acidentes global (+1,6%), em resultado do agravamento deste indicador no modo autocarro, tendo em consideração que, ainda assim, representa uma das melhores taxas de acidente das empresas congéneres europeias, para a manutenção deste nível de accidentalidade, comparativamente ainda baixo e com vista à melhoria contínua da condução segura e económica, a CARRIS investe permanentemente na formação e na sensibilização dos seus Tripulantes. Nesse sentido, o cumprimento dos Planos Anuais de Formação, bem como a concretização

de ações de sensibilização nas próprias estações, ministradas pelo pessoal de enquadramento (Inspetores de Tráfego), têm sido fundamentais para a manutenção de baixos valores dos indicadores associados à accidentalidade.

Ao longo do ano de 2017 foram realizadas ações de formação contínua de tripulantes, no âmbito do CAM – certificado de aptidão para motorista - e ações de reciclagem em “Técnicas de Condução e Prevenção de Acidentes”, envolvendo os tripulantes com maior número de acidentes, assim como os que se encontraram em situação de ausência por doença por mais de seis meses, ou que tenham de conduzir outras marcas/modelos de autocarros, designadamente, nos casos de mudança de estação, dando especial enfoque aos princípios de condução defensiva, cómoda e segura.

De forma a incentivar um melhor desempenho por parte dos tripulantes foi, em 2017, restabelecido o pagamento do prémio de condução defensiva, atribuído em função do número de horas de condução sem acidentes, promovendo um reconhecimento aos tripulantes que no exercício das suas funções contribuem para a redução da taxa de acidentes.

#### 4.2.4. Taxa de Cumprimento de Serviço

A taxa de cumprimento de serviço apresentou melhorias em 2017, face a 2016, quer em termos de veíc. x km, quer em veíc. x hr, resultado do esforço da empresa na realização da oferta programada, para o qual contribuiu o processo de admissões, focada na contratação de tripulantes, no sentido de diminuir a escassez de recursos humanos que se tem verificado nos últimos anos.

Tabela 10 - Taxa de Cumprimento

	2016	2017	Var
Taxa de cumprimento (Veic X km)	92%	95%	2,8 p.p.
Taxa de cumprimento (Veic X hr)	94%	96%	2,0 p.p.

### 4.3. Atividade Comercial

**4.3.1. Enquadramento** A atividade comercial da CARRIS focou-se na análise, ao nível da abrangência e eficiência dos serviços prestados pela empresa ao cliente, sempre com o foco de melhorar a qualidade do serviço prestado.

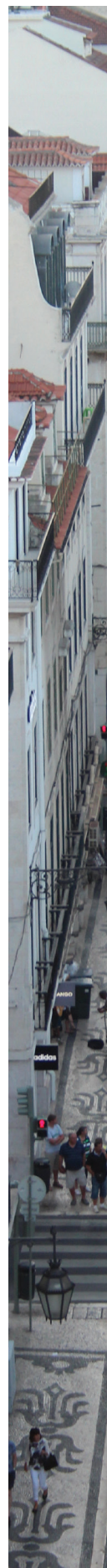
Foi também um período de revisão das parcerias estratégicas implementadas e procura de novos parceiros e soluções de negócio com modelos de ticketing alternativos, mais focados na simplificação e captação de novos clientes.



### 4.3.2. Atividade desenvolvida

No âmbito das ações desenvolvidas, em 2017, destacam-se as seguintes, face à mais-valia observada no serviço prestado ao cliente:

- Foi lançado o projeto “Carreiras de Bairro” com a criação de 5 carreiras que visaram reforçar a mobilidade local, criando complementaridade à rede já operada pela CARRIS. Por esta via procurou-se gerar maior proximidade às infraestruturas mais importantes dos bairros, como escolas, centros de saúde, mercados e estações de metro. Em termos de bilhética, estas carreiras aceitam qualquer título válido na rede CARRIS, tendo também sido criado o “Passe Carreiras de Bairro” para utilização exclusiva nestas carreiras, com o custo de 10,00€ e válido por 30 dias;
- Em fevereiro, como medida de incentivo à utilização do transporte público, foi implementada na rede da CARRIS e ML a gratuidade de transporte para crianças até aos 12 anos e, simultaneamente reduziram-se os preços dos passes Navegante Urbano 3ª Idade e Ref/Pens aplicando um desconto de 60% em relação à tarifa normal;
- Em setembro foi alargado a todos os estudantes do ensino universitário até aos 23 anos de idade, o desconto de 25% sobre a tarifa normal;
- Com vista a melhorar continuamente o atendimento ao cliente e a promover soluções de proximidade que permitam ir ao encontro das necessidades evolutivas e dinâmicas do mercado, iniciou-se em 2017 um processo de revisão global do sistema de atendimento e reclamações, assim como, da configuração e tipologia de serviços patentes na atual rede de vendas. No tocante ao *assessment* do regime de atendimento ao cliente existente, procurou-se conhecer exaustivamente os sistemas e processos de contacto, resposta, identificação de pontos críticos, falhas, com vista a estabelecer uma metodologia de abordagem comum que uniformize o contacto com o cliente, independentemente do ponto de contacto utilizado para chegar à organização, assim como permita a utilização em tempo útil da informação e a sua partilha com as áreas da empresa. No último trimestre do ano, fo-





ram implementados *quick wins* ao sistema, que permitiram alcançar uma melhoria significativa na qualidade do serviço prestado ao cliente. O projeto de análise da rede de vendas iniciado no último trimestre, tem como objetivo o desenho de um modelo de transformação e proximidade, que permita ir ao encontro das necessidades atuais e futuras dos clientes do sistema de mobilidade;

- Foi realizado o Inquérito de Satisfação ao Cliente, referente ao ano de 2017, com vista a identificar a perceção global adquirida pelos clientes do serviço prestado, tendo sido alcançado o resultado de 71,06%, representando um aumento de 14% face aos resultados obtidos no inquérito realizado em 2016 (62,50%) e consistindo no melhor resultado obtido desde 2008, cuja média se situa em 66,4% (no período de 2008 a 2017);
- A CARRIS continuou a apostar na presença em grandes eventos, gerando soluções de proximidade e acessibilidade e contribuindo, também, por esta forma numa experimentação do transporte público que incentive utilizações futuras e repetições. Neste âmbito marcou presença no NOS Alive, nas corridas do Maratona Clube de Portugal, World Bike Tour, Super Bock Super Rock e no Web Summit. Neste último, destaca-se a criação de um passe específico CARRIS, Metro e CP, comercializado em três modalidades diferentes (1, 3 e 5 dias), vendido nos diversos momentos do evento, o que permitiu aos participantes a utilização ilimitada de toda a rede do Metro e CARRIS (metro, autocarros, elétricos, ascensores e elevador), bem como nos circuitos urbanos da CP (abrangendo Cascais e Sintra).

Ao nível dos Espaços Cliente e gabinete de produção dos cartões Lisboa Viva:

- Foram atendidos um total de 47.065 clientes nos Gabinetes de Apoio ao Cliente, sendo 24.587 no Espaço Cliente do Arco Cego e 22.478 no Espaço Cliente de Santo Amaro. Comparando com o ano anterior verifica-se um acréscimo no número médio de clientes atendido por mês de 3.792 para 3.922;

- Relativamente aos cartões, em 2017 foram produzidos cerca de 34.237 cartões Lisboa Viva por pedidos da CARRIS, sendo que 12.200 foram referentes a pedidos em prazo normal (10 dias), 19.146 urgentes (24 horas), 56 urgentes com garantia, 31 via Portal VIVA e 2.804 para colaboradores da empresa.

### 4.3.3. Procura

Após um ciclo longo de consecutivas quebras na procura da CARRIS, em 2017, observa-se uma inversão da tendência de retração da procura, tendo-se registado um acréscimo de +1,1% nos passageiros transportados com título válido, com especial incidência nos modos elétrico, ascensores e elevador com um aumento de +4,5%, e tendo o modo Autocarro um aumento de +0,8%. A inflexão da procura foi progressiva ao longo do ano, evidenciando-se com maior destaque nos terceiro e quarto trimestres do ano, em função da melhoria da qualidade da oferta, em resultado do esforço da CARRIS na potenciação da mobilidade urbana da cidade.

A implementação de medidas que incentivam a utilização do transporte público, tais como, gratuidade às crianças até aos 12 anos de idade, redução do preço dos passes navegante urbano 3ª idade e reformado/pensionista, alargamento do desconto de 25% sobre o preço da tarifa normal a todos os estudantes universitários até aos 23 anos, associadas ao aumento dos níveis de oferta, nomeadamente, a partir do 2º semestre do ano, revelaram-se fatores preponderantes para o aumento registado nos passageiros transportados com título válido.

Em 2017 a CARRIS transportou 122.374 mil passageiros com título válido, quase mais 1,4 milhões de passageiros em relação ao ano de 2016, sendo de destacar a evolução evidenciada no último trimestre do ano, representando um acréscimo superior a 4% face a igual período do ano transato.

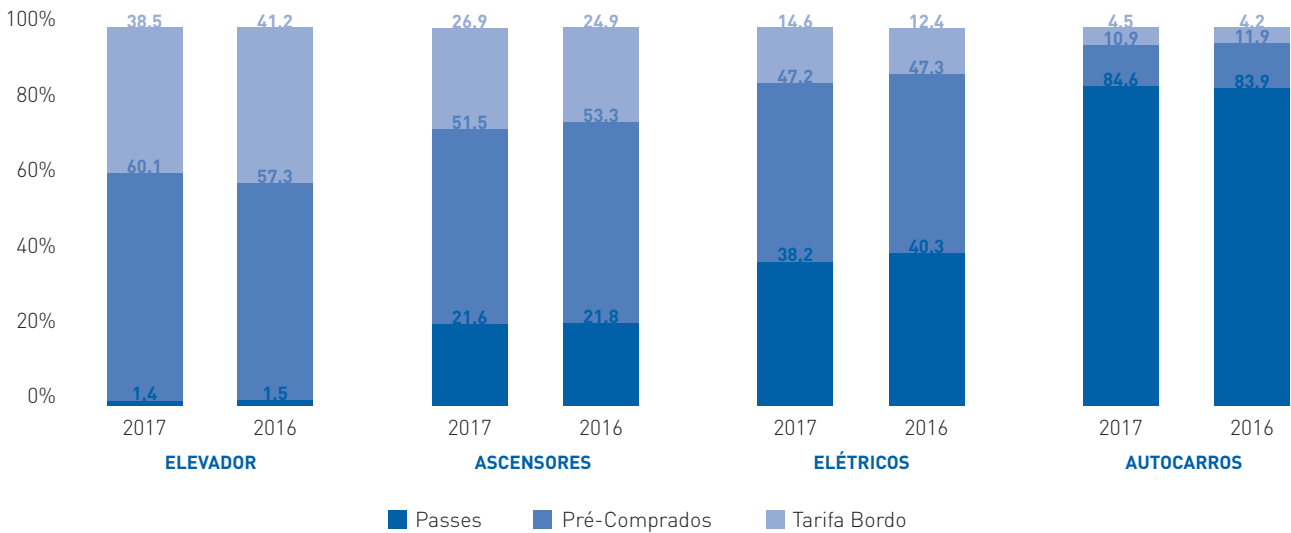
**Tabela 11 - Passageiros - Validações**

Passageiros - Validações	2016	2017	Var (%) 2017/2016
Títulos ocasionais	24 854	24 328	-2,1
Passes	96 158	98 045	2,0
<b>Total transportados com Título Válido</b>	<b>121 012</b>	<b>122 374</b>	<b>1,1</b>

Em termos de distribuição da procura, o segmento de passes continua a ter maior expressão no modo Autocarro, sendo os títulos ocasionais os que têm maior peso nos restantes modos.

A procura no Elevador de Santa Justa apresenta um peso residual de passageiros de passe, já os que adquirem título a bordo representam quase 40%.

**Gráfico 1 - Estrutura da Procura/Modo**



#### 4.3.4. Receitas Tarifárias

A receita tarifária da CARRIS apresentou em 2017, um acréscimo de +1,7%, em relação ao ano anterior, totalizando 94,4 Milhões de €, o qual resulta, entre outros, do acréscimo das vendas de títulos ocasionais (+5,5%), em particular do modo elétrico, dado o valor unitário destes títulos.

Pela prática das modalidades de estudante (4\_18 e sub 23) e Social+, a CARRIS foi ressarcida em 2,5 Milhões de €, estando a aguardar a regularização do último trimestre de 2017, no que se refere à compensação pela modalidade Social+. Pela primeira vez, a empresa recebeu o subsídio pela disponibilização de títulos de transporte intermodais, no valor de 1,4 milhões de euros.

**Tabela 12 - Receita (sem IVA) por Título de Transporte (milhares de euros)**

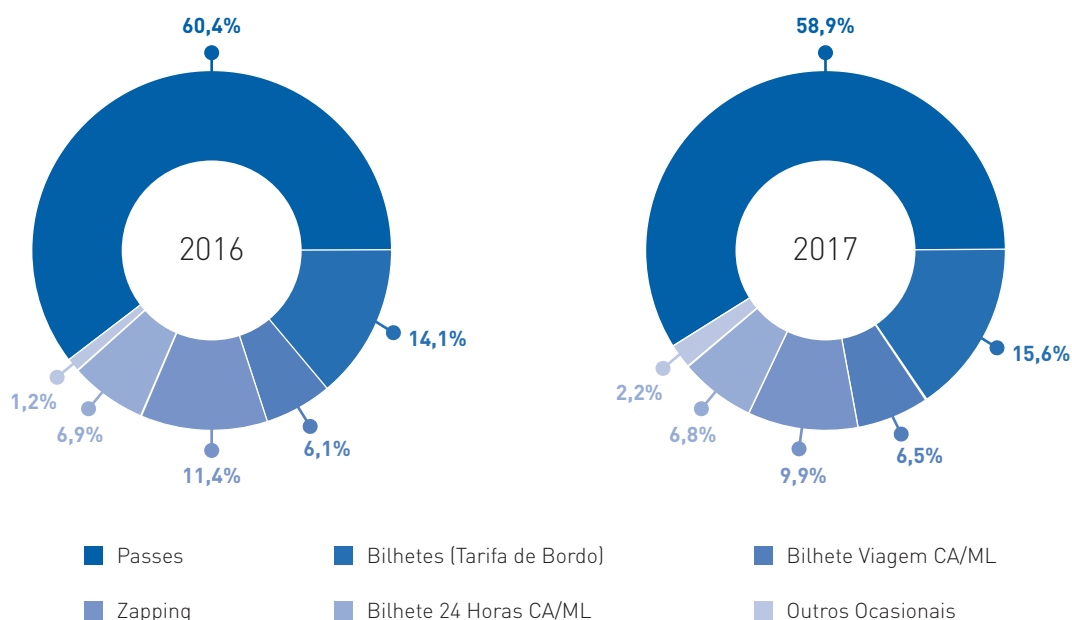
Títulos de transporte	2016	2017	Var (%) 2017/2016
Títulos ocasionais	36 773	38 790	5,5
Passes	56 069	55 589	-0,9
<b>Total das receitas</b>	<b>92 842</b>	<b>94 378</b>	<b>1,7</b>
Comparticipações 4-18 / sub23 / social + / interm.	2 622	3 866	47,5
<b>Total das receitas com participações</b>	<b>95 464</b>	<b>98 244</b>	<b>2,9</b>



A receita associada aos títulos ocasionais, que representa mais de 40% da receita auferida, atingiu, em 2017, o valor de cerca de 38,8 M€, mais 2 milhões de euros, face a 2016, resultado na maioria da venda de tarifa de bordo e também do Bilhete Viagem CA/ML. Os restantes títulos também apresentaram acréscimos, com exceção do *zapping* que fechou o ano a perder receita.

No gráfico seguinte apresenta-se o peso da receita tarifária da CARRIS por título, sendo a maior parte, 59%, proveniente das vendas de passes e 16% da venda de tarifa a bordo nos veículos. Salienta-se ainda que, em 2017, o peso da receita dos títulos ocasionais aumentou, em resultado do aumento de passageiros registado no Modo Elétrico, em particular nos Ascensores e Elétricos, fruto do crescimento do turismo na cidade.

**Gráfico 2 - Receitas Acumuladas 2017**



#### 4.3.5. Receita não Tarifária

As receitas complementares associadas à atividade comercial incluem receitas provenientes de alugueres de veículos para eventos e filmagens, alugueres de espaços, receitas publicitárias e alugueres de elétricos de turismo, que representaram, em 2017, um total de 1,357 milhões de euros.

Para este resultado contribui decisivamente a rentabilização da frota, através de alugueres, que representa 60% do total da receita complementar associada à atividade comercial, com especial destaque para a concessão à Carristur que explora o segmento turístico e a contribuição da subconcessão à Publicarris/MOP de exploração dos meios publicitários da empresa, que contribui em cerca de 38% (35% em 2016).



Com impacto menos significativo nas receitas destaca-se ainda a realização, em 2017, de serviços especiais de transporte, nomeadamente no âmbito dos festivais Super Bock Super Rock, Vodafone Mexe Fest e NOS Alive, do concerto dos Guns N´Roses e dos protocolos com o Maratona Clube Portugal e com o World Bike Tour, bem como a realização de filmagens em autocarros, elétricos, ascensores e outras instalações da CARRIS.

#### **4.3.6. Combate à Fraude**

A fraude nos transportes públicos é um fenómeno transversal, que abrange todas as idades, géneros e meios sociais, sendo particularmente complexo em sistemas abertos, como o que é operado pela CARRIS.

A publicação da Portaria 241-A/2013 de 31 de julho e o despacho n.º 8946-A/2015 de 11 agosto, que estabelecem as regras gerais de cálculo de compensações financeiras e de repartição de receitas dos passes intermodais, entre Operadores de transporte coletivo de passageiros da Área Metropolitana de Lisboa, com base nas validações registadas pelo sistema de bilhética, vem dar, ainda, maior relevo à importância do combate à fraude pelo impacto negativo que esta tem nas receitas da empresa. Assim, a recuperação de receitas, por contenção e posterior redução da fraude, assume uma importância fundamental.



Ao longo de 2017, manteve-se o apoio da PSP/DIC no acompanhamento às equipas de fiscalização, nomeadamente nas zonas mais críticas, nos termos estabelecidos. No que concerne ao apoio da PSP em ações estacionadas verificou-se uma redução de 113 para 80, regressando-se aos níveis de 2015, com maior incidência nas ações de fiscalização da “Rede da Madrugada” cujo apoio mais musculado é indispensável.

Durante o ano de 2017 foram fiscalizados cerca de um milhão e quinhentos mil passageiros, correspondendo a um acréscimo significativo de cerca de 40%, mantendo-se a tendência de crescimento iniciada já no 2º semestre de 2016. Concomitantemente, também se verificou um acréscimo de cerca de 7% nas contraordenações, objeto de autuação, correspondendo a cerca de 16.600 situações.

Como nota final, importa salientar que a competência para a instauração e instrução dos processos de contraordenação, relativos ao tipo de infrações, bem como a decisão de aplicação das respetivas coimas, não se encontra atribuída aos operadores de transporte, mas, e nos termos da Lei nº 28/2006 de 4 de julho, com a redação dada pela Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT).

A publicação do Decreto-Lei nº 117/2017, de 12 de setembro e da Portaria nº 37/2018, de 29 de janeiro, ao definir novas regras para a fiscalização e a recuperação das coimas por liquidar potencia uma maior equidade do sistema, promovendo um regime sancionatório mais flexível e equilibrado, que permita aumentar a eficácia no controlo da fraude e utilização indevida dos transportes coletivos de passageiros, possibilitando-se a cobrança, das coimas, voluntária pelos operadores, mantendo-se, contudo, a competência de cobrança coerciva, na Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), não tendo sido possível até final do ano a implementação do processo de comunicação dos Autos, via IMT, I.P., àquela entidade.

#### 4.3.7. Feedback do cliente

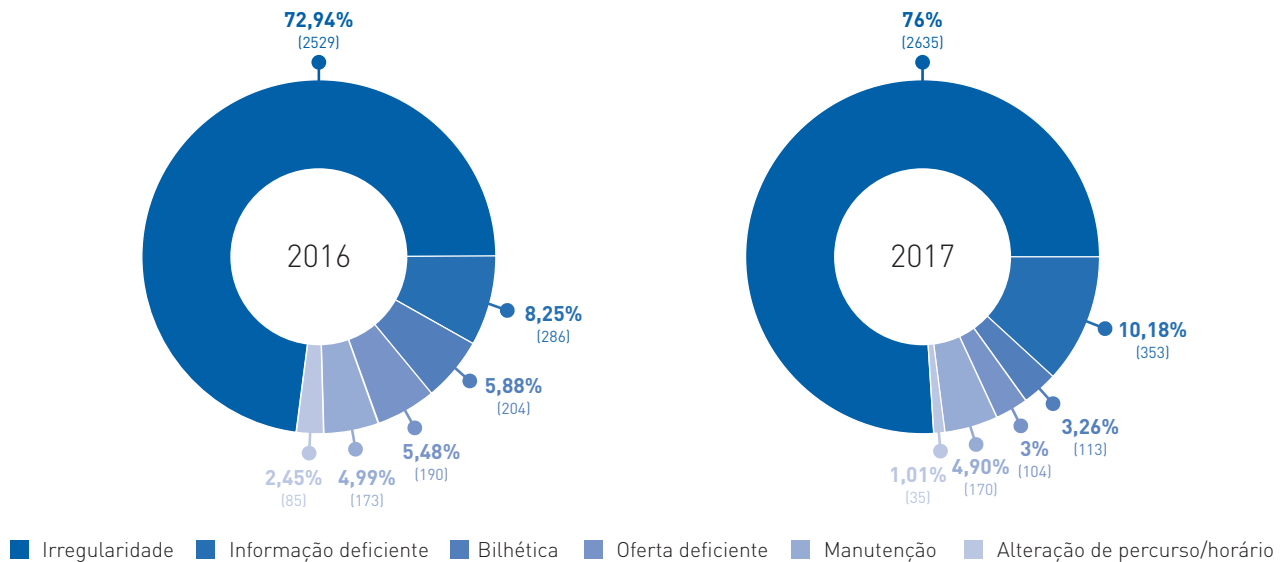
Em 2017 foram recebidas 6.650 comunicações do cliente, representando um aumento de 15% face a 2016, distribuídas pelos seguintes assuntos:

**Tabela 13 - Comunicações do cliente**

	2016	2017	Var (%)
Reclamações de serviço	3.643	3.774	3,6
Queixas de Pessoal	998	1.274	27,7
Pedidos e Sugestões	1.111	1.535	38,2
Elogio a Pessoal e Serviço	30	67	123,3
<b>TOTAL</b>	<b>5.782</b>	<b>6.650</b>	<b>15,0</b>

De salientar, que o principal aumento verifica-se ao nível dos elogios (tanto relativos a pessoal como ao serviço prestado) e ao nível dos pedidos e sugestões. As reclamações de serviço sofreram um acréscimo na ordem dos 3,6%, sendo os principais motivos apresentados no gráfico seguinte:

**Gráfico 3 - Principais motivos de reclamações de serviço e queixas de pessoal**



O grande peso nas reclamações mantém-se relacionado com questões de irregularidade de serviço, associadas à falta de meios humanos e materiais com que a empresa se confrontou ainda ao longo do ano.

### 4.3.8. Rede de Vendas

A 31 de dezembro de 2017, a rede de vendas da CARRIS era composta da seguinte forma:

**Tabela 14 - Composição da Rede de Vendas**

	2017
Espaços Cliente Carris/Metro(*)	2
Quiosques mob Carris	4
Pontos mob Carris	91
Agentes Payshop	249
Estações CTT	53
<b>TOTAL</b>	<b>399</b>

\* Designação adotada em 2013

De uma forma global notou-se um aumento de pontos de venda, em cerca de 2,8%, diretamente influenciado pelo crescimento da rede Payshop. A aposta foi na dispersão de pontos, garantindo a cobertura da área geográfica abrangida pelas carreiras de serviço que a empresa opera, complementando a rede própria com a rede Pagaqui (OTLIS), Portal OTLIS e Multibanco (máquinas ATM's), promovendo acessibilidade na aquisição dos títulos de transporte.

Como principais momentos da atividade da rede de vendas, ao longo do ano, destacam-se os seguintes:

- Reabertura do quiosque mob do Cais do Sodré em janeiro de 2017, que esteve encerrado desde meados de 2016, devido às obras na envolvente do Jardim Roque Gameiro;
- Aplicação de novas medidas tarifárias a crianças (gratuidade até 12 anos) e 3ª idade (desconto de 60% na aquisição do Navegante Urbano), o que gerou um acréscimo nos pedidos de novos cartões Lisboa Viva, a partir do mês de fevereiro;
- Aposta na migração de comunicações de alguns concessionários para ADSL 2+, facilitando assim todo o processo de vendas sem falhas de comunicação;
- Em outubro de 2017, a área de vendas das Lojas Arco Cego e Santo Amaro passaram a receber os valores das coimas.

#### 4.4. Segurança de Exploração (Safety)

Após o processo de alteração de acionista, para a Câmara Municipal de Lisboa, embora não sendo aplicável o Despacho nº 1094/98 (2.ª série), de 19 de janeiro, emitido pelo Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território, a CARRIS decidiu manter um Órgão - Autoridade de Segurança (ASE) que continua a assegurar o disposto no mesmo.

Para além desse aspeto, a ASE passou a acompanhar e a gerir as ocorrências de exploração, também no âmbito do vandalismo e segurança (Security), mantendo a articulação com as forças de segurança, em particular com a PSP, com o objetivo de tornar o transporte público por si produzido mais seguro para os Clientes, Tripulantes e Material Circulante.

No cumprimento da sua missão e atribuições, a Autoridade de Segurança passou a incidir a sua atividade nas seguintes vertentes:

- Contactos com as entidades externas de supervisão da segurança, designadamente, Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT, I.P.) para definição das matérias a comunicar a estas entidades;
- Acompanhamento da atividade operacional dos modos Autocarro e Elétrico, verificando a existência de eventuais incidentes ou acidentes, analisando-os para que sejam identificadas eventuais ações de melhoria que contribuam para um sistema cada vez mais seguro, bem como sobre a forma como as normas e regulamentos em vigor são cumpridos;
- Elaboração, do plano anual de segurança para 2017 de acordo com os requisitos estabelecidos pelo IMT bem como os respetivos indicadores de controlo. Para o efeito, foram identificados os riscos associados à atividade, as possíveis causas dos mesmos, as potenciais consequências e a forma de mitigação das mesmas;
- Articulação com as forças de segurança, em particular com a PSP, a proteção em eventos especiais e intervenções excecionais, no âmbito da exploração, bem como a articulação com as mesmas entidades, no que se refere à adoção de medidas de dissuasão em determinadas zonas da cidade e em determinados horários/viagens, em que tal se justifique, do ponto de vista da segurança da exploração, em particular, dos Clientes, dos Tripulantes e do Material Circulante.

## 4.5. Frota de Serviço Público

### 4.5.1. Situação Geral

No decorrer do ano 2017, a CARRIS não adquiriu veículos para a sua frota, tendo como consequência o aumento da idade média da frota de autocarros, subindo consecutivamente dos 6,3 anos no final de 2009 para 12,4 anos no final de 2017. No sentido de reverter esta situação, ainda em 2017, foram lançados concursos públicos para aquisição de 165 novos veículos, com recurso a tecnologias mais limpas e amigas do ambiente, estando prevista a sua chegada a partir do 2º semestre de 2018. Estes veículos serão os primeiros a adquirir, prevendo-se que no período 2018-2021 se adquiram um total de 350 autocarros, permitindo oferecer ao cliente uma frota com maior conforto, mais fiável, e com menos impacto ambiental para a cidade.

No sentido de incrementar a eficiência energética nos trans-



portes urbanos públicos no País, foram lançados Avisos pelo programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), aos quais a CARRIS se candidatou com objetivo de ver o seu investimento na nova frota co-financiado, no que se refere à aquisição de 180 autocarros (dos quais 165 movidos a GNC e 15 elétricos), tendo obtido aprovação no decorrer do ano de 2017.

No que respeita à frota de elétricos, não se verificaram alterações, estando, no entanto, prevista a aquisição de novas viaturas para complementar a frota, de forma a ser possível a expansão da rede de elétricos durante o período 2018-2021.

**Tabela 15 - Frota de Serviço Público**

	31.12.2016	31.12.2017
Autocarros	599	600
Standard	457	457
Minis	33	33
Médios	19	20
Articulados	90	90
Elétricos	48	48
Remodelados	38	38
Articulados	10	10
Ascensores + Elevador	8	8
<b>Total</b>	<b>655</b>	<b>656</b>

#### 4.5.2. Manutenção da Frota de Autocarros

Foram concluídas 29 Grandes Reparações de Carroçarias de autocarros, tendo sido revisto o plano plurianual de grandes reparações de autocarros, com reflexo nos próximos anos em que se prevê a retoma na renovação de frota de autocarros.

A suspensão da renovação da frota, com o conseqüente envelhecimento da mesma, obrigou a um maior esforço na manutenção dos veículos existentes, acabando por se refletir nos custos de manutenção.

**Tabela 16 - Custos de Manutenção da Frota de Autocarros**

	2016	2017	Var.	
			Abs.	%
Custo de Manutenção do Modo Autocarro (€)	9 626 787	10 345 012	718 225	7,46

\* RFE modo autocarro - conservação e reparação

### 4.5.3. Frota de Carros Elétricos

A CARRIS prosseguiu, em 2017, o Plano de Reparações Comerciais dos Carros Elétricos tendo sido reparados 7 Remodelados e 1 Articulado. Foram ainda efetuadas Reparações Gerais nos Ascensores do Lavra e da Bica.



## 4.6. Infraestruturas de Tração Elétrica

### 4.6.1. Colaboração com Entidades Externas

Na sequência dos projetos desenvolvidos, quer em anos anteriores, quer em curso, pela Câmara Municipal de Lisboa (CML) em obras de requalificação urbana, foi dado apoio ao nível da via-férrea, rede aérea, cabos subterrâneos e comandos automatizados de agulhas de via. Estas obras, das quais se destaca pela sua importância, o final da requalificação do Cais do Sodré/Corpo Santo e o início do Campo das Cebolas, traduziram-se numa significativa melhoria das condições de circulação.

### 4.6.2. Energia e Rede aérea

Durante o ano de 2017 foram substituídos 1.255m de fio de contacto, no âmbito da renovação deste tipo de infraestrutura. Mantiveram-se os padrões de qualidade do serviço, traduzidos pela disponibilidade da rede aérea, cujo valor atingiu cerca de 100 %.

### 4.6.3. Via-férrea

Durante o ano de 2017, para além dos trabalhos desenvolvidos em colaboração com Entidades Externas, no âmbito das obras da CML, foram executadas regularmente as ações de manutenção da via, com limpeza dos carris e lavagem/lubrificação de todos os aparelhos de via, garantindo assim as condições de segurança para circulação dos elétricos.

No que se refere à conservação da via-férrea e seus aparelhos, foram efetuadas as seguintes intervenções, entre outras:

- Renovação de linha – 127,5 m
- Limpeza de agulhas – 4.692 un
- Lubrificação de agulhas – 14.070 un
- Afinação de agulhas – 684 un
- Reparação de agulhas – 57 un
- Limpeza de sumidouros e caixas de visita – 666 un
- Limpeza de canal do carril – 400 km
- Reparação de juntas de carril (calos) – 56 un
- Reperfilagem de carril com soldadura/limagem – 70 m

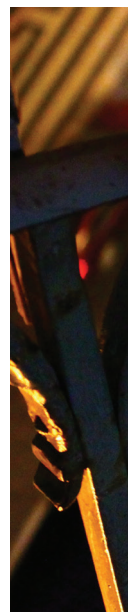
Estas ações contribuíram para a manutenção das condições de operacionalidade e de segurança e para o prolongamento da vida útil dos equipamentos desta infraestrutura.

Mantiveram-se os padrões de qualidade do serviço, traduzidos pela disponibilidade da via-férrea, cujo valor atingiu cerca de 100 %.

### 4.6.4. Obras de Conservação e Beneficiação

Em 2017 deu-se continuidade à Obra de Conservação e Beneficiação do Elevador de St<sup>a</sup> Justa, tendo sido intervencionadas as zonas de acesso ao Elevador, piso térreo do lado do Rossio e do lado do Carmo, bem como o corredor poente. Foi ainda finalizada a instalação de deteção de incêndios na casa das máquinas.

As intervenções foram realizadas mantendo o Elevador em funcionamento e acessível aos visitantes, com alguns condicionamentos nos acessos inferior e superior, que no entanto, não interferiram com a afluência regular dos clientes.





## 4.7. Museu da CARRIS

O Museu da CARRIS, inaugurado a 12 de janeiro de 1999, visa preservar o valioso acervo da empresa e divulgar o papel integrante e imprescindível da mesma no desenvolvimento da cidade de Lisboa. Tem vindo, cada vez mais, a marcar presença no panorama museológico nacional, como uma viagem no tempo emocionante contando histórias do quotidiano de um povo, que ficam retidas na memória da cidade e dos veículos da CARRIS.

Em termos estratégicos, 2017 foi um ano de foco no reforço da presença e abrangência do programa do Serviço Educativo do Museu, com uma ação educativa vocacionada e adaptada a públicos variados – crianças, jovens, escolas, famílias, séniores e públicos com necessidades específicas, procurando consciencializar o público para a existência do espólio e do património da CARRIS, bem como a sua importância na evolução da morfologia da cidade, do desenvolvimento tecnológico e sua história. Destacam-se neste ano, o crescimento das festas de aniversário para crianças aos sábados e domingos e, a realização de diversos workshops técnicos sobre os mais variados temas que procuram trazer mais dinamismo à atividade regular do Serviço Educativo e captar públicos diferenciados além do público escolar, nomeadamente, famílias.

Em termos globais, o Museu da CARRIS, no ano de 2017, registou um crescimento do número de visitantes, na ordem dos 25%, resultando numa faturação de receita de bilheteira de 48.579,80€. No que respeita à receita proveniente do Serviço Educativo, registou-se um acréscimo de 51%, resultado de um contínuo esforço de proximidade na comunicação das atividades e da conceção frequente de novos produtos educativos.

No que concerne ao espaço Galeria, em 2017, em parceria com o projecto mOstra, de Patrícia de Pires de Lima, o Museu da CARRIS recebeu as seguintes exposições:

- Exposição “Linhas Cruzadas”, com Paula Matos Gil e Iñigo Zulueta, curador Davide Mota (19 de maio a 18 de junho)
- Exposição “Colectiva”, com Ana Velez, Daniel Fernandes, Flávio Delgado, Gonzalez Bravo, Maria Santo e Rafael Fernandes (5 de julho a 31 de agosto)
- Exposição “Torre de Madeira”, Atelier Contencioso | Ana Velez, Joana Gomes, Maria Sasseti e Xana Sousa, texto de Mara Silvério (26 de outubro a 25 de novembro)
- Exposição “One day at the forest”, de Luís Bivar (14 de dezembro a 21 de janeiro 2018).



# 5. RECURSOS HUMANOS



Com a assunção da gestão da empresa, a CML imprimiu um novo modelo de gestão, aliado a um plano estratégico também ao nível dos recursos humanos, com vista a inverter a situação que se verificou entre 2011 e 2016, período em que o efetivo da CARRIS foi reduzido em 597 trabalhadores, com consequências diretas na prestação do serviço público, com declínio da oferta e consequentemente, da procura. Desta forma, tendo por objetivo a melhoria da prestação do serviço público de transporte de passageiros, com disponibilização de uma oferta mais adaptada e adequada, mais alargada e com um nível mais elevado da taxa de cumprimento do serviço, que é exequível apenas com a disponibilização de um maior número de efetivos, em particular de tripulantes, a CARRIS tinha entre as medidas estratégicas aprovadas no seu Plano de Atividades e Orçamento, a contratação de motoristas e guarda-freios, com vista a colmatar a insuficiência de recursos humanos resultante da política e estratégia seguida nos anos anteriores.

Como resultado da estratégia definida ao nível dos recursos humanos e do esforço desenvolvido para a implementar, destacou-se a contratação de 102 Tripulantes, concorrendo esta medida, como referido, para a promoção do serviço focado no Cliente. Foi assim possível dar início à implementação da Rede de Bairros e iniciar a consolidação da oferta contratualizada em termos de rede e de horários.

A par, com o objetivo de modernizar e qualificar a empresa, foi determinado o processo de revitalização dos quadros da CARRIS, com 19 admissões, ao longo do ano em análise. Processo que também se justificou, pelo fim da gestão conjunta das áreas corporativas da CARRIS, Metropolitano de Lisboa e Grupo Transtejo, que teve lugar no início de 2017.



Outro eixo de intervenção, no âmbito do pilar estratégico “Modernizar e Qualificar a Empresa”, identificado para 2017, foi o incremento de programas de formação, para o qual foi definido o objetivo operacional de criação da Academia de Formação CARRIS.

Assim, foi com base numa visão integrada, que se pautou a atuação da empresa, ao nível da Gestão dos Recursos Humanos.

## 5.1. Evolução do Efetivo

Em 2017, decorrente das medidas implementadas, no âmbito da estratégia definida para a CARRIS, foi possível, de forma ainda mais visível, traçar uma trajetória de recuperação dos níveis de efetivos. Assim, conforme demonstra a tabela infra, o efetivo ao serviço registou um crescimento, na ordem dos 4,72%, face ao ano transato.

**Tabela 17 - Efetivo CARRIS a 31 de dezembro**

	2016	2017
Efetivo ao serviço	1.757	1.840
Outras situações:	270	272
Ausências superiores a 30 dias	152	154
Pré-Reformados	2	3
Requisitados à Empresa*	6	9
Regime de Cedências pela Empresa**	110	106
<b>Efetivo Global</b>	<b>2.027</b>	<b>2.112</b>

\* Inclui 3 colaboradores com contrato de trabalho suspenso, ao abrigo dos artigos 294º e 295º do Código do Trabalho

\*\* A generalidade das cedências são no quadro das empresas participadas da CARRIS

Em relação às saídas, conforme demonstra a tabela abaixo, verificou-se uma redução de 6,8% face a 2016. Do total de saídas ocorridas, 31 correspondem a tripulantes.

**Tabela 18 - Saídas**

	2016	2017
Reforma por Invalidez	3	1
Reforma por Limite de Idade	6	8
Falecimento	2	2
Pedido de Demissão	15	19
Demitidos	4	8
Revogação por Mútuo Acordo	13	1
Outros	1	2
<b>Total de saídas</b>	<b>44</b>	<b>41</b>

Quanto à distribuição do efetivo, como seria expetável, o Pessoal Tripulante, contínua a representar cerca de 70%, do efetivo global da empresa, verificando-se um crescimento, na ordem dos 3,9%, face ao período homólogo.

Em 2017, a CARRIS tinha como um dos seus objetivos a revitalização dos seus quadros, o que se torna evidente com o crescimento de 20%, do efetivo, nestas áreas, face ao ano anterior. Este crescimento resulta de recrutamento externo de Técnicos e de reafecção de colaboradores operacionais (inaptos para a função).

No que respeita ao pessoal tripulante, apesar das 102 admissões, em resultado das saídas verificadas ao longo do ano e das inaptidões definitivas para a função, por motivos de saúde, constatou-se apenas um aumento líquido de 56 efetivos.

## 5.2. Política Salarial

Conforme determinado no art.º21º (Alteração ao Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, [regime aplicável ao setor público empresarial] e da Lei do Orçamento de Estado (LOE) 2017, (Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro), no ano em apreço retomou-se a aplicação dos instrumentos de regulamentação coletiva do trabalho.

Tal significou a reposição do determinado no Acordo de Empresa (AE) da CARRIS, em matéria de trabalho extraordinário e trabalho noturno, a partir de janeiro. Quanto às restantes matérias previstas no AE – anuidades, diuturnidades e avaliação do desempenho, os direitos adquiridos foram repostos em 50% em julho de 2017, sem efeitos retroativos. Foi ainda repostos, nas mesmas condições, o prémio de condução defensiva, para o universo dos Tripulantes da empresa.

Ainda, de acordo com o estatuído na LOE 2017, durante o ano, o subsídio de Natal foi pago nos seguintes termos: 50% no mês de novembro; os restantes 50% em duodécimos, ao longo do ano.

É de referir, ainda, que em 2017 cessou, de forma progressiva, a sobretaxa de IRS, nos termos dispostos no art.º 194º (Sobretaxa de IRS) da referida LOE.

O ano em análise ficou também marcado pela publicação, no dia 10 de agosto de 2017, do Decreto-Lei nº 95/2017, referente à transferência das responsabilidades formadas e em formação relativas aos complementos de reforma ou de invalidez dos trabalhadores da CARRIS, em funções a 31 de dezembro de 2016, bem como aos complementos de sobrevivência, tal como previsto no Acordo de Empresa.

Nesse âmbito, a CARRIS comprometeu-se em assegurar a responsabilidade com o pagamento do diferencial da parte que não esteja coberta pelo Estado, no que refere aos acréscimos remuneratórios, bem como a quaisquer outras atualizações salariais que venham a ocorrer após 01 de janeiro de 2017, aos trabalhadores acima referidos, superiores às aplicadas aos trabalhadores em funções públicas.

### 5.3. Formação

A formação contribui para o desenvolvimento dos colaboradores, quer enquanto profissionais, quer ao nível pessoal. Desde logo, porque, permite melhorar o desempenho organizacional, reforça a motivação e a autoestima dos formandos, facilitando a sua integração e autonomia.



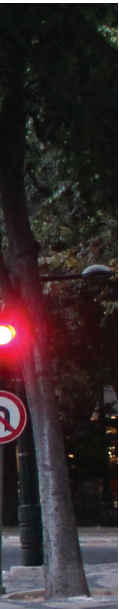
Face aos constrangimentos resultantes das dificuldades vividas, nos últimos anos, ao nível do recrutamento de trabalhadores, a CARRIS, tendo consciência da importância que a formação assume, na gestão do seu efetivo, optou por priorizar, em 2017, a realização, de ações de formação dirigidas ao pessoal tripulante, no âmbito da renovação de certificações obrigatórias para o desempenho da função, a par de outros conteúdos formativos considerados críticos para os colaboradores, enquanto profissionais da CARRIS.

Importa destacar a formação inicial realizada para os Motoristas de Serviço Público e Guarda-Freios que entraram ao serviço da empresa, durante o ano de 2017, que se traduziu em 16.552 horas de formação, em parceria com a participada Carristur.

No ano em análise, deu-se continuidade à 2ª fase de renovação do Certificado de Aptidão para Motorista (CAM). A formação CAM foi iniciada no ano 2010, tendo em vista dar resposta a uma obrigatoriedade legal, que determina o acesso à atividade e qualifica os motoristas para o desempenho da sua função. Assim, em 2017, esta formação envolveu 324 tripulantes, traduzindo-se, num total de 11.312 horas de formação.

Em 2017, em parceria com a Direção de Fiscalização e Segurança, iniciou-se um novo ciclo de formações internas sobre Formação Básica de Extintores, transversal a toda a organização, tendo em vista a adequação de meios e manuseamento de extintores, de forma a contribuir para o reforço dos aspetos de segurança.

Foram também realizadas ações de formação, em suporte básico de vida, dirigidas a colaboradores com responsabilidades ao nível



da emergência. Estas ações foram desenvolvidas em estreita colaboração com a Escola Nacional de Bombeiros.

As matérias formativas nas vertentes de Prevenção de Acidentes e retoma à atividade (Formação por Ausência Prolongada), sobretudo por motivos de saúde, quer de Motoristas de Serviço Público, quer de Guarda-Freios continuaram a ter um papel crítico, na atividade da empresa.

A CARRIS continua a valorizar e a apostar fortemente no programa de Inglês que tem vindo a abranger cada vez mais colaboradores da Empresa. Esta formação abarca várias vertentes, nomeadamente:

- Programa de inglês individual a quadros da CARRIS,
- Programa especialmente dirigido às áreas da Fiscalização e Guarda Freios, de forma a elevar o seu nível de conhecimento e otimizar a relação com o cliente, sendo facilitadores e contribuindo para elevar o nível comunicacional, fator crítico, numa cidade como Lisboa que regista grande ocupação turística.

**Tabela 19 - Formação**

	2016	2017
Horas	32.046	30.467
Participantes	1.576	582
Custo (10 <sup>3</sup> Euros)	252	293
<b>Taxa de Formação (%)</b>	9,16	8,54

## 5.4. Indicadores de Prestação do Trabalho

### 5.4.1. Taxa de Absentismo

Pese embora algumas medidas que foram possíveis desenvolver, quer ao nível da prevenção/sensibilização dos colaboradores, quer ao nível do acompanhamento de situações de ausências prolongadas ao serviço, no ano em análise, o indicador do absentismo traduz um crescimento de 0,3 p.p., face a 2016. Esta variação é resultado do aumento de situações de baixa prolongada, que registaram trajetória inversa às restan-

tes causas de ausências ao serviço. De referir que é ao nível do efetivo tripulante que este indicador mais relevância e peso assume, na empresa, tendo crescido 4,25%, neste universo.

**Tabela 20 - Absentismo**

	2016	2017
Horas	441.024	458.704
<b>Taxa de Absentismo Global</b>	<b>12,61%</b>	<b>12,86%</b>

A tabela seguinte evidencia, de forma detalhada, os vetores do absentismo. As baixas por doença representam mais de 75% do total da taxa de absentismo.

**Tabela 21 - Absentismo detalhado**

	2016	2017
Doença	8,84%	9,69%
Acidentes de Trabalho	1,10%	0,84%
Faltas Injustificadas	0,32%	0,21%
Faltas Justificadas	2,36%	2,13%
<b>Taxa de Absentismo Global</b>	<b>12,61%</b>	<b>12,86%</b>

#### 5.4.2. Trabalho Suplementar

Conforme se pode verificar na tabela seguinte, em 2017, o trabalho extraordinário, na CARRIS, continuou a trajetória de crescimento, dos anos anteriores. Este indicador traduz o esforço da empresa, no sentido de dar cumprimento ao nível da oferta, associada à redução do efetivo que se verificou entre 2010-2015.

**Tabela 22 - Trabalho suplementar**

	2016	2017
Horas (10 <sup>3</sup> )	219,8	245,1
Custo (10 <sup>3</sup> €uros)	1.583	2.360
<b>Taxa de Trabalho Suplementar</b>	<b>6,71%</b>	<b>7,31%</b>



### 5.4.3. Segurança e Saúde no Trabalho

No âmbito da autonomização da CARRIS, a área da Higiene e Segurança no Trabalho foi reintegrada na Direção de Gestão de Pessoas, tendo como objetivo a otimização dos processos e recuperação da certificação da empresa a este nível.

Assim, durante o ano de 2017, foram asseguradas ações de avaliação dos riscos profissionais, observação das condições de trabalho, identificação de tarefas/condições perigosas, bem como a natureza e tipo de exposição e, ainda, o efeito de medidas de prevenção implementadas ou a implementar. Nesse sentido, foram elaborados Relatórios Técnicos de Avaliação das Condições de Trabalho, em diferentes locais, bem como apreciados e avaliados Riscos Profissionais de Postos de Trabalho, em ligação com as hierarquias dos colaboradores.



É ainda de salientar que a este nível foram desenvolvidas ações de Comunicação e Sensibilização, bem como implementados procedimentos internos de melhoria das condições ergonómicas no posto de trabalho.

Em cumprimento do normativo legal, realizou-se o Inquérito de Consulta aos Trabalhadores em matéria de SST, via e-mail e portal interno, com o respetivo tratamento estatístico de dados e identificação de medidas a implementar.

Destaca-se ainda, o apoio prestado à Carrisbus, no âmbito da Segurança do Trabalho.

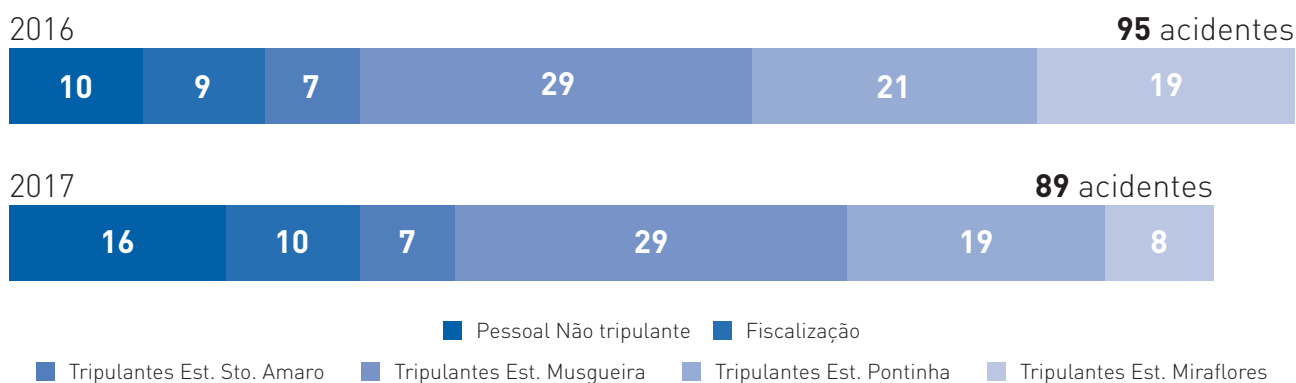


#### 5.4.4. Sinistralidade

No âmbito da análise da sinistralidade laboral procurou-se apreciar a tipologia dos sinistros, atividades, funções e instalações, com eles relacionados, com vista a potenciar a identificação, o controlo, a redução e/ou a eliminação das condições perigosas ou dos atos inseguros que estiveram na origem dos Acidentes de Trabalho (AT's) registados.

Da comparação dos Acidentes de Trabalho ocorridos ao longo entre 2016 e 2017 observa-se uma trajetória de redução do número total de acidentes, passando de 95, em 2016, para 89 acidentes em 2017, distribuídos pelas seguintes áreas funcionais:

**Gráfico 4 - Número de Acidentes de Trabalho por Áreas Funcionais**



Verifica-se que 82% dos acidentes correspondem a trabalhadores das áreas operacionais, sendo 71% referentes a pessoal tripulante. Pela observação dos dados expressos no Gráfico 4, verifica-se que o número de acidentes de trabalho de Tripulantes da Estação da Musgueira sofreu um ligeiro aumento e que nas estações de Miraflores e Pontinha tem diminuído o número de ocorrências.

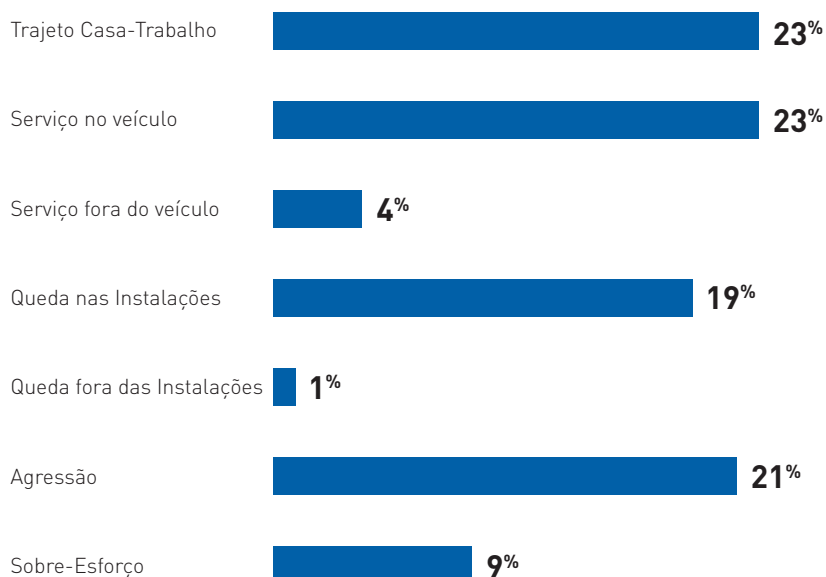
A Fiscalização Comercial não apresenta variação significativa no número de acidentes de trabalho, contudo proporcionalmente ao número de profissionais na atividade, apresenta um número de acidentes que requer alguma atenção, considerando os riscos da atividade (por exemplo, risco de agressão, risco de quedas a bordo durante a atividade no interior dos autocarros, entre outros).

Relativamente às restantes áreas da empresa, regista-se um aumento do número de acidentes de trabalho face aos anos anteriores.

Da distribuição do número de acidentes de trabalho por Tipo-

logia destacam-se as ocorrências em serviço no interior dos veículos (22% do total de ocorrências), os acidentes de trajeto ou “*in itinere*” (22%) e os casos de agressão (21%).

**Gráfico 5 - Tipologia dos Acidentes de Trabalho**



#### 5.4.5. Saúde

No âmbito da sua política de Responsabilidade Social, em 2017, a Empresa retomou, internamente, as consultas de especialidade - Urologia e Psiquiatria, com impacto muito positivo no acompanhamento de alguns colaboradores.

**Tabela 23 - Número de consultas realizadas, por tipo**

	2016	2017
Consultas Medicina Curativa	6 600	6 352
Consultas de especialidades	734	887
<b>Total de consultas</b>	<b>7 334</b>	<b>7 239</b>

Manteve-se a vacinação gratuita da vacina da gripe, bem como os rastreios de Prevenção do Cancro da Próstata e da Diabetes/HTA.

As lesões osteoarticulares são uma das queixas mais frequentes dos trabalhadores CARRIS, com especial incidência, no pessoal tripulante. No sentido de prevenir tais situações, em 2017, estabeleceu-se uma parceria com um Osteopata, disponibilizando, no serviço clínico, um espaço para consultas.

O Núcleo da Saúde, preocupado com a Saúde dos Colaboradores e tentando contribuir de forma positiva no combate ao absentismo, realizou durante o ano de 2017 consultas de avaliação médica aos trabalhadores com baixas externas prolongadas por situação de doença, de forma a dar apoio no sentido de uma resolução rápida da sua situação clínica e alinhada com a estratégia da organização.

#### **5.4.6. Protocolos e Parcerias com outras Entidades**

Em 2017, procurou-se revitalizar e alargar o leque de parcerias que proporcionem mais-valias aos colaboradores, tendo também sido criada uma nova plataforma de divulgação e onde se agregou a promoção de passatempos.

# 6. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA



## 6.1. Estrutura Patrimonial

A municipalização da CARRIS, nos termos do Decreto-Lei n.º 86-D/2016, de 30 de dezembro, teve um impacto muito significativo no balanço da Empresa permitindo o reequilíbrio da sua estrutura patrimonial.

O referido diploma legal estabelece que, a partir de 1 de fevereiro de 2017, são transferidas para o Município de Lisboa a totalidade das ações representativas do capital social da CARRIS, assumindo o Estado um conjunto de responsabilidades detidas pela empresa, designadamente:

- Dívida financeira reconhecida no balanço a 31 de dezembro de 2016 e respetivos encargos financeiros;
- Complementos de pensões para os trabalhadores já reformados e no ativo à data de 31 de dezembro de 2016;
- Despesas decorrentes de contratos de derivados financeiros, incluindo aquelas que resultem de processos judiciais em curso.

O quadro seguinte quantifica os efeitos desta operação que possibilitou que a CARRIS recuperasse capitais próprios positivos, situação que não se verificava desde 1993.

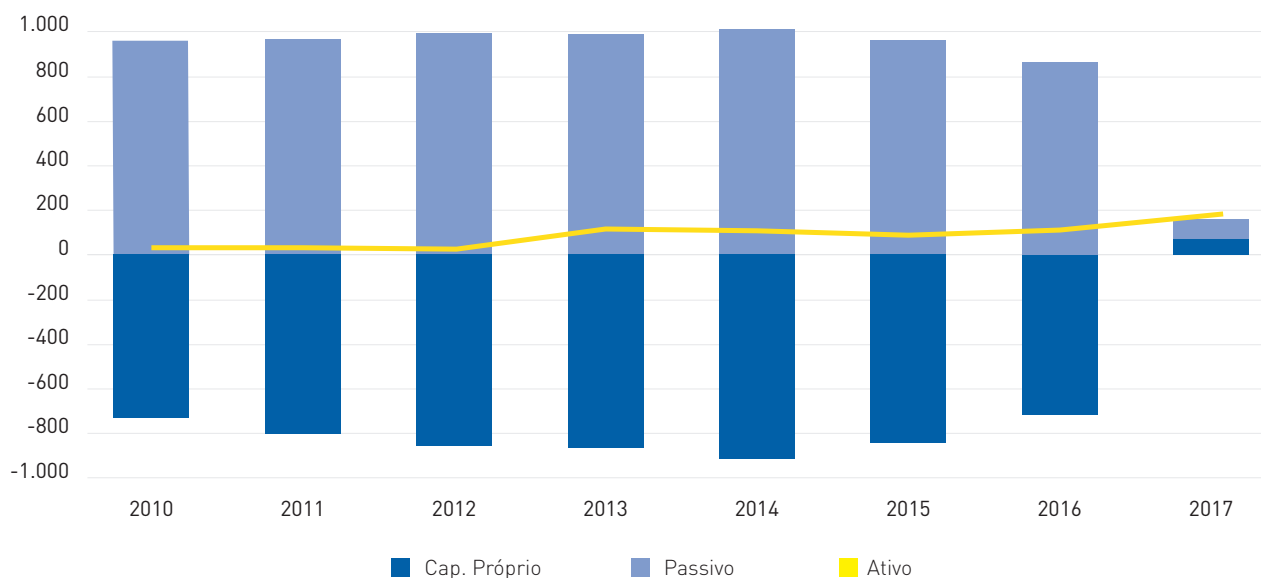
**Tabela 24 - Variação do Património (10³€)**

	2016	2017	Var. 2017/2016	
			Abs.	%
<b>Ativo</b>				
Ativos Fixos Tangíveis e Ativos Intangíveis	68 873	68 901	28	0,0
Participações e Outros Ativos Financeiros	11 144	13 619	2 474	22,2
Ativo Corrente - Inventários	1 505	1 494	-11	-0,7
Ativo Corrente - Outros e Disponibilidades	31 503	98 850	67 346	213,8
<b>Total</b>	<b>113 026</b>	<b>182 863</b>	<b>69 837</b>	<b>61,8</b>
<b>Capital Próprio e Passivo</b>				
Capital Próprio	-740 429	83 689	824 118	111,3
Provisões	56 252	1 699	-54 553	-97,0
Passivo não Corrente (Outro)	8 676	14 900	6 224	71,7
Passivo Corrente	788 527	82 575	-705 952	-89,5
<b>Total</b>	<b>113 026</b>	<b>182 863</b>	<b>69 837</b>	<b>61,8</b>

O significativo aumento dos capitais próprios da CARRIS é explicado pela transferência para o Estado das responsabilidades com financiamentos, benefícios pós-emprego e derivados financeiros, que totalizou € 801 milhões. Em 2017, a CARRIS obteve resultados líquidos positivos, no valor de 5 milhões de euros, reforçando também deste modo o seu capital próprio.

Em termos gráficos, é visível o reequilíbrio financeiro da CARRIS em resultado desta operação:

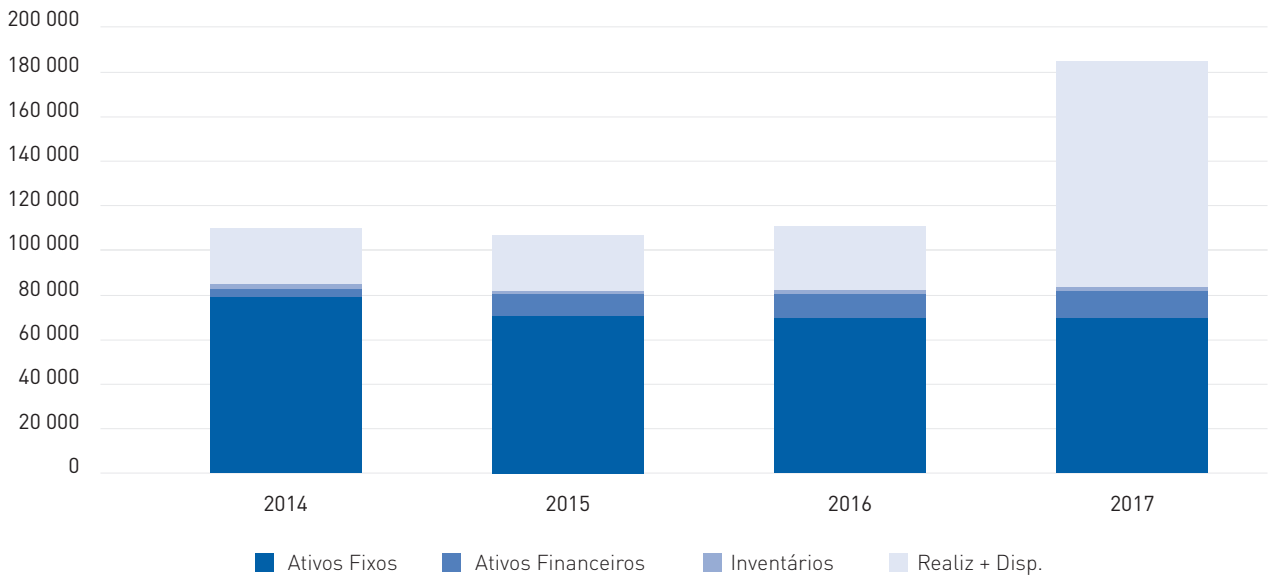
**Tabela 25 - Variação do Balanço (10³€)**



Em 2017, a CARRIS inverteu a tendência de decréscimo do ativo (líquido) tangível, resultante de um período prolongado sem investimentos relevantes. O crescimento do investimento em 2017, associado ao aumento do valor das participações financeiras, resultou num acréscimo de 3,1% nos ativos não correntes.

No exercício de 2017, o valor dos ativos correntes triplicou, traduzindo o impacto do reconhecimento, nas contas da Empresa, das obrigações do Estado derivadas do processo de municipalização.

Gráfico 6 - Ativo (10³€)



No exercício de 2017, o passivo registou um decréscimo global de € 754,3 milhões, na sequência do registo das medidas associadas à municipalização da CARRIS:

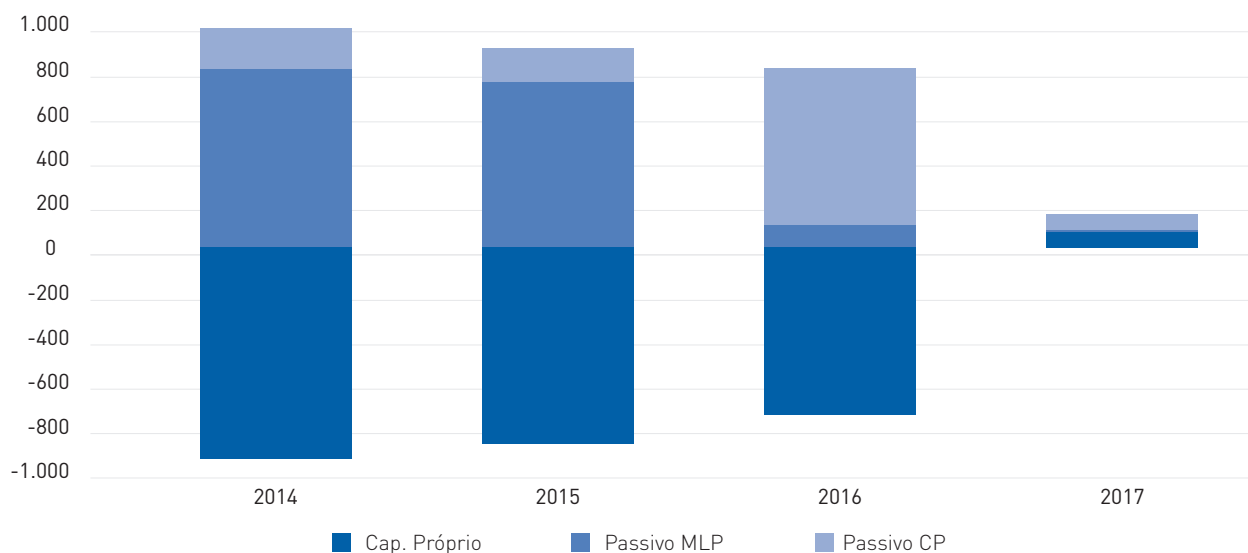
- Redução de € 202,5 milhões no valor do passivo remunerado, por transferência para o Estado dos contratos de financiamento existentes;
- Liquidação pelo Estado dos empréstimos concedidos pelo Tesouro, cujo valor a 31 de dezembro de 2016 ascendia a € 429,4 milhões;
- Transferência para a Caixa Geral de Aposentações das responsabilidades com benefícios pós-emprego, com um valor estimado de € 100,9 milhões à data de 31 de dezembro de 2016;
- A CARRIS mantém uma provisão para responsabilidades com benefícios pós-emprego, no valor de € 4,9 milhões, que corresponde aos benefícios definidos resultantes de novas admissões e da evolução salarial registada em 2017, decorrente das progressões nas carreiras dos trabalhadores ao serviço a 31 de dezembro 2016;
- Liquidação antecipada, pelo valor de € 13 milhões, de um contrato de *swap*.

Em resultado destas operações, a empresa apresenta uma situação patrimonial estável, sem endividamento e com rácios financeiros equilibrados – autonomia financeira de 46% e liquidez de 120%



- que permitem sustentar o plano de investimentos necessário à recuperação económica da Empresa.

**Gráfico 7 - Capital Próprio e Passivo (10<sup>3</sup>€)**



## 6.2. Investimento Realizado

O investimento em 2017 totalizou 4,1 milhões de euros, correspondendo essencialmente a grandes reparações nos veículos da frota de serviço público (70%) para assegurar as condições necessárias à prestação do serviço de transporte:

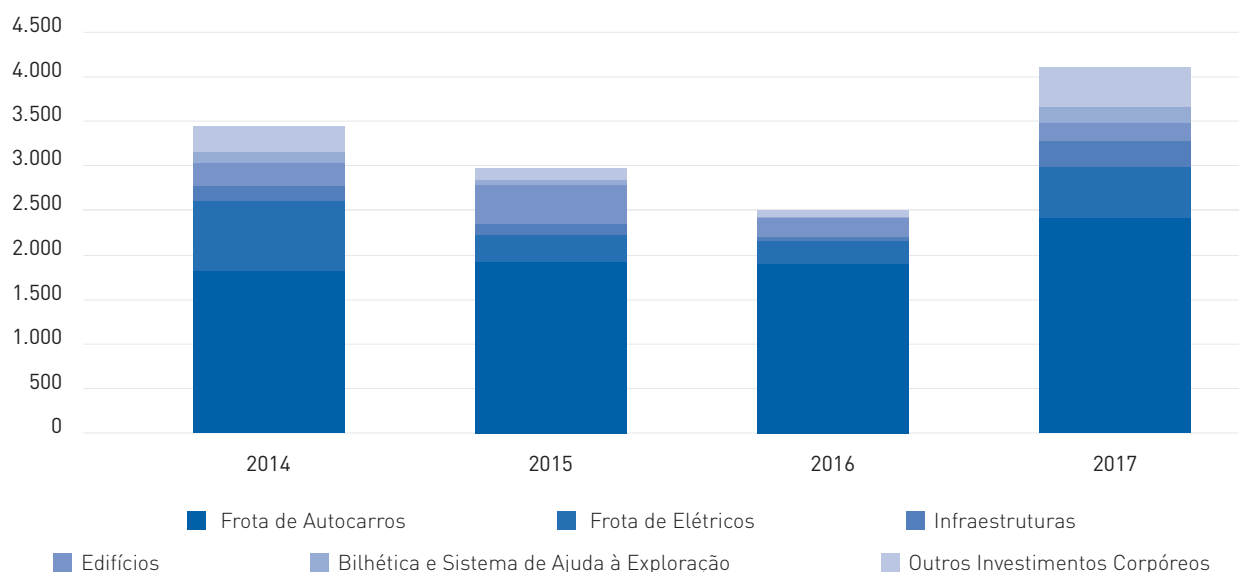
**Tabela 26 - Investimentos (10<sup>3</sup>€)**

	2016	2017
Frota de Autocarros	1.904	2.419
Grandes Reparações	1.862	2.342
Outros	42	76
Frota de Eléctricos	261	581
Grandes Reparações	254	550
Outros	6	30
Infraestruturas	43	288
Grandes Reparações de Linha e Rede Aérea	43	288
Outros	0	0
Edifícios	223	202
Bilhética e Sistema de Ajuda à Exploração	2	183
Outros Investimentos Corpóreos	72	445
<b>Total Investimentos não Financeiros</b>	<b>2.504</b>	<b>4.118</b>
Investimentos Financeiros	-	-
<b>Total</b>	<b>2.504</b>	<b>4.118</b>

O valor do investimento realizado em 2017 ascendeu a 4,1 milhões de euros, representando o montante mais elevado dos últimos cinco anos, conforme mostra o gráfico seguinte, sendo integralmente financiado pela atividade operacional. Embora abaixo do planeado, representou também o início da inversão do baixo nível do investimento.

Importa referir que parte importante do investimento previsto no Plano de Atividades e Orçamento de 2017, transitou para 2018 em resultado do prazo dos procedimentos concursais lançados ao longo do ano.

**Gráfico 8 - Evolução Investimento (10<sup>3</sup>€)**



### 6.3. Fluxos Financeiros

Em 2017, a atividade operacional da CARRIS mostrou os primeiros sinais de retoma do crescimento, evidentes no último trimestre do ano. Deste modo, apesar da redução em 12% do montante recebido dos subsídios à tarifa, os fluxos gerados pela operação libertaram os meios suficientes para o seu financiamento e do investimento realizado.

A atividade de financiamento refere-se, essencialmente, ao pagamento dos cupões dos derivados financeiros, cuja responsabilidade de liquidação foi assumida pelo Estado no âmbito do Decreto-Lei 86-D/2016, de 30 de dezembro.

**Tabela 27 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (10<sup>3</sup>€)**

	2016	2017
Fluxo das Atividades Operacionais	7 578	6 050
Recebimentos	107 349	112 857
Pagamentos	99 771	106 807
Fluxo das Atividades de Investimento	-627	-1 997
Recebimentos	664	17
Pagamentos	1 291	2 014

	2016	2017
Fluxo das Atividades de Financiamento	-861	-3 136
Recebimentos	70 415	7 573
Pagamentos	71 276	10 709
<b>Variação de Caixa e seus equivalentes</b>	<b>6 090</b>	<b>917</b>

## 6.4. Gestão De Risco Financeiro

A partir do dia 1 de fevereiro de 2017 a dívida histórica da CARRIS passou na sua totalidade para o Estado, ficando a empresa com uma estrutura financeira totalmente equilibrada, com capitais próprios positivos e meios próprios para o cumprimento das obrigações ao longo do ano.

## 6.5. Resultados Globais da Empresa

Em 2017 a CARRIS aumentou em 1,1% os passageiros transportados com título válido invertendo, a partir de setembro, a trajetória descendente da procura que mantinha desde 2011. Por seu lado, as receitas tarifárias cresceram 1,7%, refletindo o impacto de um conjunto de medidas destinadas a promover a utilização do transporte público, designadamente, a gratuidade ou redução do preço dos tarifários para determinados segmentos. Para este comportamento da procura, contribuiu igualmente o aumento da oferta de serviço que, no conjunto dos dois modos, cresceu 2,5% de Veículos x Km oferecidos.

O acréscimo da oferta implicou um aumento nos custos operacionais, que foram igualmente afetados pela necessidade de novas contratações e pela reposição de um conjunto de abonos e descongelamento da progressão das carreiras, determinados pela Lei do Orçamento de Estado para 2017.

Face ao exposto os resultados da CARRIS foram os que se apresentam no quadro seguinte:

**Tabela 28 - Demonstração de Resultados por Funções (10³€)**

	2016	2017	Var. 2017/2016	
			Abs.	%
Vendas e serviços prestados	97 237	99 417	2 180	2,2
Custo das vendas e dos serviços prestados	-78 323	-82 223	-3 900	5,0
<b>Resultado bruto</b>	<b>18 914</b>	<b>17 194</b>	<b>-1 720</b>	<b>-9,1</b>
Outros rendimentos	6 899	5 568	-1 330	-19,3
Gastos de distribuição	-4 270	-4 756	-486	11,4
Gastos administrativos	-5 362	-6 742	-1 380	25,7
Gastos de investigação e desenvolvimento	0	0	-	-
Outros gastos	-8 069	-6 329	1 740	-21,6
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>8 111</b>	<b>4 935</b>	<b>-3 176</b>	<b>-39,2</b>
Gastos de financiamento (líquidos)	-15 207	-62	15 145	-99,6
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>-7 095</b>	<b>4 873</b>	<b>11 969</b>	<b>168,7</b>
Imposto sobre o rendimento do período	226	96	-130	-57,6
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-6 869</b>	<b>4 969</b>	<b>11 838</b>	<b>172,3</b>

A CARRIS apresentou, em 2017, resultados líquidos positivos no valor de 5 milhões de euros, o que constitui um marco importante na história da empresa, que acumulou resultados negativos nas últimas 3 décadas.

A análise do desempenho económico da Empresa deve atender a um conjunto de fatores:

- A redução abrupta dos níveis de oferta e de recursos, operada a partir de 2011, teve como consequência um decréscimo significativo dos gastos e a melhoria dos resultados operacionais, de que resultou a obtenção de um EBIT positivo em 2016, no valor de € 8,111 milhões. Contudo, a diminuição dos recursos disponíveis, humanos e materiais, originou uma profunda degradação dos níveis de serviço da CARRIS, com a consequente quebra na procura e perda de receita;
- O cumprimento dos objetivos estratégicos do atual Acionista – designadamente, o aumento de passageiros do transporte público por transferência do transporte individual – exige maior oferta e melhor qualidade do serviço prestado, com o consequente im-

- pacto nos gastos operacionais;
- A CARRIS iniciou em 2017 um processo de renovação e crescimento, terminando o ano com um quadro de pessoal reforçado (mais 85 trabalhadores) e mais serviço, com um acréscimo de 721.642 veículos x km;
- A reposição dos rendimentos nos termos previstos na Lei do Orçamento de Estado para 2017 resultou num acréscimo da massa salarial estimado em 4,5%;
- A necessidade de reposição progressiva do efetivo, bem como a melhoria de competências organizacionais, quer em recursos humanos, quer em recursos materiais, potenciadoras de recuperação futura da empresa, reduziu o EBIT em cerca de 3 milhões de euros;
- Não obstante, a Empresa registou resultados líquidos positivos, que são o corolário do processo de transferência da dívida financeira para o Estado no âmbito do processo da sua municipalização.

### 6.5.1. Resultados por Explorações de Transporte Público

Analisando o quadro abaixo, verifica-se que o grau de cobertura dos gastos operacionais pelos rendimentos de serviço público diminuiu no modo Autocarro, mas aumentou no Modo Elétrico:

**Tabela 29 - Resultados por Exploração Antes de Subsídios (10³€)**

	Modo Autocarro			Modo Elétrico		
	2016	2017	Var. (%) 2017 / 2016	2016	2017	Var. (%) 2017 / 2016
Rendimentos do Serviço Público <sup>(1)</sup>	77 504	77 483	0,0	15 339	16 895	10,1
Gastos Operacionais <sup>(2)</sup>	70 580	71 232	0,9	10 236	10 837	5,9
Resultado de Exploração Serviço Público	6 923	6 251	-9,7	5 103	6 058	18,7
<b>Grau de Cobertura % <sup>(1)/(2)</sup></b>	109,8	108,8	-1,0 p.p.	149,9	155,9	6,1 p.p.

Os resultados de exploração do serviço público (sem atribuição de subsídios) ascendem a € 12,3 milhões em 2017 no conjunto dos dois modos, com uma taxa de crescimento de 2,4%.

Em termos individuais, verificou-se um ligeiro decréscimo dos resultados obtidos no modo autocarro, em resultado de a

procura se ter mantido praticamente inalterada, embora com a melhoria progressiva a verificar-se no 2º semestre, com a procura a registar um crescimento de 3%, face a 2016. É no modo elétrico – elétricos + ascensores – que o crescimento da procura e da receita é mais significativo, melhorando a taxa de cobertura dos gastos operacionais.

### 6.5.2. Rendimentos Totais por Natureza

Os rendimentos totais registam uma redução de 16%, devido à supressão nas contas da Empresa do registo da variação do justo valor dos derivados financeiros, cuja responsabilidade foi transferida para o Estado no âmbito do processo da municipalização.

**Tabela 30 - Rendimentos Totais por Natureza (10³€)**

	2016	2017	Var. (%) 2017 / 2016
Passes <sup>(1)</sup>	58 691	59 454	1,3
Pré-comprados	23 705	24 027	1,4
Tarifa de Bordo	13 069	14 763	13,0
Rendimentos de Serviço Público	95 464	98 244	2,9
Indemnização Compensatória	0	0	
Trabalhos para a Própria Empresa	43	285	558,7
Outros Rendimentos	8 629	6 456	-25,2
Juros e Rendimentos Similares <sup>(2)</sup>	20 889	9	-100,0
<b>Rendimentos Totais</b>	<b>125 024</b>	<b>104 994</b>	<b>-16,0</b>

(1) Inclui a compensação pelos subsídios 4\_18, sub23, Social+ e Intermodais

(2) Inclui a variação do justo valor (MtM) dos instrumentos financeiros para cobertura do risco

Os montantes apresentados incluem os subsídios recebidos do Estado para compensação das tarifas reduzidas - passes 4\_18, sub23 e social + - e, a partir de 2017, o subsídio da intermodalidade.

O acréscimo das receitas provenientes das tarifas de bordo e a atribuição do subsídio de intermodalidade, decorrente da qualidade de empresa municipal, justificam o aumento de € 2,8 milhões verificado nos rendimentos de serviço público.



### 6.5.2. Gastos Totais por Natureza

A evolução dos gastos totais por natureza nos anos de 2016 e 2017 detalha-se no quadro seguinte:

**Tabela 31 - Gastos Totais por Natureza (10<sup>3</sup>€)**

	2016	2017	Var. (%) 2017 / 2016
Gastos com Pessoal	50 818	53 428	5,1
Consumos	15 104	16 371	8,4
Fornecimentos e Serviços Externos	20 264	21 997	8,6
	2016	2017	Var. (%) 2017 / 2016
Gastos Diversos	650	978	50,5
Gastos de Funcionamento	86 836	92 775	6,8
Depreciações, Imparidades e Provisões	9 188	7 274	-20,8
Juros e Gastos Similares*	36 095	71	-99,8
<b>Gastos Totais</b>	<b>132 120</b>	<b>100 121</b>	<b>-24,2</b>

\*Considerados valores relativos ao aumento da provisão para processos judiciais em curso

Os gastos de funcionamento registaram um acréscimo de 6,8% face a 2016, com variações significativas em todas as rubricas, em resultado do acréscimo associado à renovação dos contratos de fornecimento de bens e serviços e do reforço do nível de serviço público.

Relativamente aos gastos com pessoal, o aumento de 5,1% resulta do efeito conjugado da reposição de rendimentos e recuperação das progressões nas carreiras, suspensas desde 2010, e das novas admissões para reposição do quadro de efetivos. Em sentido contrário, a partir de janeiro de 2017, os gastos com benefícios pós-emprego dos reformados e efetivos a 31 de dezembro de 2016 passam a ser responsabilidade da CGA, o que permitiu uma redução anual de gastos superior a € 2,5 milhões.

Conforme se pode verificar no quadro abaixo, esta reposição dos rendimentos e da progressão na carreira originou aumentos superiores a 10% nas rubricas de remunerações e contribuições, cujo impacto se prolongará ainda em 2018, com a reposição dos 50% remanescentes, nos termos da LOE 2017.

**Tabela 32 - Gastos com Pessoal (10³€)**

	2016	2017	Var. (%) 2017 / 2016
Remunerações dos órgãos sociais	208	266	28*
Remunerações do pessoal	37 194	41 261	11
Benefícios pós-emprego	2 529	661	-74
Encargos sobre remunerações	8 887	9 858	11
Seguros de acidentes de trabalho	470	553	18
Incentivos à desvinculação	858	138	-84
Outros	673	693	3
<b>TOTAL</b>	<b>50 818</b>	<b>53 428</b>	<b>5</b>

\* Este acréscimo resulta da autonomização da gestão da CARRIS, dado que, em 2016, a Administração era conjunta com a empresa Metropolitano de Lisboa e Grupo Transtejo

O aumento verificado na rubrica custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas está diretamente associado ao acréscimo dos consumos de gasóleo. Em 2017, em linha com o crescimento da oferta, o consumo de gasóleo em quantidade cresceu 3% (de 15 para 15,5 milhões de litros), tendo o respetivo preço médio aumentado 9,6%. Os gastos em gasóleo totalizaram € 15,2 milhões, registando uma variação de 13%.

Os Fornecimentos e Serviços Externos registam uma variação média de 8,6%, traduzindo o esforço de recuperação da oferta e dos níveis de serviço pretendidos.

**Tabela 33 - Fornecimentos e Serviços Externos (10³€)**

	2016	2017	Var. (%) 2017 / 2016
Manutenção de frota serviço público	10 211	10 861	6
Manutenção e reparação SAEIP/Bilhética	1 092	1 172	7
Licenciamento e manutenção de software	583	567	-3
Comissões a intermediários	1 596	1 478	-7
Seguros	1 044	1 081	4
Trab. especializados	977	1 349	38
Limpeza material circulante e outros	858	1 069	25
Eletricidade	868	965	11
Comunicação	819	918	12
Vigilância e segurança	498	464	-7
Outros fornecimentos e serviços externos	1 718	2 073	21
<b>TOTAL</b>	<b>20 264</b>	<b>21 997</b>	<b>9</b>

De notar, ainda, o acréscimo nos gastos com trabalhos especializados e outros fornecimentos e serviços externos que, no conjunto, aumentaram € 727 mil. Este acréscimo é justificado pelos gastos com publicidade, destinados à promoção do transporte público pela CARRIS, e o apoio jurídico com o processo judicial relativo aos contratos de derivados financeiros, concluído com a celebração de um acordo entre as partes em maio último.

## 6.6. Prazo Médio de Pagamentos

A evolução do Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores, nos termos da Resolução de Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril é a que consta da tabela abaixo.

**Tabela 34 - Prazo Médio de Pagamentos**

PMP	2016	2017	Var. 2017/2016	
			Abs.	%
Prazo (dias)	40	38	-2	-5

A CARRIS tem evidenciado esforços no sentido de diminuir este indicador, por forma a cumprir com o estabelecido nos referidos regulamentos.

## 6.7. Produtividade

O aumento da oferta de serviço público retomado em 2017 permitiu inverter a tendência decrescente dos indicadores de produtividade, conforme mostra a tabela seguinte:

**Tabela 35 - Indicadores de Produtividade**

	2016	2017	Var. [%] 2017 / 2016
Lugares -km 10 <sup>3</sup> / Efetivo Médio	1 011	1 020	0,9
Veículos -hora / Efetivo Médio	1 034	1 046	1,1
Veículos -km / Efetivo Médio	14 229	14 310	0,6

# 7. GOVERNO SOCIETÁRIO



De acordo com a aplicação dos princípios de bom governo e no âmbito da aplicação do decreto-lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, em vigor desde dezembro de 2013, as empresas públicas estão obrigadas a apresentar, anualmente, um relatório autónomo de boas práticas de governo societário, do qual consta informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas pelo Capítulo II do referido Decreto-Lei, sob epígrafe “Princípios de Governo Societário”.

Neste contexto, a CARRIS, em cumprimento do disposto no artigo 54.º do referido diploma, elabora um relatório autónomo de Governo Societário referente ao ano de 2017.

**Tabela 36 - Grelha das boas práticas de governação societário**

Relatório do Governo Societário		Identificação		Divulgação	
		S	N	S	N
I.	Sumário Executivo	✓		✓	
II.	Missão, objetivos e políticas	✓		✓	
III.	Estrutura de Capital	✓		✓	
IV.	Participações Sociais e Obrigações detidas	✓		✓	
V.	Órgãos Sociais e Comissões	✓		✓	
A.	Modelo de Governo	✓		✓	
B.	Assembleia Geral	✓		✓	
C.	Administração e supervisão	✓		✓	
D.	Fiscalização	✓		✓	
E.	Revisor Oficial de Contas	✓		✓	
F.	Auditor Externo	✓		✓	
VI.	Organização Interna	✓		✓	
A.	Estatutos e comunicações	✓		✓	
B.	Controlo interno e gestão de Riscos	✓		✓	
C.	Regulamentos e códigos	✓		✓	
D.	Deveres especiais de informação	✓		✓	
E.	Sítio de internet	✓		✓	
F.	Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral	✓		✓	
VII.	Remunerações	✓		✓	
A.	Competência para a determinação	✓		✓	
B.	Comissão de fixação de remunerações	✓		✓	
C.	Estrutura das remunerações	✓		✓	
D.	Divulgação das remunerações	✓		✓	
VIII.	Transações com partes relacionadas e Outras	✓		✓	
IX.	Análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económico, social e ambiental	✓		✓	
X.	Avaliação do Governo Societário	✓		✓	

Para além da informação sobre o governo da sociedade, que consta do documento acima mencionado, a CARRIS disponibiliza, ainda, esta informação no sítio eletrónico da empresa e na sua intranet.



# 8. NOTAS FINAIS



## 8.1. Considerações

O exercício de 2017 marcou a vida da CARRIS como o primeiro ano de viragem numa política e estratégia seguida ao longo de vários anos que descapitalizou a empresa em termos de recursos financeiros, humanos e materiais. No ano de 2017, com a municipalização da empresa, assistiu-se a uma forte aposta na sua recuperação, reconhecendo o seu papel como fator chave na mobilidade da cidade de Lisboa, capaz de promover a proximidade e potenciar a mudança de comportamentos e a transferência da utilização do transporte individual para o transporte público e para modos suaves de mobilidade, contribuindo em simultâneo para a descarbonização e maior sustentabilidade ambiental da cidade.

A este respeito, refira-se o esforço da CARRIS na renovação da sua frota, em particular em veículos movidos a energias mais limpas e eficientes, com vista a contribuir para a redução de emissões poluentes e, conseqüentemente, uma melhor qualidade do ar.

A degradação da prestação do serviço público nos últimos anos, fruto do desinvestimento que reiteradamente se verificou na



CARRIS, exige medidas fortes, concertadas e inovadoras para inverter essa tendência. Conscientes deste facto, a CARRIS e a Câmara Municipal de Lisboa iniciaram ainda em 2017, uma estreita articulação com vista a melhorar as condições viárias e os recursos da CARRIS para fazer face aos desafios que se apresentam num sistema integrado e flexível.

Em resultado do esforço desenvolvido, a CARRIS aumentou a oferta em veic\*km e os passageiros com título válido, face a 2016, para além de criar as condições técnicas e humanas para um melhor desempenho futuro.

Num contexto cada vez mais dinâmico e complexo, é um desafio para as empresas satisfazer as necessidades e expectativas das suas partes interessadas, antevendo aquilo que são as necessidades futuras da sociedade. Assim, para atingir este objetivo, a CARRIS adotou diversas formas de melhoria, incluindo uma perspetiva de mudança disruptiva, inovadora e de reorganização.

Para 2018, a CARRIS pretende reforçar a oferta em veic\*km e melhorar as condições de regularidade e conforto, disponibilizando veículos mais modernos, *wifi* em toda a frota, mais e melhor informação em sistemas “tradicionais” e digitais online, e melhorar a articulação com a CML e a Polícia Municipal para reduzir tempos de imobilização na via por circulação e estacionamento indevido de transporte individual, entre outras medidas.

É objetivo da CARRIS recuperar a confiança dos cidadãos através da prestação de um serviço público mais fiável, moderno e confortável, que responda às reais necessidades e expectativas dos passageiros atuais e potenciais.

## 8.2. Proposta de Aplicação de Resultados

Considerando os movimentos ocorridos nas rubricas do capital próprio no exercício de 2017, que determinaram capitais próprios positivos no valor de € 83 688 656,88, mas, ainda assim, representando uma redução do capital social superior a 50%, por efeito dos resultados transitados negativos, o Conselho de Administração irá propor ao Acionista que seja avaliada a possibilidade de redução do capital social da Empresa, nos termos previstos no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais.

Para cumprimento da alínea f) do número 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que os Resultados Líquidos do Exercício, no valor de € 4 969 561,39, sejam transferidos para a conta de Resultados Transitados, em conformidade com o disposto no número 2 do artigo 29º dos Estatutos da Empresa.



**DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS  
E ANEXO 2017**



Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, SA  
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2017	31-12-2016
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	6	68.781.803,86	68.776.416,01
Ativos intangíveis	8	118.832,06	96.564,96
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	9	12.081.100,23	9.725.397,85
Outros investimentos financeiros	11	1.537.415,70	1.418.825,52
		<b>82.519.151,85</b>	<b>80.017.204,34</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	12	1.494.007,87	1.504.869,31
Clientes	13	2.248.374,69	2.256.116,75
Estado e outros entes públicos	17	1.429.572,18	1.189.325,89
Outros créditos a receber	13	79.433.452,01	13.237.258,74
Caixa e depósitos bancários	5	15.738.302,86	14.820.773,27
		<b>100.343.709,61</b>	<b>33.008.343,96</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>182.862.861,46</b>	<b>113.025.548,30</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital subscrito	14	382.940.504,16	382.940.504,16
Resultados transitados	14	(389.175.022,07)	(1.183.298.979,33)
Excedentes de revalorização	14	65.415.936,40	63.989.511,88
Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	14	19.537.677,00	2.809.231,85
		<b>78.719.095,49</b>	<b>(733.559.731,44)</b>
Resultado líquido do período		4.969.561,39	(6.869.442,83)
<b>Total do capital próprio</b>		<b>83.688.656,88</b>	<b>(740.429.174,27)</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	15	1.698.973,58	56.251.635,96
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	19	4.874.048,30	-
Passivos por impostos diferidos	10	10.026.129,19	8.676.095,41
		<b>16.599.151,07</b>	<b>64.927.731,37</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	16	5.897.272,48	5.438.473,98
Estado e outros entes públicos	17	1.672.360,35	1.608.777,69
Financiamentos obtidos	14, 16	-	632.305.975,61
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	19	-	100.886.655,08
Outras dívidas a pagar	16	73.778.323,12	47.140.962,56
Diferimentos	18	1.227.097,56	1.146.146,28
		<b>82.575.053,51</b>	<b>788.526.991,20</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>99.174.204,58</b>	<b>853.454.722,57</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>182.862.861,46</b>	<b>113.025.548,30</b>

O Anexo faz parte integrante do Balanço em 31 de dezembro de 2017

O Conselho de Administração

Presidente: Eng.º Tiago Lopes Farias

Vice-Presidentes: Dr. José Realinho de Matos

Dr. António Manuel Domingues Pires

O Contabilista Certificado

Dr.ª Isabel Dias Fonseca

120432544  
Isabel Dias Fonseca  
23859

Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, SA  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

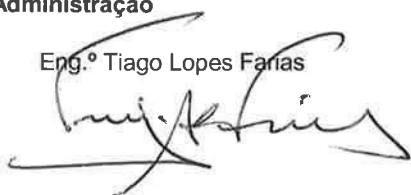
(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	20	95.588.573,67	94.635.289,88
Subsídios à exploração	20, 28	3.865.905,14	2.621.560,56
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	9	2.858.593,47	2.237.311,54
Trabalhos para a própria entidade		284.990,90	43.267,08
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	(16.370.864,73)	(15.104.141,38)
Fornecimentos e serviços externos	21	(21.997.280,58)	(20.263.913,60)
Gastos com o pessoal	22	(53.428.276,90)	(50.817.882,42)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	12	(23,59)	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13	(6.080,75)	(11.203,73)
Provisões (aumentos/reduções)	15	(118.235,90)	1.659.244,74
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		32.616,18	(23.706,22)
Outros rendimentos	24	2.040.265,36	2.177.598,80
Outros gastos	25	(948.856,73)	(625.699,57)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>11.801.325,54</b>	<b>16.527.725,68</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	23	(6.865.471,74)	(8.416.640,77)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>4.935.853,80</b>	<b>8.111.084,91</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	26	9.294,96	20.888.556,19
Juros e gastos similares suportados	26, 15	(71.382,94)	(36.095.089,66)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>4.873.765,82</b>	<b>(7.095.448,56)</b>
Imposto sobre o rendimento do período	10	95.795,57	226.005,73
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>4.969.561,39</b>	<b>(6.869.442,83)</b>

O Anexo faz parte integrante da Demonstração dos Resultados por Naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2017

**O Conselho de Administração**

Presidente: Eng.º Tiago Lopes Farias



Vice-Presidentes: Dr. José Realinho de Matos

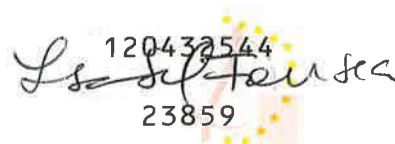


Dr. António Manuel Domingues Pires



**O Contabilista Certificado**

Dr.ª Isabel Dias Fonseca



**COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA, E.M., S.A.**

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES**

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados		99.417.071,58	97.237.068,04
Custo das vendas e dos serviços prestados		(82.222.604,74)	(78.323.149,90)
<b>Resultado bruto</b>		<b>17.194.466,85</b>	<b>18.913.918,14</b>
Outros rendimentos		5.568.094,50	6.898.553,77
Gastos de distribuição		(4.755.842,98)	(4.270.303,19)
Gastos administrativos		(6.741.708,11)	(5.362.319,86)
Outros gastos		(6.329.156,46)	(8.068.763,95)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>4.935.853,80</b>	<b>8.111.084,91</b>
Gastos de financiamento (líquidos)		(62.087,98)	(15.206.533,47)
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>4.873.765,82</b>	<b>(7.095.448,56)</b>
Imposto sobre o rendimento do período		95.795,57	226.005,73
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>4.969.561,39</b>	<b>(6.869.442,83)</b>

**O Conselho de Administração**

Presidente:

Eng.º Tiago Lopes Farias



Vice-Presidentes:

Dr. José Realinho de Matos

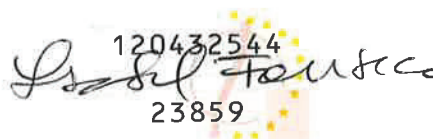


Dr. António Manuel Domingues Pires



**O Contabilista Certificado**

Dra. Isabel Dias Fonseca



120432544  
23859

**Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, SA**  
**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA**

Período findo em 31 de dezembro de 2017

(Montantes expressos em euros)

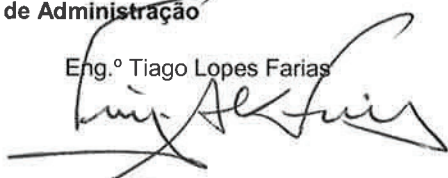
Rubricas	Notas	2017	2016
<b><u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u></b>			
Recebimentos de clientes		105.217.438,18	102.512.064,07
Indemnizações compensatórias e outros subsídios	28	2.497.480,82	2.842.087,22
Pagamentos a fornecedores		(52.220.500,41)	(45.410.052,43)
Pagamentos ao pessoal		(54.353.218,19)	(54.273.364,58)
Caixa gerada pelas operações		1.141.200,40	5.670.734,28
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(70.980,16)	(87.127,79)
Outros recebimentos/pagamentos	5	4.911.631,86	1.995.048,66
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		5.981.852,10	7.578.655,15
<b><u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u></b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos Fixos Tangíveis		(1.939.318,31)	(1.288.263,30)
Ativos Intangíveis		(32.074,61)	(2.988,90)
Investimentos Financeiros		(42.928,23)	-
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		4.545,59	1.211,50
Subsídios ao investimento	14	-	558.532,27
Juros e rendimentos similares		28.975,86	28.774,38
Dividendos	9	68.322,57	75.646,06
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(1.912.477,13)	(627.087,99)
<b><u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u></b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos	16	-	9.500.000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	60.914.861,13
Juros e outros rendimentos similares		10.214,45	288,89
Cobertura de prejuízos		7.546.905,42	-
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		-	(59.699.999,96)
Juros e gastos similares		(10.708.965,25)	(10.360.753,90)
Outras operações de financiamento		-	(1.214.863,03)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(3.151.845,38)	(860.466,87)
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)</b>		917.529,59	6.091.100,29
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	5	14.820.773,27	8.729.672,98
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	5	15.738.302,86	14.820.773,27

A Anexo faz parte integrante da Demonstração de Fluxos de Caixa no período findo em 31 de dezembro de 2017

**O Conselho de Administração**

Presidente:

Eng.º Tiago Lopes Farias



Vice-Presidentes: Dr. José Realinho de Matos

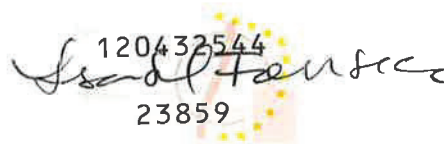


Dr. António Manuel Domingues Pires



**O Contabilista Certificado**

Dr.ª Isabel Dias Fonseca



120432544  
23859



**Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, SA  
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2017**

*(Montantes expressos em euros)*

DESCRIÇÃO	Notas	Capital subscrito	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017</b>	14	382.940.504,16	(1.183.298.979,33)	63.989.511,88	2.809.231,85	(6.869.442,83)	(740.429.174,27)
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>							
Excedentes de revalorização	6, 14			3.119.181,97			3.119.181,97
Subsídios e doações	14				(322.852,54)		(322.852,54)
Ajustamentos por ganhos e perdas atuariais	19		(4.835.854,43)				(4.835.854,43)
Ajustamentos por impostos diferidos	10			(1.692.757,45)			(1.692.757,45)
Aplicação dos resultados de 2016	14		(6.869.442,83)			6.869.442,83	-
		-	(11.705.297,26)	1.426.424,52	(322.852,54)	6.869.442,83	(3.732.282,45)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>							
						4.969.561,39	4.969.561,39
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>							
						1.237.278,94	1.237.278,94
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>	16		637.271.701,16				637.271.701,16
Transmissão da dívida financeira e encargos							
Transmissão das responsabilidades por complementos de pensões de reforma	19		100.886.655,08				100.886.655,08
Liquidação de "Swap"	16		13.000.000,00				13.000.000,00
Prestações vencidas "Swap" - utilização da provisão	15		54.670.898,28				54.670.898,28
Transmissão da responsabilidade por "Swap"	15, 16				17.051.297,69		17.051.297,69
		-	805.829.254,52	-	17.051.297,69	-	822.880.552,21
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2017</b>		382.940.504,16	(389.175.022,07)	65.415.936,40	19.537.677,00	4.969.561,39	83.668.656,88

O Anexo faz parte integrante da Demonstração das Alterações no Capital Próprio no período findo em 31 de dezembro de 2017

**O Conselho de Administração**

Presidente:

Eng.º Tiago Lopes Farias



Vice-Presidentes: Dr. José Realinho de Matos



Dr. António Manuel Domingues Pires



**O Contabilista Certificado**

Dr.ª Isabel Dias Fonseca

120438544  
*Isabel Dias Fonseca*  
23859

Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, SA  
 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2016

(Montantes expressos em euros)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital subscrito	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016</b>	14	279.512.709,29	(1.156.600.026,11)	61.205.774,58	2.683.164,08	(21.215.793,54)	(834.414.171,70)
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>							
Excedentes de revalorização	6, 14			2.899.089,70	126.067,77		2.899.089,70
Subsídios e doações	14						126.067,77
Ajustamentos por ganhos e perdas atuariais	19		(5.483.159,68)	(115.352,40)			(5.483.159,68)
Ajustamentos por impostos diferidos	10						(115.352,40)
Aplicação dos resultados de 2015	14		(21.215.793,54)			21.215.793,54	-
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		-	(26.698.953,22)	2.783.737,30	126.067,77	21.215.793,54	(2.573.354,61)
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>							
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>	14	103.427.794,87				(6.869.442,83)	(6.869.442,83)
Realizações de capital		103.427.794,87	-	-	-	(9.442.797,44)	(9.442.797,44)
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016</b>		382.940.504,16	(1.183.298.979,33)	63.989.511,88	2.809.231,85	(6.869.442,83)	(740.429.174,27)

O Anexo faz parte integrante da Demonstração das Alterações no Capital Próprio no período findo em 31 de dezembro de 2017

O Conselho de Administração

Presidente:

Eng.º Tiago Lopes Farias



Vice-Presidentes:

Dr. José Realinho de Matos



Dr. António Manuel Domingues Pires



O Contabilista Certificado

Dr.ª Isabel Dias Fonseca



120432544  
23859

# **Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, SA**

Anexo às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2017

## **1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE**

A Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A. (adiante designada por Carris, Empresa ou Sociedade) é uma sociedade anónima de capitais públicos, constituída em setembro de 1872, com sede social na Rua 1.º de Maio, n.º 103, em Lisboa. Tem por objeto, a título principal, a prestação de atividades e serviços relativos ao transporte público coletivo de superfície de passageiros na cidade de Lisboa, por meio de autocarros, carros elétricos, ascensores mecânicos e um elevador, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Estado Português em 31 de dezembro de 1973, com as alterações introduzidas em 23 de Março de 2015.

A 30 de dezembro de 2016 foi publicado o Decreto-Lei n.º 86-D/2016, que determinou a transferência da posição contratual detida pelo Estado no contrato de concessão de serviço público celebrado com a Carris, e a transmissão da totalidade das ações representativas do capital social da Carris do Estado para o município de Lisboa, com efeitos a 1 de fevereiro de 2017. Enquanto empresa municipal, a Carris é enquadrada pela Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local.

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 refletem as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. Nos termos do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, a Carris está obrigada a apresentar contas consolidadas, estando dispensada de o fazer no caso de ser consolidada, juntamente com as suas subsidiárias, nas demonstrações financeiras da Câmara Municipal de Lisboa.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 23 de março de 2018. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

## **2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **2.1 Base de preparação**

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a republicação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho.



## 2.2 Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

## 2.3 Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

## 3 ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NORMAS CONTABILÍSTICAS DE RELATO FINANCEIRO – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

Não aplicável.

## 4 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

### 4.1 Bases de apresentação

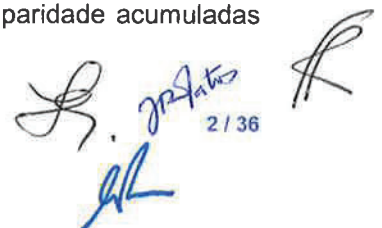
As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, a partir dos registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

### 4.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis de natureza e uso semelhantes correspondentes aos terrenos e edifícios dos complexos de Santo Amaro, Cabo Ruivo e Miraflores encontram-se registados de acordo com o modelo de revalorização, correspondendo a sua quantia escriturada na data de relato ao seu justo valor. Têm sido efetuadas revalorizações, com uma regularidade anual, baseadas em avaliações efetuadas pela UON Consulting, SA com referência à data de relato.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio na rubrica “Excedentes de revalorização”. Diminuições resultantes das revalorizações negativas são registadas diretamente na rubrica “Excedentes de revalorização” até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é reconhecido diretamente em resultados.

Os restantes ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição (ou custo considerado para os bens que no normativo anterior se encontravam registados pelo custo de aquisição acrescido de reavaliações ao abrigo de diplomas legais) ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas (quando aplicável).

  
2 / 36

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<b>Classe de bens</b>	<b>Anos</b>
Edifícios e Outras Construções:	8 - 100
Equipamento Básico:	
Autocarros:	8 - 12
Via Férrea:	16
Carros Elétricos:	16
Carros Elétricos Articulados:	30
Rotáveis de Autocarros:	8 - 12
Rotáveis de Elétricos:	16
Equipamento de Transporte:	4 - 6
Ferramentas e Utensílios:	1 - 14
Equipamento Administrativo:	1 - 8
Outros:	3 - 20

A Administração entende que, em qualquer momento, o valor contabilístico dos bens será realizável quer através da sua alienação quer através da sua utilização, no pressuposto da continuidade das operações como referido em 4.1.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

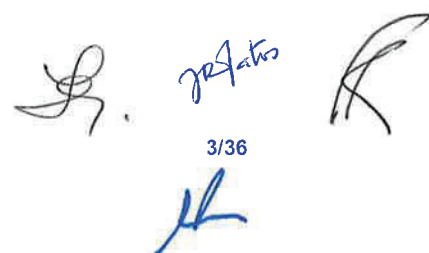
### 4.3 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.





#### 4.4 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

A taxa de amortização utilizada corresponde a um período de vida útil de cinco anos.

#### 4.5 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

#### 4.6 Participações financeiras em subsidiárias e associadas

As participações em subsidiárias e associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos ativos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária ou associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

#### 4.7 Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui o custo de compra e eventuais despesas incorridas para os colocar em condições de poderem ser utilizados pela Empresa.

O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os gastos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo

*72/10* *JS* *4 / 36*



é superior ao valor líquido de realização, é registada uma perda por imparidade pela respetiva diferença, a qual é reduzida ou anulada quando deixam de existir os motivos que a originaram. As variações do período nas perdas por imparidade de inventários são registadas na rubrica de resultados “Imparidade de inventários (perdas/reversões)”.

O método de custeio dos inventários adotado pela Empresa consiste no custo médio, com exceção das mercadorias comercializadas no Museu em que, existindo uma elevada proporção das mesmas em regime de consignação, se mostra mais apropriada a aplicação do método FIFO para o seu custeio.

#### 4.8 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado menos perdas por imparidade; e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

##### (i) **Ao custo ou custo amortizado menos perdas por imparidade**

São mensurados “ao custo ou custo amortizado menos perdas por imparidade” os ativos financeiros que satisfaçam todas as seguintes condições:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável;
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado; e
- Não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal.

Com exceção dos passivos financeiros classificados como detidos para negociação, todos os passivos financeiros devem ser mensurados pelo custo amortizado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

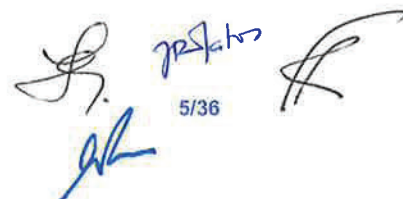
Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

##### a) **Clientes e outros créditos a receber**

Os saldos de clientes e de outros créditos a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

##### b) **Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de doze meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.



5/36

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

**c) Outros investimentos financeiros**

Os outros investimentos financeiros incluem títulos de dívida pública detidos para garantia de pensões de acidentes de trabalho de que a Empresa foi auto-seguradora até 8 de janeiro de 1999. Estes ativos encontram-se registados ao custo.

**d) Fornecedores e outras dívidas a pagar**

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a pagar são registados ao custo amortizado, exceto os "swaps" (ver ii) a)). Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

**e) Financiamentos obtidos**

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias e imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas ao longo do período dos financiamentos associados, o qual não difere de forma significativa do que resultaria da aplicação do método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de "Financiamentos obtidos". Os juros incorridos e ainda não liquidados são apresentados na rubrica de "Outras dívidas a pagar".

**f) Contratos para conceder ou contrair empréstimos**

Os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas para serem classificados na categoria "Ao custo ou custo amortizado" são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes montantes são registados, consoante a sua natureza, na rubrica "Outros ativos financeiros" ou na rubrica "Outros passivos financeiros".

Os ativos financeiros incluídos na categoria "Ao custo ou custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida

*perda*  
*SH*  
6 / 36

por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade". Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

### **Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros**

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

#### **(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados**

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são incluídos na categoria "ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados".

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes passivos financeiros:

##### **a) Instrumentos financeiros derivados ("swaps")**

A Empresa celebrou, em exercícios anteriores, contratos de "swap" de taxa de juro, os quais não se configuram como de cobertura. Tais instrumentos financeiros encontram-se registados ao justo valor por resultados, sendo o seu saldo no balanço registado na rubrica de "Outras dívidas a pagar".

### **4.9 Subsídios do Governo**

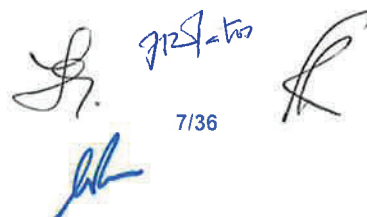
Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm gastos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

### **4.10 Rédito**

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui o imposto sobre o valor acrescentado ("IVA") e outros impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços.

  
7/36

O rédito proveniente da prestação de serviço público de transporte público resulta da repartição das receitas provenientes da venda dos títulos que permitem o acesso aos modos operados pela Carris:

1. Tarifas de bordo: a receita da venda é apropriada integralmente pela Carris, sendo o rédito reconhecido no momento da venda/utilização;
2. Bilhetes pré-comprados e zapping: títulos combinados com outros operadores e válidos para um n.º de viagens pré-estabelecido. A receita da venda destes títulos é repartida em função das utilizações registadas em cada operador.
3. Passes interempresas: a receita gerada pela venda destes títulos de transporte é repartida entre os operadores que os integram de acordo com as quotas definidas nos protocolos estabelecidos para a sua constituição.
4. Passes intermodais: são títulos de validade mensal aceites no conjunto de operadores de transporte que prestam serviço numa mesma coroa, dentro da estrutura de coroas da Área Metropolitana de Lisboa. A repartição da receita destes passes entre os operadores é realizada pela AML, tendo por referência as quotas determinadas pelo inquérito de tráfego realizado em 2007.

Concluído o processo de apuramento da venda mensal referido nos pontos 2, 3 e 4, o rédito é determinado:

- Para os títulos de transporte em que a venda realizada pela Carris foi inferior à receita atribuída: a Carris fatura aos restantes operadores a quota-parte da receita que lhe cabe;
- Para os títulos de transporte em que a venda realizada pela Carris foi superior à receita atribuída: os outros operadores faturam à Carris a quota-parte da receita que lhes é devida.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido quando se encontra estabelecido o direito da Empresa a receber o correspondente montante.

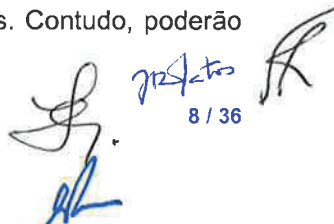
O Estado atribui verbas para compensação financeira da utilização de transporte público por portadores de títulos de transporte com tarifa reduzida, que são registados como subsídios à tarifa no exercício em que são atribuídos.

A partir de fevereiro de 2017, nos termos da alínea d) do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 86-D/2016 de 30 de dezembro, é atribuída à Carris uma compensação financeira pela disponibilização de títulos de transporte intermodais (L1, L12, L123, L123SX, L123MA, 12 e 123), tendo por base o Despacho n.º 15417-A/2016, o Despacho n.º 15146-A/2016 que veio alterar o Despacho n.º 8946-A/2015, e a Portaria n.º 241-A/2013 de 31 de julho. Nos termos destes diplomas, os operadores de transporte público têm direito a uma compensação financeira correspondente à diferença entre a receita comercial e a receita tarifária total. A receita comercial total é calculada a partir do somatório das viagens efetuadas, valorizadas com base num preço de referência, até um valor máximo definido em tabela constante do Despacho n.º 15417-A/2016.

#### 4.11 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão

  
8 / 36

ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- a) *Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;*
- b) *Registo de perdas de imparidade em ativos correntes e de provisões;*
- c) *Justo valor dos instrumentos financeiros derivados ("swaps");*
- d) *Responsabilidades com benefícios de reforma.*

#### 4.12 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

No registo dos passivos por impostos diferidos relativos às reavaliações de ativos fixos tangíveis a Empresa procede à compensação dos ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis até à concorrência dos passivos por impostos diferidos durante o período de reporte daqueles prejuízos.

#### 4.13 Provisões

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser estimado com fiabilidade.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.





Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

#### 4.14 Benefícios pós-emprego

##### **Plano de benefícios definidos**

A Empresa tem um plano de benefícios definidos para complemento de pensões de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data do balanço e o gasto com pensões a registar no exercício.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo gasto dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos anualmente por contrapartida de resultados transitados.

#### 4.15 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

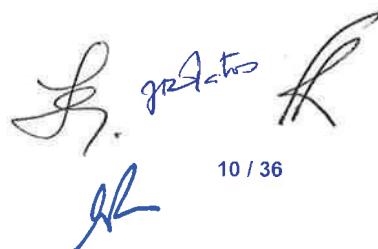
Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

#### 4.16 Regime do acréscimo (periodização económica)

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

#### 4.17 Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name "J. J. Santos" and other illegible marks.



## 5 CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses).

Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2017 e 2016 detalha-se conforme se segue:

	2017	2016
Numerário	92.002,23	86.438,49
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	15.646.300,63	14.734.334,78
	<u>15.738.302,86</u>	<u>14.820.773,27</u>


Em 31 de dezembro de 2017, o valor reconhecido na demonstração de fluxos de caixa em "Outros recebimentos/pagamentos" inclui o montante de € 2.582.835,14 referente a pedidos de reembolso de IVA pagos pela Autoridade Tributária no decurso do exercício.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não existem créditos bancários concedidos e não sacados.

## 6 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 2017 e 2016 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2017								
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Ativos Fixos Tangíveis Em Curso	Total
<b>Ativos</b>								
Saldo Inicial	36.641.896,50	137.384.403,83	210.051.789,32	2.002.699,12	7.159.703,79	15.243.292,41	365.217,01	408.849.001,98
Aquisições	-	38.951,87	1.183.496,71	-	13.548,09	3.066,32	2.801.902,47	4.040.965,46
Alienações	-	-	-	-	-	-16.734,80	-	-16.734,80
Transferências	-	149.296,64	2.096.036,29	-	82.968,99	7.016,46	-2.335.318,38	-
Abates	-342.777,86	-20.789,13	-95.774,20	-42.636,87	-118.671,19	-1.592,65	-	-622.241,90
Revalorizações	831.389,00	2.287.792,97	-	-	-	-	-	3.119.181,97
<b>Saldo</b>	<u>37.130.507,64</u>	<u>139.839.656,18</u>	<u>213.235.548,12</u>	<u>1.960.062,25</u>	<u>7.137.549,68</u>	<u>15.235.047,74</u>	<u>831.801,10</u>	<u>415.370.172,71</u>
<b>Depreciações acumuladas e perdas por imparidade</b>								
Saldo Inicial	-	118.114.283,36	197.865.142,17	1.987.079,28	6.917.495,43	15.188.585,73	-	340.072.585,97
Depreciações do exercício (Nota 23)	-	1.959.280,22	4.693.819,77	9.139,84	134.217,96	14.745,05	-	6.811.202,84
Alienações	-	-	-	-	-	-16.734,80	-	-16.734,80
Abates	-	-20.789,13	-95.503,28	-42.636,87	-118.163,23	-1.592,65	-	-278.685,16
<b>Saldo</b>	<u>-</u>	<u>120.052.774,45</u>	<u>202.463.458,66</u>	<u>1.953.582,25</u>	<u>6.933.550,16</u>	<u>15.185.003,33</u>	<u>-</u>	<u>346.588.368,85</u>
<b>Ativos Líquidos</b>	<u>37.130.507,64</u>	<u>19.786.881,73</u>	<u>10.772.089,46</u>	<u>6.480,00</u>	<u>203.999,52</u>	<u>50.044,41</u>	<u>831.801,10</u>	<u>68.781.803,86</u>


## 2016

	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Ativos Fixos Tangíveis Em Curso	Total
<b>Ativos</b>								
Saldo Inicial	39.459.784,08	131.677.195,13	210.981.505,33	2.020.064,73	7.173.302,94	15.241.578,55	490.898,30	407.044.329,06
Aquisições	-	-	319.982,19	-	6.313,92	966,01	2.174.731,88	2.501.994,00
Alienações	-56.726,58	-	-	-17.365,61	-990,00	-	-	-75.082,19
Transferências	-	47.978,00	2.237.588,58	-	13.977,99	868,60	-2.300.413,17	-
Abates	-	-1.020,00	-3.487.286,78	-	-32.901,06	-120,75	-	-3.521.328,59
Revalorizações	-2.761.161,00	5.660.250,70	-	-	-	-	-	2.899.089,70
<b>Saldo</b>	<b>36.641.896,50</b>	<b>137.384.403,83</b>	<b>210.051.789,32</b>	<b>2.002.699,12</b>	<b>7.159.703,79</b>	<b>15.243.292,41</b>	<b>365.217,01</b>	<b>408.849.001,98</b>
<b>Depreciações acumuladas e perdas por imparidade</b>								
Saldo Inicial	-	116.552.160,21	194.933.194,55	1.994.705,04	6.774.194,55	14.965.950,56	-	335.220.204,91
Depreciações do exercício (Nota 23)	-	1.563.143,15	6.383.232,11	9.739,85	176.954,44	222.755,92	-	8.355.825,47
Alienações	-	-	-	-17.365,61	-990,00	-	-	-18.355,61
Abates	-	-1.020,00	-3.451.284,49	-	-32.663,56	-120,75	-	-3.485.088,80
<b>Saldo</b>	<b>-</b>	<b>118.114.283,36</b>	<b>197.865.142,17</b>	<b>1.987.079,28</b>	<b>6.917.495,43</b>	<b>15.188.585,73</b>	<b>-</b>	<b>340.072.585,97</b>
<b>Ativos Líquidos</b>	<b>36.641.896,50</b>	<b>19.270.120,47</b>	<b>12.186.647,15</b>	<b>15.619,84</b>	<b>242.208,36</b>	<b>54.706,68</b>	<b>365.217,01</b>	<b>68.776.416,01</b>

O valor dos abates registado em 2017 na rubrica "Terrenos e recursos naturais" (€ 342.777,86) corresponde ao património transferido para o Estado, conforme n.º 3 do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 86-D/2016 de 30 de dezembro.

Cessando as destinações do património imobiliário, conforme referido nos n.ºs 1 e 2 do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 86-D/2016 de 30 de dezembro, os imóveis em causa consideram-se transmitidos para o Estado.

O equipamento administrativo em poder de terceiros em 31 de dezembro de 2017 tem o valor líquido contabilístico de € 20.392,32 e os edifícios e outras construções implantadas em propriedade alheia têm o valor líquido contabilístico de € 252.840,42 e respeitam essencialmente às instalações da Empresa situadas na Pontinha e Musgueira.

As aquisições registadas na rubrica de "Equipamento básico" em 31 de dezembro de 2017, respeitam, essencialmente, a grandes reparações efetuadas nos veículos de serviço público.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes, sendo registada uma quota integral no ano de aquisição e não sendo praticada qualquer quota no ano do abate se o bem ainda se encontrar em curso de depreciação durante a vida útil estimada.

As depreciações do exercício, no montante de € 6.811.202,84 (Nota 23) (€ 8.355.825,47 em 2016), foram registadas nas seguintes rubricas:

	2017	2016
Edifícios e Outras Construções	1.959.280,22	1.563.143,15
Equipamento Básico	4.693.819,77	6.383.232,11
Equipamento Transporte	9.139,84	9.739,85
Equipamento Administrativo	134.217,96	176.954,44
Outros Ativos Fixos Tangíveis	14.745,05	222.755,92
	<b>6.811.202,84</b>	<b>8.355.825,47</b>



O detalhe dos custos históricos de aquisição de ativos fixos tangíveis e correspondentes valores de revalorização em 31 de dezembro de 2017 e 2016, líquidos de depreciações e perdas por imparidade acumuladas, é o seguinte:

	2017		
	Custo Histórico	Excedente Revalorização (a)	Valor Revalorizado
Terrenos e Recursos Naturais	1.880.216,42	35.250.291,22	37.130.507,64
Edifícios e Outras Construções	1.499.771,97	18.287.109,76	19.786.881,73
Equipamento Básico	10.569.498,07	202.591,39	10.772.089,46
Equipamento Transporte	6.480,00	-	6.480,00
Equipamento Administrativo	203.999,52	-	203.999,52
Outros Ativos Fixos Tangíveis	50.044,41	-	50.044,41
	14.210.010,39	53.739.992,37	67.950.002,76

(a) Inclui as reavaliações efetuadas ao abrigo de diplomas legais e reavaliações livres, efetuadas até 31/12/2017.

	2016		
	Custo Histórico	Excedente Revalorização (a)	Valor Revalorizado
Terrenos e Recursos Naturais	1.899.869,39	34.742.027,21	36.641.896,60
Edifícios e Outras Construções	1.705.118,71	17.565.001,76	19.270.120,47
Equipamento Básico	11.955.302,79	231.344,36	12.186.647,15
Equipamento Transporte	15.619,84	-	15.619,84
Equipamento Administrativo	242.208,36	-	242.208,36
Outros Ativos Fixos Tangíveis	54.706,68	-	54.706,68
	15.872.825,77	52.538.373,33	68.411.199,10

(b) Inclui as reavaliações efetuadas ao abrigo de diplomas legais e reavaliações livres, efetuadas até 31/12/2016.

Não foi apurada qualquer perda por imparidade em qualquer dos exercícios.

## 7 LOCAÇÕES

### Locações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Empresa não mantinha quaisquer contratos de locação financeira.

### Locações operacionais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Empresa era locatária em contratos de locação operacional relacionados com viaturas ligeiras.

*[Handwritten signatures]*  
13/36

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 2017 e 2016 são detalhados conforme se segue:

	Pagamentos mínimos não canceláveis	
	2017	2016
Até 1 ano	6.022,41	5.527,40

O gasto relacionado com locações operacionais reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é detalhado conforme se segue:

	Gasto do período	
	2017	2016
Pagamentos mínimos	11.516,55	7.460,55

## 8 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	Programas de computador	
	2017	2016
<b>Ativos</b>		
Saldo Inicial	8.949.602,90	8.947.172,90
Aquisições	76.536,00	2.430,00
Alienações	-	-
Transferências	-	-
Abates	-	-
Revalorizações	-	-
<b>Saldo</b>	<b>9.026.138,90</b>	<b>8.949.602,90</b>
<b>Amortizações Acumuladas e Perdas por Imparidade</b>		
Saldo Inicial	8.853.037,94	8.792.222,64
Amortizações do período (Nota 23)	54.268,90	60.815,30
Abates	-	-
<b>Saldo</b>	<b>8.907.306,84</b>	<b>8.853.037,94</b>
<b>Ativos Líquidos</b>	<b>118.832,06</b>	<b>96.564,96</b>

*[Handwritten signatures]*

14 / 36

## 9 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o movimento ocorrido na rubrica “Participações financeiras – método da equivalência patrimonial” foi o seguinte:

	2017	2016
<b>Participações financeiras</b>		
Saldo inicial	9.725.397,85	7.563.732,37
Aumento - Método da equivalência patrimonial	2.819.862,38	2.186.111,48
Diminuição - Método da equivalência patrimonial	-464.160,00	-24.446,00
Saldo final	12.081.100,23	9.725.397,85

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Empresa evidenciava os seguintes investimentos em subsidiárias e associadas:

	2017								
	Sede	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Saldo de Balanço	Proporção no resultado
<b>Subsidiárias:</b>									
Carristur Aurora Finance, BV (b)	Lisboa	17.092.471,11	5.011.370,88	12.081.100,23	19.985.515,53	2.819.862,38	100,00	12.081.100,23	2.819.862,38
	Amesterdão	969.075,00	533.584,00	435.492,00	-	-28.668,00	100,00	-	-29.591,48
<b>Empresas associadas:</b>									
PUBLICARRIS - Publicidade na CCFL (c)	Oeiras	1.957.069,59	2.701.022,22	-743.952,63	977.219,41	18.475,84	45,00	-	-
								12.081.100,23	2.790.270,90

(a) Na demonstração dos resultados estão registados os rendimentos de € 2.858.593,47 (e não € 2.790.270,90) porque inclui ainda dividendos atribuídos pela empresa relacionada (OTLIS), detida a 14,29%, no montante de € 68.322,57.

(b) Valores das demonstrações financeiras à data de 24 de maio de 2017.

(c) Valores baseados nas demonstrações financeiras não aprovadas em 31 de dezembro de 2017.

	2016								
	Sede	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Saldo de Balanço	Proporção no resultado
<b>Subsidiárias:</b>									
Carristur Aurora Finance, BV	Lisboa	14.355.747,73	5.094.509,88	9.261.237,85	16.181.329,39	2.186.111,48	100,00	9.261.237,85	2.186.111,48
	Amesterdão	972.850,00	508.690,00	464.160,00	2.038,00	-24.445,00	100,00	464.160	-24.446,00
<b>Empresas associadas:</b>									
PUBLICARRIS - Publicidade na CCFL (e)	Oeiras	2.037.506	2.799.934	-762.429,00	929.293,00	-26.499,00	45,00	-	-
								9.725.397,85	2.161.665,48

(d) Na demonstração dos resultados estão registados os rendimentos de € 2.237.311,54 (e não € 2.161.665,48) porque inclui ainda dividendos atribuídos pela empresa relacionada (OTLIS), detida a 14,29%, no montante de € 75.646,06.

(e) Valores baseados nas demonstrações financeiras não aprovadas em 31 de dezembro de 2016.

A subsidiária Aurora Finance, BV foi uma sociedade veículo constituída em 2004 com o propósito único de contrair um empréstimo obrigacionista, cujo montante foi integralmente repassado para a Empresa. As prestações finais deste financiamento foram pagas em 2016, tendo a Aurora Finance sido liquidada durante o período de 2017, com base nas demonstrações financeiras à data de 24 de maio de 2017.

*[Handwritten signatures and initials]*

15/36



## 10 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2014 a 2017 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Empresa encontra-se sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC"), aplicando uma taxa de 21% sobre a matéria coletável.

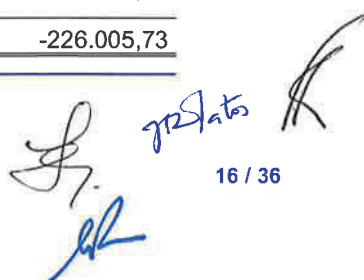
A Lei n.º 2/2014 de 16 de janeiro, e a Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, alteraram: (i) o artigo 87.º do código do IRC, fixando a partir de 2015, inclusive, em 21% a taxa de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas; (ii) o artigo 87.º-A do código do IRC, que determina uma tributação adicional, em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, por escalão em função do lucro tributável; e (iii) o artigo 52.º do código do IRC que vem limitar a dedução dos prejuízos fiscais a 70% do lucro tributável e a extensão para 12 anos do período de reporte de prejuízos fiscais apurados a partir de 2014. A Lei n.º 7-A/2016 de 30 de março veio por sua vez modificar o n.º 1 do art.º 52.º do código do IRC, limitando a cinco anos o período de reporte dos prejuízos fiscais apurados a partir de 1 de janeiro de 2017.

Nos termos do artigo 88.º do código do IRC, a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributações autónomas sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no mencionado artigo.

O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é detalhado conforme se segue:

	2017	2016
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período	246.928,10	17.935,10
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos decorrentes de reavaliações livres e legais efetuadas nos ativos fixos tangíveis	-342.723,67	-243.940,83
Gasto com impostos sobre o rendimento	-95.795,57	-226.005,73
	2017	2016
Resultado antes de imposto	4.873.765,82	-7.095.448,56
Gasto com impostos sobre o rendimento apurado à taxa de 22,5%	1.096.597,31	-1.596.475,93
Tributações autónomas	10.794,38	17.935,10
Diferenças permanentes	-860.463,59	-
Diferenças temporárias:		
Reporte de prejuízos fiscais	-	1.596.475,93
Impostos diferidos decorrentes de reavaliações livres e legais efetuadas nos ativos fixos tangíveis (amortização)	-342.723,67	-243.940,83
Gasto com impostos sobre o rendimento	-95.795,57	-226.005,73

 *J.P. Santos*



Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os prejuízos fiscais reportáveis (já declarados) ascendiam a € 111.669.390,26 e € 109.622.117,88, respetivamente. A data limite de utilização dos prejuízos fiscais existentes naquelas datas é conforme se segue:

	2017		2016	
	Montante	Data	Montante	Data
Gerados em 2012	57.540.226,98	31-12-2017	57.540.226,98	31-12-2017
2013	24.611.823,06	31-12-2018	24.611.823,06	31-12-2018
2014	22.649.380,30	31-12-2026	22.649.380,30	31-12-2026
2015	4.820.687,54	31-12-2027	4.820.687,54	31-12-2027
2016	2.047.272,38	31-12-2028	-	-
	<u>111.669.390,26</u>		<u>109.622.117,88</u>	

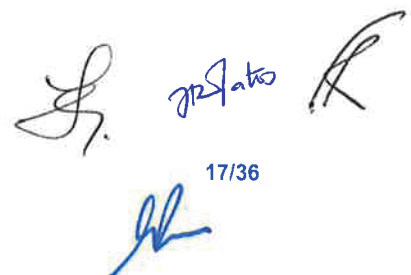
Na sequência da mudança de acionista ocorrida em 1 de fevereiro de 2017, a Empresa apresentou em 30 de junho de 2017 um requerimento para manter o direito ao reporte dos prejuízos fiscais, aguardando-se o respetivo deferimento.

### Impostos diferidos

Tendo em consideração os prejuízos fiscais reportáveis e o seu período de reporte (cinco anos para os prejuízos gerados em 2017), a Empresa procedeu à dedução, no registo dos passivos por impostos diferidos dos valores correspondentes aos impostos calculados sobre as depreciações a realizar nesse período, e respeitantes às reavaliações efetuadas até 31 de dezembro de 2017 sobre os bens depreciáveis. Os passivos por impostos diferidos foram calculados considerando-se uma taxa agregada de imposto de 22,5% em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

No que respeita às reavaliações efetuadas sobre os terrenos, e para efeitos do cálculo e registo do correspondente passivo por imposto diferido, foi considerada a base fiscal atualizada por coeficientes de atualização monetária dos terrenos reportada a 31 de dezembro de 2017, tendo-se utilizado para o efeito uma taxa agregada de imposto de 22,5%.

No cálculo efetuado relativamente aos ativos objeto de reavaliações legais, considerou-se o efeito da não dedução fiscal de 40% das reavaliações efetuadas, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 118-B/86.



O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é como segue:

	Passivos por impostos diferidos	
	2017	2016
Saldo inicial	8.676.095,41	8.804.683,84
Efeito em resultados:		
Diferenças derivadas de mensurações de justo valor:		
Reavaliações livres de terrenos e edifícios	-332.040,42	-232.792,19
Diferenças entre a base fiscal e a base contabilística de ativos fixos tangíveis registados no custo considerado à data de transição (que foram objeto de reavaliações legais)	-10.683,25	-11.148,64
	-342.723,67	-243.940,83
Efeito em reservas:		
Diferenças derivadas de mensurações de justo valor:		
Reavaliações livres de terrenos e edifícios	1.692.757,45	115.352,40
Saldo final	10.026.129,19	8.676.095,41

## 11 OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a rubrica "Outros investimentos financeiros" apresentava a seguinte composição:

	2017	2016
Não correntes:		
Títulos da dívida pública depositados em Instituições de Crédito	724.750,21	689.794,69
Títulos da dívida pública depositados à ordem do Juiz	1.578,89	5.265,76
Depósitos em numerário à ordem do Juiz	611.847,03	611.847,03
Perdas por imparidades de outros investimentos financeiros	-	-32.616,18
	1.338.176,13	1.274.291,30
Fundo de compensação do trabalho (FCT)	15.692,13	3.843,93
Participações financeiras – método do custo	183.547,44	140.690,29
	1.537.415,70	1.418.825,52

O montante de € 1.338.176,13 respeita a títulos da dívida pública detidos pela Empresa e a depósitos em numerário à ordem do Juiz para garantir pensões de acidentes de trabalho, de que foi auto-seguradora até 8 de janeiro de 1999.

O valor de € 183.547,44 refere-se a investimentos noutras empresas: Otis - Operadores de Transportes da Região de Lisboa, ACE e OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, SA.

*g2stato*  
*lh*  
 18 / 36

## 12 INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	2017			2016		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	72.572,47	-	72.572,47	76.400,57	-	76.400,57
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.428.881,17	7.445,77	1.421.435,40	1.435.890,92	7.422,18	1.428.468,74
	<u>1.501.453,64</u>	<u>7.445,77</u>	<u>1.494.007,87</u>	<u>1.512.291,49</u>	<u>7.422,18</u>	<u>1.504.869,31</u>

### Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é detalhado conforme se segue:

	2017		
	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Total
Saldo inicial	76.400,57	1.435.890,92	1.512.291,49
Compras	7.541,01	16.352.751,09	16.360.292,10
Regularizações	-265,22	-	-265,22
Saldo final	<u>72.572,47</u>	<u>1.428.881,17</u>	<u>1.501.453,64</u>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	<u>11.103,89</u>	<u>16.359.760,84</u>	<u>16.370.864,73</u>

	2016		
	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Total
Saldo inicial	80.101,80	1.770.328,70	1.850.430,50
Compras	6.701,06	14.759.675,58	14.766.376,64
Regularizações	-374,27	-	-374,27
Saldo final	<u>76.400,57</u>	<u>1.435.890,92</u>	<u>1.512.291,49</u>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	<u>10.028,02</u>	<u>15.094.113,36</u>	<u>15.104.141,38</u>


  
 19/36

## Perdas por imparidade

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é detalhada conforme segue:

	2017				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Mercadorias	-				-
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	7.422,18	23,59	-	-	7.445,77
Produtos acabados e intermédios	-				-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-				-
Produtos e trabalhos em curso	-				-
	<u>7.422,18</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.445,77</u>

	2016				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Mercadorias	-				-
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	7.422,18				7.422,18
Produtos acabados e intermédios	-				-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-				-
Produtos e trabalhos em curso	-				-
	<u>7.422,18</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.422,18</u>

## 13 CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

As categorias de ativos financeiros correntes em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são detalhadas conforme se segue:

ATIVOS FINANCEIROS	2017			2016		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Ativos financeiros ao custo amortizado menos perdas por imparidade:						
Clientes	2.248.374,69	-	2.248.374,69	2.280.493,36	24.376,61	2.256.116,75
Outros créditos a receber	79.579.616,57	146.164,56	79.433.452,01	14.307.390,26	1.070.131,52	13.237.258,74
	<u>81.827.991,26</u>	<u>146.164,56</u>	<u>81.681.826,70</u>	<u>16.587.883,62</u>	<u>1.094.508,13</u>	<u>15.493.375,49</u>

A rubrica "Outros créditos a receber" inclui o montante de € 64.050.273,87 relativo a um contrato "swap" celebrado com uma instituição bancária, e relativamente ao qual o Estado Português assumiu as responsabilidades no âmbito do Decreto-Lei n.º 86-D/2016 conjugado com o Decreto-Lei n.º 1/2018 de 8 de janeiro. Este valor inclui os montantes vencidos e cujo pagamento se encontrava suspenso por indicação do Estado (Nota 15) - € 54.670.898,28 referente às prestações vencidas até 31 de dezembro 2016 e € 3.985.489,17 referente à prestação vencida em março de 2017 - e o montante de € 5.393.886,42 correspondente ao justo valor à data de 31 de dezembro de 2017 (Nota 16).

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

A rubrica “Outros créditos a receber” inclui ainda: (i) o montante de € 10.280.287,48 (€ 9.129.609,24 em 2016) referente a verbas a receber de outros operadores do sistema de transportes (incluindo empresas do setor empresarial do Estado), fruto da repartição de receitas de passes; (ii) o montante a receber como compensação financeira para o passe escolar 4\_18 e sub23 no montante de € 347.173,24 (€ 105.299,19 em 2016); (iii) o montante a receber como compensação para o passe social +, no montante de € 295.141,74 (€ 410.873,82 em 2016); (iv) o montante de € 1.474.236,66 a receber como compensação para os títulos intermodais; e (v) o montante de € 1.517.011,35 (€ 1.543.629,65 em 2016) referente a vendas de passes e títulos de transporte efetuados por concessionários no mês de dezembro.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Empresa reconheceu perdas por imparidade no montante de € 6.080,76.

## 14 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

### Capital Social:

Em 31 de dezembro de 2017 o capital da Empresa subscrito e realizado é correspondente a 76.741.584 ações ordinárias nominativas com o valor nominal de € 4,99 cada, detido a 100% pelo município de Lisboa.

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 29 de dezembro de 2017, o resultado líquido negativo do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, no montante de € 6.869.442,83, foi transferido para resultados transitados.

### Excedentes de revalorização:

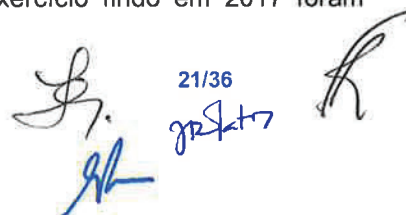
O movimento do excedente de revalorização (rubrica “Excedentes de revalorização”) no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi conforme se segue:

	Excedente de revalorização ativos fixos tangíveis
<b>Saldo no início do período</b>	63.989.511,88
Revalorizações do período (Nota 6)	3.119.181,97
Realização de reservas	-
Impostos diferidos (Nota 10)	-1.692.757,45
<b>Saldo no final do período</b>	<b>65.415.936,40</b>

A Empresa procedeu em anos anteriores à revalorização dos seus ativos fixos ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- *Decreto-Lei nº 430/78, de 27 de dezembro*
- *Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de junho*
- *Decreto-Lei nº 399-G/84, de 28 de dezembro*
- *Decreto-Lei nº 118-B/86, de 27 de maio*
- *Decreto-Lei nº 111/88, de 2 de abril*
- *Decreto-Lei nº 49/91 de 25 de janeiro*
- *Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de novembro*
- *Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de fevereiro.*

Como resultado das revalorizações efetuadas (as quais fazem parte integrante do custo considerado dos bens sobre os quais incidiram estas reavaliações), as depreciações do exercício findo em 2017 foram

  
21/36



aumentadas em € 118.672,24. Deste montante, 40% não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria coletável em sede de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

### Subsídios do Governo:

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, na rubrica de "Outras variações no capital próprio", sendo subseqüentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Empresa beneficiou dos seguintes subsídios:

	2017	2016
Subsídios relacionados com ativos:		
Montante atribuído/recebido no ano	-	558.532,27
Rédito do período	-322.852,54	-432.464,50
Variação no Capital Próprio	-322.852,54	126.067,77

### Distribuição de dividendos:

De acordo com a legislação vigente em Portugal, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes do capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do período, apenas relevam para poderem ser distribuídos aos acionistas/sócios quando os elementos ou direitos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou quando se verifique o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis e intangíveis.

### Cobertura de Prejuízos

Nos termos do Decreto-Lei n.º 86-D/2016 de 30 de dezembro, conjugado com o Decreto-Lei n.º 1/2018 de 8 de janeiro, o Estado assumiu a dívida financeira da Empresa e as responsabilidades relativas a complementos de pensões, para efeitos de cobertura dos prejuízos da empresa.

Foram consideradas dívida financeira todas as responsabilidades financeiras de valor fixado à data de 31 de dezembro de 2016, totalizando € 704.942.599,44:

- Empréstimos DGTF - € 429.425.000,00
- Financiamentos BEI - € 14.999.999,52
- Empréstimo BBVA - € 120.000.000,00
- Empréstimo BPI - € 67.500.000,00
- Juros a liquidar - € 5.346.701,64
- Swap Haitong, liquidado pelo Estado em janeiro de 2017 - € 13.000.000,00
- Prestações vencidas do swap objeto do acordo com a instituição financeira (\*) - € 54.670.898,28

(\*) A Carris mantém-se como outorgante do acordo celebrado com a instituição financeira.



22 / 36

Conforme previsto nos referidos diplomas legais, o total desta dívida financeira (€ 704.942.599,44) acrescido do valor a 31 dezembro de 2016 das responsabilidades com benefícios pós-emprego (€ 100.886.655,08), foi contabilizado como cobertura de prejuízos.

### Outras variações de capitais próprios

O Decreto-Lei n.º 86-D/2016 de 30 de dezembro determina que o Estado assume quaisquer responsabilidades que venham a ser apuradas relativas a contratos de derivados financeiros celebrados pela Carris até 31 dezembro de 2016. Nesta data, o saldo da rubrica “Acréscimos de gastos – ‘Swaps’” que respeita ao justo valor dos fluxos vencidos dos contratos de derivados financeiros era de € 30.051.297,69, correspondente a um “swap” cujo valor fora fixado em € 13.000.000,00 e um outro cujo “mark to market” era de € 17.051.297,69.

Tendo em conta a natureza variável desta responsabilidade e o valor incerto das prestações na data do seu vencimento, a Carris contabilizou em “Outras variações de capitais próprios” o justo valor do contrato de “swap” com o MtM de € 17.051.297,69 à data de 31 dezembro de 2016.

## 15 PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

A evolução das provisões nos períodos findos em 2017 e 2016 é detalhada conforme se segue:

	2017				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	54.919.882,70	9.628,59	-248.984,42	-54.670.898,28	9.628,59
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	966.498,35		-32.645,45		933.852,90
Matérias ambientais	3.000,00		-3.000,00		-
Outras provisões	362.254,91	393.237,18			755.492,09
	<b>56.251.635,96</b>	<b>402.865,77</b>	<b>-284.629,87</b>	<b>-54.670.898,28</b>	<b>1.698.973,58</b>

	2016				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	41.896.139,92	18.430.354,94	-2.358.647,48	-3.047.964,68	54.919.882,70
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	1.020.499,57		-54.001,22		966.498,35
Matérias ambientais	3.000,00				3.000,00
Outras provisões	336.275,88	25.979,03			362.254,91
	<b>43.255.915,37</b>	<b>18.456.333,97</b>	<b>-2.412.648,70</b>	<b>-3.047.964,68</b>	<b>56.251.635,96</b>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica de provisões continha as responsabilidades inerentes às pensões de acidentes de trabalho, no montante de € 933.852,90 e € 966.498,35, respetivamente, de que a Empresa foi auto-seguradora até 8 de janeiro de 1999.

Em 2017 foi concluído o processo litigioso que opunha a Empresa e outras empresas de transporte coletivo a uma instituição financeira, tendo ficado acordado o cumprimento pela Empresa do contrato de “swap” remanescente e o pagamento dos fluxos vencidos que se encontravam por pagar, e dos fluxos vencidos. No seguimento desse acordo foi utilizada a provisão constituída em períodos anteriores, no montante global de



€ 54.670.898,28, referente às prestações vencidas do “swap” cujo pagamento ficou suspenso, por decisão do Estado Português, entre 2013 e 2016. Ficou igualmente determinado que nenhum outro montante era devido à referida instituição financeira, incluindo o pagamento de despesas ou de juros, bem como a título de custas de parte ou custas judiciais.

No exercício de 2016, as provisões relacionadas com os juros vencidos relativos a este processo que se encontrava em curso constam da rubrica de “Juros e Gastos similares suportados” ao invés da rubrica de “Provisões”, da Demonstração dos Resultados por esta classificação permitir uma leitura mais adequada das Demonstrações Financeiras.

Durante o período de 2017 foi constituída uma provisão, no montante de € 334.778,68 para fazer face a um provável exfluxo de recursos resultantes da situação patrimonial negativa da empresa associada Publicarris.

## 16 FORNECEDORES, EMPRÉSTIMOS OBTIDOS E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a rubrica de “Fornecedores” apresentava a seguinte composição:

	2017	2016
Fornecedores:		
Fornecedores c/c	4.619.449,03	4.866.566,33
Faturas em receção e conferência	369.337,35	362.841,39
Fornecedores de Investimento	908.486,1	209.066,26
	<u>5.897.272,48</u>	<u>5.438.473,98</u>

O Decreto-Lei n.º 86-D/2016, de 30 de dezembro, procedeu à municipalização da Carris, transmitindo para a Câmara Municipal de Lisboa a totalidade das ações representativas do capital social da empresa. No âmbito deste processo, o Estado assume a totalidade da dívida financeira registada no balanço da Carris à data de 31 de dezembro 2016, com efeito a partir de 1 de fevereiro de 2017.

Por conseguinte, a 31 de dezembro de 2017 a Carris não apresenta quaisquer responsabilidades relativas a financiamentos.

Na medida em que todos os empréstimos em curso foram liquidados ou transferidos para o Estado em janeiro de 2017, os financiamentos contratados pela Carris à data de 31 de dezembro de 2016 foram considerados correntes.



24 / 36

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de "Outras dívidas a pagar" apresentava a seguinte composição:

	2017	2016
Outras dívidas a pagar:		
Remunerações a liquidar	7.930.785,13	7.022.782,09
Acréscimos de gastos - Juros médio e longo prazo	-	5.346.701,64
Acréscimos de gastos - "Swaps"	5.393.886,42	30.051.297,69
Outros credores por acréscimos de gastos	943.710,27	862.494,67
Outros credores	843.396,18	3.847.528,80
Acordo relativo a processo judicial	58.656.387,45	-
Acionistas/sócios	10.157,67	10.157,67
	73.778.323,12	47.140.962,56

O montante de € 58.656.387,45 refere-se às prestações vencidas e não pagas do contrato de "swap" com uma instituição financeira, cujo processo judicial foi concluído em maio de 2017 com a celebração de um acordo entre as empresas devedoras, o Estado Português e a instituição financeira.

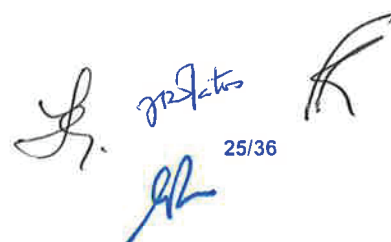
O saldo da rubrica "Acréscimos de gastos – 'Swaps'" respeita aos fluxos vincendos dos contratos de derivados financeiros que se encontram registados ao justo valor mediante avaliações efetuadas à data de relato pelas entidades bancárias como segue:

Referência	Contraparte	Capital inicial	Data final	31.12.2017			31.12.2016	
				Capital atual	Justo valor	Varição	Capital atual	Justo valor
<b>BESI Fev2019</b> (1)	BESI	100.000.000,00	11-02-2019	-	-	13.000.000,00	100.000.000,00	-13.000.000,00
<b>BSN Mar2019</b>	BSN	90.000.000,00	15-03-2019	15.000.000,00	-5.393.886,42	11.657.411,27	15.000.000,00	-17.051.297,69
					<b>-5.393.886,42</b>	<b>24.657.411,27</b>		<b>-30.051.297,69</b>

(1) Negociado com a contraparte

Na sequência do disposto no Decreto-Lei n.º 86-D/2016 de 30 de dezembro, o Estado procedeu em janeiro de 2017 à liquidação antecipada do "swap" BESIFev2019, pelo valor de 13 milhões de euros.

Mantém-se em curso apenas o "swap" BSNMar2019. Nos termos do Decreto-Lei n.º 86-D/2016 de 30 de dezembro, o Estado assumiu a totalidade das responsabilidades decorrentes deste derivado financeiro, relativamente às prestações vencidas e aos fluxos vincendos, embora se tenha mantido inalterado o respetivo contrato.


  
 25/36

## 17 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2017		2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas				
Pagamentos por conta	341.162,50		350.000,00	
Estimativa de imposto (Nota 10)	-246.928,10		-17.935,10	
Retenção na Fonte	53.119,10		57.548,05	
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares		515.347,67		463.182,06
Imposto sobre o valor acrescentado	1.008.049,13		619.906,43	
Contribuições para a Segurança Social	274.169,55	1.152.674,52	179.806,51	1.046.901,39
Outros impostos		4.338,16		98.694,24
	<u>1.429.572,18</u>	<u>1.672.360,35</u>	<u>1.189.325,89</u>	<u>1.608.777,69</u>

Em 31 de dezembro de 2017 o montante inscrito na rubrica “Imposto sobre o valor acrescentado” refere-se a pedidos de reembolso deferidos e recebidos no início de 2018.

## 18 DIFERIMENTOS PASSIVOS

Em 2017 e em 2016 as rubricas do passivo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	2017	2016
Títulos de transporte	1.051.388,89	960.297,90
Vendas de passes em ATM's	175.708,67	185.848,38
	<u>1.227.097,56</u>	<u>1.146.146,28</u>


Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o montante inscrito nestas rubricas respeita ao diferimento do rendimento com as vendas de títulos de transporte, nomeadamente passes, cuja utilização ocorrerá no mês seguinte.

## 19 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

### Benefícios pós-emprego – planos de benefícios definidos

A Empresa assumiu o compromisso de conceder aos empregados prestações pecuniárias a título de complemento de reforma por velhice e invalidez e pensões de sobrevivência.

A avaliação atuarial do valor presente da obrigação de benefícios definidos foi efetuada com referência a 31 de dezembro de 2017 e 2016 pela Actuariado. O valor presente da obrigação de benefícios definidos, o custo dos serviços correntes e dos serviços passados foram mensurados através do método da unidade de crédito projetada.

  
26 / 36



Os principais pressupostos seguidos na avaliação atuarial atrás referida foram os seguintes:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Idade normal de reforma	Variável	Variável
Pensões de reforma	Pagas 14 vezes ao ano	Pagas 14 vezes ao ano
Tábua de mortalidade	TV73/77-1 para a população masculina e TV88/90 para a população feminina	TV73/77-1 para a população masculina e TV88/90 para a população feminina
Tábua de invalidez	EVK80	EVK80
Tábua de Turnover (*)	Carris	Carris
Taxa de desconto	2,0%	1,6%
Taxa de crescimento dos salários	1,00%	1,5%
Taxa de crescimento das pensões	0,00%	0,00%

(\*) A tábua de turnover da Carris foi atualizada em 2017, incorporando as estatísticas de entradas e saídas dos anos mais recentes.

A entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 86-D/2016 de 30 de dezembro, alterado pela Lei n.º 107/2017 de 10 de novembro, veio proceder à transferência das responsabilidades relativas a complementos de pensões de reformados, pensionistas e trabalhadores no ativo à data de 31 de dezembro de 2016 para a Caixa Geral de Aposentações, conforme Decreto-Lei n.º 95/2017 de 10 de agosto.

A Empresa elaborou um estudo atuarial para cálculo das responsabilidades com benefícios pós-emprego, tendo em conta as alterações decorrentes dos referidos diplomas legais. Neste estudo, considerou-se que todas as variações estimadas nos benefícios pós-emprego decorrentes das alterações salariais verificadas após 31 dezembro 2016, devido à reposição de rendimentos e retoma da progressão nas carreiras nos termos previstos no art.º 21.º da LOE 2017, bem como de novas admissões, são da responsabilidade da Carris.

O montante da responsabilidade associada aos planos de benefícios definidos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é detalhado conforme se segue:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - sem fundo:		
Reformados e sobreviventes	-	83.526.627,92
Trabalhadores no ativo a 31/12/016	4.835.854,43	17.360.027,16
Admissões durante o exercício 2017	38.193,87	-
	<u>4.874.048,30</u>	<u>100.886.655,08</u>

Em 2017, do montante de € 4.874.048,30 em responsabilidades com serviços passados, o valor de € 4.835.854,43 diz respeito aos ativos admitidos até 31 de dezembro de 2016 e o valor de € 38.193,87 aos ativos admitidos após essa data.

  
 27/36

O detalhe da população abrangida pelo estudo atuarial em dezembro de 2017 e 2016 é como segue:

<b>População</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Ativos	2.112	2.027
Reformados	-	2.160
Sobreviventes	-	1.365
	<u>2.112</u>	<u>5.552</u>

Em 2017, do total de 2.112 ativos, 1.990 têm data de admissão anterior a 31 de dezembro de 2016.

O montante registado como gasto na demonstração dos resultados em 31 de dezembro de 2017 é de € 660.610,49 (€ 2.528.687,32 em 31 de dezembro de 2016) (Nota 22). Este montante inclui o pagamento pela Empresa, em janeiro de 2017, de complementos de reforma no montante de € 622.416,62 e o valor referente às responsabilidades relativas as novas admissões (€ 38.193,87). O valor total dos pagamentos de complementos de reforma em 2016 foi de € 6.901.247,82.

A evolução das responsabilidades da Empresa com pensões nos períodos de 2017 e 2016 tem a seguinte composição:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Valor presente da obrigação no início do período	100.886.655,08	99.776.055,90
Transferência de responsabilidade	-100.886.655,08	-
Custo dos serviços correntes	-	533.166,20
Benefícios pagos	-	-6.901.247,82
Custo dos juros	-	1.995.521,12
Ganhos e perdas atuariais	4.874.048,30	5.483.159,68
	<u>4.874.048,30</u>	<u>100.886.655,08</u>

As responsabilidades por benefícios pós-emprego foram classificadas no passivo corrente em 31 de dezembro de 2016 uma vez que, conforme disposto na alínea b) do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 86-D/2016 de 30 de dezembro, o Estado Português assumiu as obrigações inerentes a estas responsabilidades com efeitos a 1 de fevereiro de 2017.

## 20 RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é detalhado conforme se segue:

	2017		2016	
Vendas e serviços prestados				
Venda de bens	37.407,23		19.782,40	
Prestação de serviços	<u>95.551.166,44</u>	95.588.573,67	<u>94.615.507,48</u>	94.635.289,88
Compensações tarifárias (inclui 4_18, sub23, social + e título intermodal)		<u>3.865.905,14</u>		<u>2.621.560,56</u>
		<u>99.454.478,81</u>		<u>97.256.850,44</u>

	2017	2016
Serviço Público:	93.720.974,68	92.259.587,23
Autocarros	77.483.034,34	77.502.774,71
Elétricos	12.524.228,13	11.392.834,93
Ascensores	2.378.264,34	2.095.499,63
Carmo	1.335.447,87	1.268.477,96
Alugueres	804.080,27	872.596,48
Aluguer de espaços para publicidade	515.094,04	484.905,96
Outras	511.017,45	998.417,81
	<u>95.551.166,44</u>	<u>94.615.507,48</u>

Em 2017 a compensação financeira atribuída para o passe escolar 4\_18 e sub23 foi de € 1.554.767,68 (€ 1.466.761,97 reconhecido como rédito após dedução do IVA). Em 2016 o valor correspondente foi de € 1.350.289,22 (€ 1.273.857,75 reconhecido como rédito).

A compensação financeira atribuída em 2017 para o passe Social + ascendeu a € 1.068.855,11 (€ 1.008.353,87 reconhecido como rédito), enquanto o valor atribuído em 2016 foi de € 1.428.564,98 (€ 1.347.702,81 reconhecido como rédito).

A partir de fevereiro de 2017, em resultado da municipalização da Empresa, foi-lhe atribuída uma compensação financeira pela disponibilização de títulos de transporte intermodais (L1, L12, L123, L123SX, L123MA, 12 e 123) no montante de € 1.474.236,66 (€ 1.390.789,30 reconhecido como rédito), tendo por base o Despacho n.º 15417-A/2016, o Despacho n.º 15146-A/2016 que veio alterar o Despacho n.º 8946-A/2015, e a Portaria n.º 241-A/2013 de 31 de julho. Nos termos destes diplomas, os operadores de transporte público têm direito a uma compensação financeira correspondente à diferença entre a receita comercial e a receita tarifária total. A receita comercial total é calculada a partir do somatório das viagens efetuadas, valorizadas com base num preço de referência, até um valor máximo definido em tabela constante do Despacho n.º 15417-A/2016.

  
29/36

## 21 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é detalhada conforme se segue:


	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Manutenção e reparação autocarros	8.128.083,47	7.552.373,16
Manutenção e reparação elétricos	2.092.089,30	2.036.335,36
Manutenção e reparação SAEIP/Bilhética	1.171.752,11	1.091.577,23
Licenciamento de software	567.255,15	583.325,08
Comissões a intermediários	1.478.275,71	1.595.941,25
Seguros	1.080.634,46	1.044.008,94
Auditoria, consultoria e honorários	1.348.653,94	977.149,90
Limpeza material circulante e outros	1.069.062,03	857.612,39
Aluguer de pneus	641.055,72	622.704,90
Eletricidade	964.921,20	868.356,28
Comunicação	917.962,21	819.042,57
Vigilância e segurança	464.219,69	497.525,08
Outros fornecimentos e serviços externos	<u>2.073.315,59</u>	<u>1.717.961,46</u>
	<u>21.997.280,58</u>	<u>20.263.913,60</u>

## 22 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é detalhada conforme se segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Remunerações dos órgãos sociais	265.632,03	207.531,47
Remunerações do pessoal	41.260.640,55	37.193.805,84
Benefícios pós-emprego:		
Benefícios definidos (Nota 19)	660.610,49	2.528.687,32
Indemnizações	1.500,00	30.000,00
Encargos sobre remunerações	9.857.932,23	8.886.644,49
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	552.863,89	470.179,82
Gastos de ação social	123.390,00	143.711,00
Incentivos à desvinculação	138.000,00	857.755,23
Outros	<u>567.707,71</u>	<u>499.567,25</u>
	<u>53.428.276,90</u>	<u>50.817.882,42</u>

A rubrica “Remunerações dos órgãos sociais” no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 inclui o montante de € 245.868,70 (€ 185.368,55 em 2016) relativo a remunerações do Conselho de Administração.



30 / 36

O número médio de pessoas ao serviço da Empresa no exercício foi de 2.064 empregados, todos com contratos sem prazo (2.023 em 2016).

Adicionalmente informa-se que o número de efetivos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 era de 2.112 e 2.027, respetivamente.

## 23 GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO

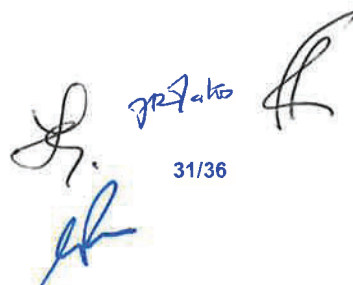
A decomposição da rubrica de “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e em 2016 é conforme se segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativos Fixos Tangíveis (Nota 6)	6.811.202,84	8.355.825,47
Ativos Intangíveis (Nota 8)	54.268,90	60.815,30
	<u>6.865.471,74</u>	<u>8.416.640,77</u>

## 24 OUTROS RENDIMENTOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e em 2016 é conforme se segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Rendimentos suplementares:		
Vendas de excedentes de armazém	107.485,83	117.339,80
Cartões para passes	330.052,78	565.630,12
Indemnizações	480.112,37	342.819,42
Rendas e cedência instalações	455.894,07	420.431,48
Outros rendimentos suplementares	157.276,45	193.882,03
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	28.940,81	39.640,92
Rendimentos em investimentos não financeiros	1.673,48	4.913,00
Reconhecimento subsídios ao investimento (Nota 14)	322.852,54	432.464,50
Outros	155.977,03	60.477,53
	<u>2.040.265,36</u>	<u>2.177.598,80</u>

  
31/36



## 25 OUTROS GASTOS

A composição da rubrica de "Outros gastos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e em 2016 é conforme se segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Impostos	417.027,79	388.341,92
Gastos em investimentos não financeiros	343.556,74	51.486,99
Quotizações	66.930,70	100.801,71
Outros	121.341,50	85.068,95
	<u>948.856,73</u>	<u>625.699,57</u>

## 26 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são detalhados conforme se segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Juros suportados		
Financiamentos bancários	-	3.495.696,99
Financiamentos da DGTF	-	8.249.258,38
Locações financeiras	-	11.753.474,42
Outros gastos de financiamento (a)	<u>71.382,94</u>	<u>24.341.615,24</u>
	<u>71.382,94</u>	<u>36.095.089,66</u>

Os valores considerados no período de 2016 em "Outros gastos de financiamento" incluem, fundamentalmente, gastos com "swaps".

Foram reconhecidos os seguintes juros, dividendos e outros rendimentos similares no decurso dos exercícios findos em 2017 e 2016:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Outros rendimentos similares	<u>9.294,96</u>	<u>20.888.556,19</u>

Em 31 de dezembro de 2016 a rubrica de "Outros rendimentos similares" engloba a variação de justo valor decorrente dos "swaps" (Nota 16).

## 27 PARTES RELACIONADAS

Durante o exercício de 2017 foram atribuídas remunerações aos membros do Conselho de Administração no montante de € 245.868,70 (€ 185.368,55 em 2016).

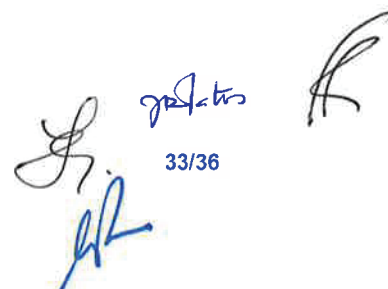
No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	2017				
	Vendas de inventários	Serviços Prestados	Compras de inventários	Compras de ativos fixos	Serviços obtidos
Entidade que efetuou a operação:					
Subsidiárias					
Carristur – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda.	27.214,47	1.353.922,68	76.333,22		1.358.682,85
Associadas					
Publicarris – Publicidade na CCFL, SA		500.000,00			
Outras partes relacionadas:					
Carrisbus – Manutenção, Reparação e Transportes, SA (a)	329.159,57	164.687,85	282.738,65	192.189,47	9.237.795,30
	<u>356.374,04</u>	<u>2.018.610,53</u>	<u>359.071,87</u>	<u>192.189,47</u>	<u>10.596.478,15</u>

(a) Empresa detida a 100% pela Carristur.

	2016				
	Vendas de inventários	Serviços Prestados	Compras de inventários	Compras de ativos fixos	Serviços obtidos
Entidade que efetuou a operação:					
Subsidiárias					
Carristur – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda.	12.644,10	1.324.098,13	20.586,57		871.465,17
Aurora Finance BV					2.167,94
Associadas					
Publicarris – Publicidade na CCFL, SA		500.000,00			
Outras partes relacionadas:					
Carrisbus – Manutenção, Reparação e Transportes, SA (b)	316.642,95	125.214,13	262.032,51	263.105,52	8.571.096,22
	<u>329.287,05</u>	<u>1.949.312,26</u>	<u>282.619,08</u>	<u>263.105,52</u>	<u>9.444.729,33</u>

(b) Empresa detida a 100% pela Carristur.


  
 33/36

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	<b>2017</b>			
	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Contas a pagar correntes	Contas a pagar financiamentos
<b>Subsidiárias:</b>				
Carristur - Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda.	380.649,62		448.800,58	
<b>Associadas:</b>				
Publicarris – Publicidade na CCFL, SA	1.425.461,42			
<b>Outras partes relacionadas:</b>				
Carrisbus - Manutenção, Reparação e Transportes, SA	<u>120.347,59</u>		<u>1.517.581,69</u>	
	<u>1.926.458,63</u>	-	<u>1.966.382,27</u>	-

	<b>2016</b>			
	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Contas a pagar correntes	Contas a pagar financiamentos
<b>Subsidiárias:</b>				
Carristur - Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda.	701.170,48		121.664,89	
Aurora Finance BV				450.768,27
<b>Associadas:</b>				
Publicarris – Publicidade na CCFL, SA	1.333.959,12			
<b>Outras partes relacionadas:</b>				
Carrisbus - Manutenção, Reparação e Transportes, SA	<u>117.492,70</u>		<u>1.822.360,13</u>	
	<u>2.152.622,30</u>	-	<u>1.944.025,02</u>	<u>450.768,27</u>

## 28 SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Empresa beneficiou dos seguintes subsídios:

	2017				
	Montante atribuído em anos anteriores	Montante atribuído no ano	Montante recebido	Montante por receber	Rébito do período
Subsídios tarifa:					
4_18 e Sub23	105.299,19	1.554.767,68	1.312.893,63	347.173,24	1.466.761,97
Social +	410.873,82	1.068.855,11	1.184.587,19	295.141,74	1.008.353,87
Intermodalidade	-	1.474.236,66	-	1.474.236,66	1.390.789,30
	<u>516.173,01</u>	<u>4.097.859,45</u>	<u>2.497.480,82</u>	<u>2.116.551,64</u>	<u>3.865.905,14</u>

	2016				
	Montante atribuído em anos anteriores	Montante atribuído no ano	Montante recebido	Montante por receber	Rébito do período
Subsídios tarifa:					
4_18 e Sub23	221.097,19	1.350.289,22	1.466.087,22	105.299,19	1.273.857,75
Social +	358.308,84	1.428.564,98	1.376.000,00	410.873,82	1.347.702,81
	<u>579.406,03</u>	<u>2.778.854,20</u>	<u>2.842.087,22</u>	<u>516.173,01</u>	<u>2.621.560,56</u>

## 29 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

### Honorários faturados pelo Fiscal Único:

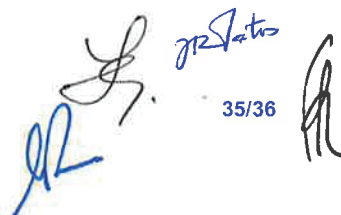
O Fiscal Único faturou no ano € 18.883,52 relacionados com a revisão legal das contas do ano de 2017.

### Despesas originadas pelas estruturas representativas dos trabalhadores:

Para efeito do disposto no despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro, publicado na 2.ª série do D.R. n.º 151 de 3/7/80, as despesas originadas pelas estruturas representativas dos trabalhadores foram, nos exercícios de 2017 e 2016, as seguintes:

	2017	2016
Custo das Matérias Consumidas	408,96	510,31
Fornecimentos e serviços externos	-	292,51
Gastos com o Pessoal	407.518,87	406.598,55
	<u>407.927,83</u>	<u>407.401,37</u>

Houve, em média, onze trabalhadores afetos a tempo inteiro a estas estruturas em 2017, e dez trabalhadores em 2016.

  
35/36

## 30 GARANTIAS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as garantias bancárias prestadas a favor de terceiros ascendiam a € 12.683,57 e € 2.505.011,59, respetivamente, conforme segue:

	2017	2016
Garantias a favor da D. G. Impostos	-	2.471.445,49
Garantias a favor dos tribunais	-	20.882,53
Garantias a favor de outras entidades	12.683,57	12.683,57
	<u>12.683,57</u>	<u>2.505.011,59</u>

Durante o período de 2017 foram devolvidas as garantias bancárias a favor da autoridade tributária, que derivavam de um processo de IVA declarado, prescrito em 2012.

### O Conselho de Administração

Presidente:

Eng.º Tiago Lopes Farias



Vice-presidentes: Dr. José Realinho de Matos




Dr. António Manuel Domingues Pires



### O Contabilista Certificado

Dr.ª Isabel Dias Fonseca









**CERTIFICAÇÃO  
LEGAL  
DAS CONTAS**





## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da *CARRIS – Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A.* (a Entidade ou CARRIS), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 182.862.861 euros e um total de capital próprio de 83.688.657 euros, incluindo um resultado líquido de 4.969.561 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos resultados por funções, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da *CARRIS – Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A.* em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião com reservas

1. Na sequência da atualização do quadro jurídico geral da concessão de serviço público atribuída à CARRIS, através do Decreto-Lei n.º 174/2014, de 5 de dezembro, o Estado Português celebrou com a CARRIS, em 23 de março de 2015, um contrato de concessão de “serviço público de transporte público coletivo de superfície de passageiros na cidade de Lisboa”, o qual compreende os direitos e obrigações destinados à realização do interesse público, bem como a universalidade dos bens afetos à concessão, particularmente os constantes no ativo da Entidade em 31 de dezembro de 2014, caracterizados como ativos concessionados, sem ter sido igualmente prevista qualquer indemnização pela apropriação estatal. Em 1 de fevereiro de 2017, por força da publicação do Decreto-Lei n.º 86-D/2016, de 30 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 1/2018, de 8 de janeiro, o Estado transmitiu para o Município de Lisboa a totalidade das ações representativas do capital social da CARRIS, tendo simultaneamente a referida autarquia sucedido na posição jurídica do Estado no contrato de concessão em vigor. Em consequência, o Estado assumiu um conjunto de responsabilidades da CARRIS, no montante de 822.880.552 euros, o que conduziu ao desreconhecimento deste passivo por contrapartida de capital próprio nas contas em apreço. As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 continuam a não apresentar alterações de classificação, reconhecimento e mensuração dos ativos concessionados, bem como outros eventuais efeitos decorrentes das matérias acima referidas, não nos tendo sido possível obter informações suficientes que nos permitissem concluir sobre os respetivos efeitos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.
2. O rédito relativo à prestação de serviço de transporte público de passageiros por parte da CARRIS inclui receitas provenientes de títulos combinados e intermodais, cuja repartição é efetuada, respetivamente, com base em acordos entre os operadores envolvidos e por intermédio de quotas determinadas num inquérito de tráfego realizado em 2007. Da análise efetuada ao reconhecimento do rédito proveniente destes títulos, constatámos que se encontra em curso um processo de melhoria dos procedimentos de validação e do método de repartição atualmente utilizados, não nos sendo possível avaliar com segurança o efeito que a respetiva conclusão poderá ter sobre as demonstrações financeiras da CARRIS.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.



AZ

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

### Ênfase

Conforme divulgado na nota 1 do anexo, a Entidade está obrigada a elaborar demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o previsto no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a republicação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, exceto se, conjuntamente com as suas subsidiárias, integrar o perímetro de consolidação do Município de Lisboa (empresa-mãe).

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Para além das matérias incluídas na secção "Bases para a opinião com reservas", definimos a seguinte matéria relevante de auditoria:

#### Mensuração de responsabilidades com benefícios pós-emprego

A Entidade tem um plano de benefício definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) adicional ao pago pela Segurança Social. As responsabilidades da CARRIS relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, de acordo com métodos e pressupostos atuariais internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data do balanço e o gasto com pensões a registar no período.

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
<p>As responsabilidades com benefícios pós-emprego são mensuradas pelo justo valor, o qual é determinado através de julgamentos e estimativas relativamente a diversos pressupostos, nomeadamente taxa de desconto, taxa de inflação, taxa de crescimento dos salários e pensões e tábuas de mortalidade.</p> <p>Dada a incerteza associada às estimativas utilizadas e a complexidade envolvida na respetiva valorização, é nosso entendimento que o risco associado à mensuração das responsabilidades com benefícios pós-emprego é significativo.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Avaliação da razoabilidade dos pressupostos e estimativas utilizados no estudo atuarial efetuado por perito externo;</li><li>• Avaliação da competência, independência e integridade do atuário contratado;</li><li>• Avaliação sobre se as correspondentes divulgações nas notas 4.14, 19 e 22 do anexo são adequadas.</li></ul>

### Outras matérias

Em 14 de novembro de 2017, foi celebrado um novo contrato de concessão com o Município de Lisboa, sobre o qual a Autoridade da Mobilidade e dos Transportes já emitiu parecer favorável, encontrando-se, nesta data, no Tribunal de Contas para obtenção do competente visto.

### Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:



- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;



- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, bem como a verificação de que a informação não financeira foi apresentada.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

### **Sobre a informação não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6 do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade preparou um relatório separado do relatório de gestão que inclui a informação não financeira, conforme previsto no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, a publicar juntamente com o relatório de gestão.

### **Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos como Revisor Oficial de Contas da CARRIS pela primeira vez por deliberação unânime por escrito de 29 de julho de 2008 para completar o mandato em curso à data. Fomos eleitos por deliberação unânime por escrito de 20 de maio de 2009 para um mandato compreendido entre 2009 e 2011, tendo-nos mantido em funções até à eleição como Fiscal Único ocorrida na assembleia geral de acionistas realizada em 24 de maio de 2017, para um mandato compreendido entre 2017 e 2020.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 10 de abril de 2018

Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda.  
representada por José Luís Areal Alves da Cunha (ROC n.º 585)





**Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A.**

Sede da Empresa  
Rua 1º de Maio, nº103  
1300-472 Lisboa

Sede Executiva  
Al. António Sérgio nº 62,  
Complexo de Miraflores  
2795-221 Linda-A-Velha

**[www.carris.pt](http://www.carris.pt)**